

RESUMO

Durante as cinco campanhas de escavação realizadas entre 2006 e 2011 em Monte Molião (Lagos), no âmbito de um projecto arqueológico plurianual dirigido pela Universidade de Lisboa, a Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) e a Câmara Municipal de Lagos, foram recuperadas 44 moedas de época romana, das quais cinco eram inclassificáveis. O estudo comparado da evolução estratigráfica de Monte Molião, associado à análise das evidências numismáticas, permitiu seguir a evolução histórica do sítio algarvio durante duas das suas fases mais importantes: o período romano republicano e a época imperial.

À fase romana mais antiga, enquadrada entre o final do século II e início do I a.C., encontram-se associados 19 moedas de bronze e chumbo. A maior parte destas moedas correspondem a cunhagens de chumbo de origem algarvia; seguem-se em ordem de importância percentual outras cunhagens peninsulares, enquanto que os numismas provenientes directamente de Roma, representados por uma única moeda, são minoritários.

A fase romana imperial, que no sítio abraça sobretudo o século I e II d.C., está representada por 20 moedas de bronze, que por sua vez se enquadram num arco cronológico que se estende entre o reinado de Augusto e o de Marco Aurélio. Neste grupo de bronzes imperiais é de destacar uma certa importância das cunhagens provinciais.

A análise integrada do conjunto de moedas de Monte Molião permitiu discutir uma série de problemáticas relativas à realidade numismática romana-republicana e imperial do sul peninsular e, em particular, da costa algarvia.

Palavras-chave: numismática, moedas romanas, Algarve, cunhagens peninsulares, cunhagens de chumbo.

RIASSUNTO

Durante le cinque campagne di scavo condotte tra il 2006 ed il 2011 a Monte Molião (Lagos), nell'ambito di un progetto archeologico pluriennale condotto dall'Università di Lisbona, il centro Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) ed il comune di Lagos, è stato recuperato un totale di 44 monete di epoca romana, delle quali cinque sono risultate essere inclassificabili.

Lo studio comparato delle evoluzioni stratigrafiche di Monte Molião, insieme con l'analisi dei reperti numismatici, ha offerto la possibilità di seguire l'evoluzione storica del sito algarvio durante due delle sue fasi più importanti: il periodo romano repubblicano e l'epoca imperiale.

Alla fase romana più antica, inquadrata tra la fine del II e gli inizi del I secolo a.C. sono associati 19 reperti monetali bronzei e di piombo. La maggior parte di queste monete è costituita da nummi plumbei di derivazione algarvia; seguono in ordine d'importanza percentuale alcune emissioni peninsulari, mentre le coniazioni provenienti direttamente da Roma, con il ritrovamento di un solo reperto, risultano di carattere minoritario.

La fase romana imperiale, che nel sito abbraccia soprattutto il I secolo e il II secolo d.C., consta di 20 monete bronzee, che a loro volta comprendono un arco temporale compreso tra il regno di Augusto e quello di Marco Aurelio. In questo gruppo di bronzi imperiali una certa rilevanza è rappresentata dalle coniazioni di carattere provinciale.

L'analisi complessiva dell'insieme monetale di Monte Molião ha permesso di discutere una serie di problematiche relative alla realtà numismatica romana repubblicana ed imperiale sud-peninsulare ed in particolare della costa algarvia.

Parole-chiave: numismatica, monetazione romana, Algarve, zecche peninsulari, coniazioni plumbee.

Resumo da dissertação de mestrado intitulada:

“O conjunto numismático de Monte Molião (Lagos, Portugal)” / “L’insieme di monete di Monte Molião (Lagos, Portugal)”

O tema central desta dissertação de mestrado é a análise do conjunto de numismas romanos recuperado no decurso das escavações arqueológicas realizadas em Monte Molião (Lagos, Algarve), um sítio emblemático no âmbito da arqueologia portuguesa. Estes trabalhos, dirigidos pela Doutora Ana Margarida Arruda, decorreram entre 2006 e 2011, no âmbito de um protocolo realizado entre a Universidade de Lisboa, a Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) e a Câmara Municipal de Lagos. Os resultados do projecto de investigação daí resultante permitiram conhecer com detalhe as várias fases de ocupação humana deste sítio algarvio, que se inicia ainda durante a fase final da Idade do Ferro (último quartel do séc. IV a.C.) e que se prolonga até ao século II d.C., registando-se ainda uma frequência aparentemente esporádica do local durante o Baixo Império.

Os numismas recuperados em Monte Molião relacionam-se exclusivamente com cunhagens de cronologia romana ou posterior, não se conhecendo, até ao momento, quaisquer exemplares que se possam relacionar com a fase de ocupação precedente.

O facto de este conjunto ter sido recolhido em associação a uma sequência estratigráfica complexa e detalhada do sítio arqueológico, na qual foi possível individualizar diferentes fases de ocupação bem balizadas cronologicamente, possibilitou retirar dados importantes que permitiram confirmar ou não as cronologias tradicionais de algumas cunhagens peninsulares, particularmente do território actualmente português.

O conjunto analisado neste trabalho é constituído por 44 moedas, das quais 19 correspondem a numismas de cronologia republicana e 20 da fase romana imperial. Os restantes cinco exemplares não permitiram, devido ao seu deteriorado estado de conservação, uma classificação precisa.

Entre o conjunto de cronologia romano-republicana, é importante destacar a presença dominante de cunhagens originárias da costa algarvia, que reúnem numismas emitidos quer em bronze quer em chumbo. Entre estas, cabe salientar uma maior frequência das cunhagens de *Ossonoba* (três exemplares de chumbo aos quais poderão ser ainda somados outros três que podem pertencem quer a *Ossonoba* quer a *Balsa*) e de *Cilpes* (representada por quatro exemplares de bronze e chumbo, um dos quais com um motivo iconográfico singular e, até ao momento, único no território português), seguindo-se, por último, as moedas de *Ipses* (dois exemplares de bronze e chumbo). A recolha de várias destas emissões, particularmente em liga de chumbo, em diversos níveis de cronologia mais tardia (século I e II d.C.) permite colocar a possibilidade de tais moedas terem sido utilizadas também durante a fase alto-imperial, ainda que no âmbito de um contexto de

âmbito exclusivamente regional.

Outras cunhagens peninsulares, todas elas de bronze, foram também identificadas no conjunto de Monte Molião, concretamente uma moeda de *Murtili*, uma de *Beuipum*, duas de *Gades/Gadir* e possivelmente outras duas de *Carmo*. Em relação a estas duas últimas emissões, é interessante observar que tais elementos exprimem uma relação muito próxima, quer em termos culturais quer comerciais, entre o sítio do Algarve Ocidental e o sul da actual Andaluzia durante a época romana-republicana, evidência que se encontrava já atestada em vários estudos realizados com base nos conjuntos cerâmicos de Monte Molião, particularmente ao nível das ânforas, da cerâmica comum e de alguma cerâmica de mesa.

Por outro lado, as moedas emitidas por Roma estão representadas apenas singularmente no conjunto, concretamente por um asse de bronze fundido, cuja cronologia é seguramente anterior a 89 a.C.

O conjunto numismático republicano integra, por fim, um último exemplar de bronze ao qual não foi possível atribuir uma classificação específica, apesar de parecer provável uma origem sul-peninsular.

Um último elemento importante a destacar é a associação de quatro destes numismas (uma moeda de *Cilpes*, uma de *Murtilis*, uma de *Beuipum* e o asse de Roma) à fase de ocupação romano republicana de Monte Molião do Sector C (fases Rep. I e II), que está bem datada entre os finais do séc. II e os inícios do séc. I a.C. Esta situação permitiu confirmar as cronologias tradicionais avançadas para estas cunhagens e ainda recuar, ainda que em apenas alguns anos, a baliza proposta para as emissões de *Murtilis*, que parece ser agora seguramente anterior à fase das guerras sertorianas.

O conjunto numismático associado a uma cronologia romano imperial, concretamente entre finais do séc. I a.C. e o século II d.C., conta com 20 exemplares, que, na sua maioria, provêm de *ateliers* provinciais.

Os mais antigos correspondem a duas emissões de Augusto, ambas de origem peninsular, concretamente de *Colonia Patricia* e do Noroeste da Península Ibérica, seguindo-se outros dois numismas do reinado de Tibério, um dos quais proveniente de *Colonia Romula*, e dois do reinado de Calígula, sendo estes últimos integráveis nas cunhagens de homenagem a Marco Vipsanio Agrippa.

As emissões de Cláudio são, sem qualquer dúvida, as mais expressivas do conjunto de Monte Molião em termos numéricos. Correspondem a cinco numismas, concretamente asses de bronze, que constituem imitações provinciais extremamente comuns no Ocidente do Império Romano, no âmbito de uma produção subsidiária tolerada pelo poder central, de moeda divisionária que seria essencial para as transações comerciais de pequena e média escala.

Do reinado de Nero foi identificado um único numisma de bronze, infelizmente muito danificado, proveniente de Roma ou *Lugdunum*.

A fase júlio-cláudia é, efectivamente, a mais bem representada no conjunto de numismas imperiais de Monte Molião, devendo-se somar ainda a este grupo outros dois exemplares de difícil leitura. Infelizmente, esta fase de ocupação do início do período imperial está mal documentada, em termos estratigráficos, nos sectores intervencionados,

até ao momento, no sítio algarvio, apesar de serem abundantes os materiais cerâmicos de cronologia coeva. Na realidade, a maior parte destes numismas da dinastia júlio-cláudia foi recuperada em níveis arqueológicos datáveis da fase imediatamente posterior, sendo altamente provável que o seu período de circulação tenha sido muito mais extenso do que as respectivas balizas de produção.

O momento cronológico correspondente à dinastia flávia, muito bem documentado na sequência estratigráfica de Monte Molião, está, por sua vez, fracamente representada em termos monetários. Com efeito, apenas se identificaram dois numismas deste período, especificamente emissões de Domiciano.

Por último, a fase da dinastia antonina, que corresponde aos últimos momentos de ocupação alto imperial do sítio é pouco mais expressiva que a anterior, contando apenas com emissões de Adriano (dois exemplares) e de Marco Aurélio (um exemplar). Esta última foi, contudo, recuperada na fase imperial mais recente do sítio algarvio (Imp. III), atestando a sua ocupação até, pelo menos, ao início do último terço do século II d.C. e confirmando, mais uma vez, os resultados das análises centradas no espólio cerâmico associado.

Ao conjunto de moedas de cronologia romano imperial deve, por fim, acrescentar-se a recolha de uma emissão anónima (um quadrante em liga de cobre) datável, grosso modo, entre o reinado de Domiciano e o de Antonino Pio.

Em suma, o conjunto numismático de Monte Molião representa, até ao momento, o grupo mais representativo de moedas romanas recuperadas no âmbito de escavações arqueológicas da costa algarvia, assumindo, assim, uma importância ímpar nos estudos monetários do sul do território português. A sua associação a uma sequência estratigráfica detalhada, na qual foi possível distinguir diferentes fases e sub-fases de ocupação humana, permitiu uma análise transversal da circulação monetária em Monte Molião durante as diversas etapas do período romano.

RINGRAZIAMENTI

La realizzazione di questo studio è stata possibile grazie all'aiuto ed i consigli di alcune persone a cui va la mia sentita gratitudine.

In primo luogo vorrei ringraziare la Dottoressa Ana Margarida Arruda, che avendomi proposto questo tema di lavoro e accettando di affiancarmi come relatrice ha messo a disposizione l'insieme di monete discusse in questo studio.

Al Dottor José da Silva Ruivo, co-orientatore della tesi, va la mia particolare riconoscenza: la sua grande disponibilità e alta professionalità sono stati aiuti fondamentali, per la comprensione del complesso mondo della numismatica durante le lunghe e costruttive sessioni di studio al Museo di Conímbriga.

Un doveroso ringraziamento va al Dr. Pedro Sales per il competente lavoro di restauro di alcuni dei reperti presentati in questo lavoro. A tal proposito desidero esprimere un sentito ringraziamento all'intera istituzione del Museo Monografico di Conímbriga ed in particolare modo al suo direttore Dottor Virgilio Correia.

Intendo poi ringraziare il Dr. Antonio Faria per le sue preziose opinioni che mi hanno aiutato a dirimere alcuni dubbi.

Ringrazio inoltre la Dottoressa Catarina Viegas per aver messo a disposizione alcuni testi dimostratisi essenziale per la compilazione di questa tesi.

In ultimo posto, non certo in ordine di importanza, la mia profonda gratitudine va alla mia famiglia: mia moglie Elisa, sostegno instancabile, mia madre Donata e mio fratello Francesco che hanno sempre creduto in me durante questo lungo percorso.

INDICE

RESUMO / RIASSUNTO

RESUMO DA DISSERTAÇÃO

RINGRAZIAMENTI

1.	INTRODUZIONE	13
2.	IL SITO DI MONTE MOLIÃO (LAGOS)	15
2.1.	INQUADRAMENTO GEOGRAFICO	15
2.2.	STORIOGRAFIA DELLE INDAGINI ARCHEOLOGICHE	17
2.3.	L'OCCUPAZIONE UMANA DI MONTE MOLIÃO: I DATI ARCHEOLOGICI	21
2.3.1.	L'OCCUPAZIONE DELL'ETÀ DEL FERRO	21
2.3.2.	L'OCCUPAZIONE ROMANO-REPUBBLICANA	23
2.3.3.	L'OCCUPAZIONE ROMANO IMPERIALE	24
3.	IL SET DI MONETE DI MONTE MOLIÃO	29
3.1.	METODOLOGIA	29
3.2.	LE MONETE DI FASE ROMANA REPUBBLICANA	31
3.2.1.	LE CONIAZIONI ALGARVIE	31
3.2.2.	ALTRE CONIAZIONI ISPANICHE	41
3.2.3.	LE CONIAZIONI DI ROMA	54
3.3.	LE MONETE DELLA FASE ROMANA IMPERIALE	55
3.3.1.	AUGUSTO	55
3.3.2.	TIBERIO	61
3.3.3.	CALIGOLA	65
3.3.4.	CLAUDIO	68
3.3.5.	NERONE	76
3.3.6.	ALTRE MONETE DELLA DINASTIA GIULIO-CLAUDIA	79
3.3.7.	DOMIZIANO	80

3.3.8. ANONIMA	82
3.3.9. ADRIANO	82
3.3.10. MARCO AURELIO	86
4. CONCLUSIONI	89
5. BIBLIOGRAFIA	107
6. ANNESSI	121
6.1. CATALOGO	123
6.2. RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESPÓLIO NUMISMÁTICO DE MONTE MOLÍÃO (AUTOR DR. PEDRO SALES)	167

1. INTRODUZIONE

Il lavoro che qui si presenta ha come principale obiettivo l'analisi di un insieme di monete di cronologia romana che furono recuperate durante gli scavi archeologici realizzati nel sito di Monte Molião, a Lagos.

L'importanza di questo studio risiede fondamentalmente nella possibilità di fornire un'associazione stratigrafica e contestuale del set numismatico in questione: situazione alquanto rara nell'attuale territorio portoghese.

Le monete recuperate nelle varie campagne di scavo portate a termine tra il 2006 e il 2011, sono esclusivamente relazionabili con la fase cronologica romana mancando completamente reperti numismatici che possano essere ascritti al periodo dell'occupazione dell'Età del Ferro. Nell'Estremo Occidente peninsulare, infatti, l'inizio, o per lo meno il consistente sviluppo della monetazione è un fenomeno che si lega a doppio filo al processo di romanizzazione successivo all'inizio del II secolo a.C. (Centeno, 2011, p. 356).

La seguente dissertazione è strutturata in quattro capitoli principali.

A questa breve introduzione, segue un capitolo dove sarà fornito un inquadramento del sito archeologico dal quale provengono i materiali studiati in questa tesi, dando particolare peso alle caratteristiche geografiche del luogo e alla storiografia delle indagini ivi condotte: dal momento della sua scoperta, verso la fine del XIX secolo, fino agli interventi archeologici più recenti diretti dalla Dottoressa A. M. Arruda.

Seguirà, nel capitolo successivo, lo studio dei ritrovamenti monetari, che passando da una prima fase di esposizione dei principi metodologici, proporrà la descrizione, l'analisi e la classificazione delle monete in esame. L'intero *corpus* numismatico è stato suddiviso da un punto di vista cronologico (periodo romano repubblicano e fase imperiale) seguendo, successivamente, un'ulteriore ripartizione per ciò che concerne l'area di coniazione e le singole zecche di appartenenza.

Nella parte finale del lavoro (capitolo 4) si è tentato di tracciare un profilo della possibile circolazione monetaria all'interno del sito di Monte Molião durante il periodo romano. Qui si affronterà la sfida più difficile, quella di tentare di porre in relazione e interpretare, sotto una prospettiva politico-economica, i dati ottenuti durante questo studio con le ulteriori informazioni di carattere archeologico esistenti ad oggi per Monte

Molião in modo da fornire elementi concreti per una migliore lettura dell'occupazione di questo importante sito algarvio durante il periodo romano.

Nella parte finale di questa dissertazione (annessi) si presenta, infine, il catalogo degli elementi numismatici recuperati durante gli scavi di Monte Molião, nel quale le informazioni specifiche di ciascuna moneta si affiancano ad un registro fotografico. In ultimo è riportato un breve rapporto concernente l'operazione di restauro effettuata su alcuni dei reperti di questo lavoro. Il consolidamento e la cura di tali monete sono stati compiuti presso i laboratori del Museo Monografico di Conímbriga ad opera del Dr. Pedro Sales.

2. IL SITO DI MONTE MOLIÃO (LAGOS)

2.1. INQUADRAMENTO GEOGRAFICO

Il sito di Monte Molião, immobile di interesse pubblico (IIP) dal 1992 (Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992), è localizzato lungo il litorale algarvio nei pressi della cittadina di Lagos ed appartiene amministrativamente alla circoscrizione di São Sebastião, città di Lagos e distretto di Faro.

L'area archeologica, le cui coordinate geografiche (Longitude- N: 37° 06' 48"; Latitude- W: 08° 40' 21") sono riportate nel foglio n° 602 della Carta Militare del Portogallo, è costituita da una piccola collina di forma ellissoidale (altezza 30 m slm.) che, affiancata ad ovest dal fiume Bensafirim, si sviluppa in senso nord-sud in direzione della costa poco distante.

Le favorevoli condizioni ambientali, i vantaggi di un'alta difendibilità e un ottimo dominio visuale sul territorio circostante, caratteristiche tuttora in parte apprezzabili, dovettero essere condizioni determinanti per lo sviluppo di comunità umane già a partire dalla fine dell'Età del Ferro (Arruda *et al.*, 2008).

Nell'ottica di una visione geografica generale, l'intera area in questione s'inserisce nell'ambito dell'attuale regione dell'Algarve i cui 5000 km² di territorio vengono delimitati a nord dalla Serra de Monchique e dalla Serra de Caldeirão, ad ovest dal fiume Guadiana (confine politico con la Spagna) e ad est e sud dall'Oceano Atlantico.

L'intera area, presentandosi distinta dal restante territorio portoghese - non solo da un punto di vista politico-amministrativo ma anche e soprattutto geomorfologico ed ambientale - risulta ulteriormente diversificata in tre distinte fasce geografiche, rispettivamente: *litoral*, *barrocal* e *serra*, ciascuna delle quali dotata di caratteristiche geologiche ed ecologiche peculiari.

La fascia litorale, dove si localizza Monte Molião, sebbene anch'essa subordinata ad un'ulteriore tripartizione territoriale che, seguendo un andamento est-ovest, identifica le

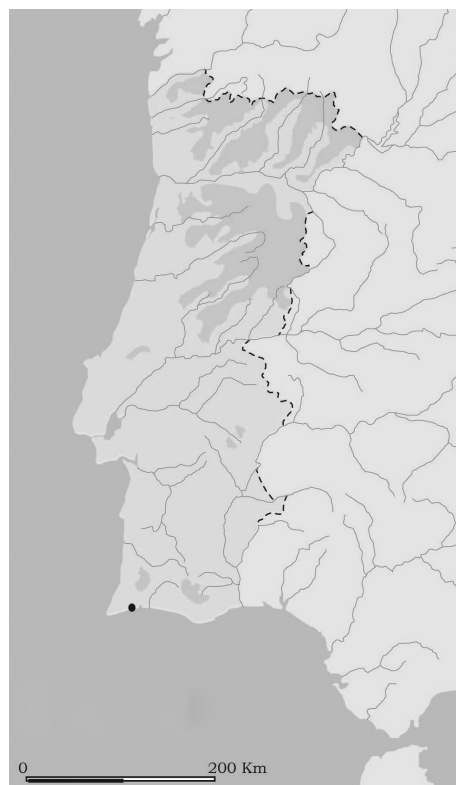


Fig. 1 - Localizzazione del sito di Monte Molião nell'attuale Portogallo (base cartografica di Victor S. Gonçalves).

aree di *sotavento*, *centro* e *barlavento* come detentrici di particolarità ambientali, risulta genericamente omogenea dal punto di vista geografico, caratterizzandosi come una sottile fascia di terra fertile e pianeggiante in cui la coltivazione è abbondante ed il clima, tipicamente mediterraneo, influenza in tal senso la fauna e la flora locale (Arruda, 1999-2000; Dias, 2010).

Da un punto di vista geologico il territorio costiero si declina in una doppia conformazione che contrappone una linea di costa orientale poco elevata, formata da banchi sabbiosi e “ritagliata” in un substrato roccioso friabile, di costituzione pliocenica e pleistocenica, ad una parte occidentale più aspra e scoscesa, caratterizzata dalla presenza di falesie intagliate in una dura roccia di formazione mesozoica e cenozoica (Trindade, 2007, *apud in* Viegas, 2011, p. 53).

Più nello specifico, le caratteristiche geologiche dell’area di Lagos si traducono nella presenza di ampi depositi sabbiosi e ciottoli rossastrati di natura Plio-Pleistocenica (Carta Geológica de Portugal - foglio n.º 52-A Portimão). Tali caratteristiche dei suoli, unite alle favorevoli condizioni climatiche di estati calde e aride ed inverni miti ed umidi, influiscono in maniera determinante sulle potenzialità agricole e sulle caratteristiche del manto vegetale dell’intera area. A Lagos, infatti, la vegetazione è costituita dalla tipica macchia mediterranea (palma nana, agave, quercia da sughero, olivastro, carrubo, ecc.) ed abbonda la coltivazione del grano, della vite, del fico e del mandorlo (Arruda, 1999-2000).

Nell’ambito del patrimonio delle risorse naturali si deve inoltre rilevare l’importanza dello sfruttamento ittico (in particolare pesca di tonni, pesce azzurro e raccolta di frutti di mare) che, se oggi svolge un ruolo non certo secondario per ciò che riguarda l’economia della città, dovette, verosimilmente, rappresentarne uno dei suoi cardini in epoca antica. Quest’ultima ipotesi è avvalorata dagli abbondanti ritrovamenti di depositi malacologici e ittiofaunistici nell’area di Monte Molião (Detry e Arruda, 2012) nonché da ulteriori evidenze dirette come il ritrovamento di contenitori per il trattamento dei preparati piscicoli ed il recupero di numerosi strumenti da pesca quali ami, ganci, aghi e pesi da rete (Lourenço, 2010).

Lo sviluppo di tale aspetto dell’economia locale è sicuramente legato anche alla particolare topografia litorale dell’area di Lagos.

L’odierna conformazione della linea di costa, con la sua ampia baia e l’estuario diretto del fiume Bensafirim - riconvertito in canale di navigazione e molo per imbarcazioni di stazza medio-piccola - costituisce oggi, un approdo sicuro e tranquillo dove il moto ondoso non supera il metro di altezza e i venti raramente soffiano a più di 12 km/h (Arruda, 1999-2000).

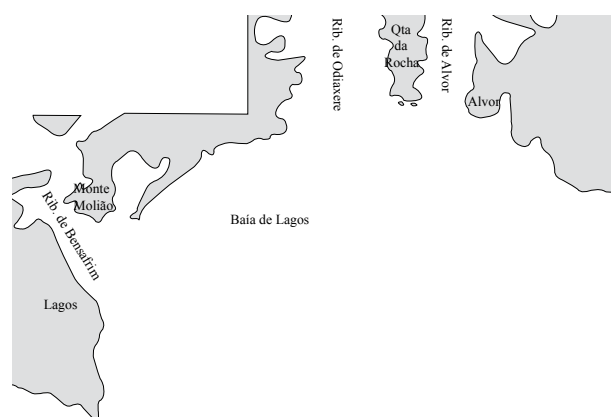


Fig. 2 - Ricostruzione della baia di Lagos nell’antichità (secondo Pereira, Dias e Laranjeira, 1994).

Tali condizioni fluvio-marittime dovettero essere, in epoca antica, certamente differenti ma forse non meno favorevoli alla pesca e alla navigazione di quelle odierne.

Secondo, infatti, gli studi di geologia condotti da A. Pereira, J. Dias e M. Laranjeira (1994) e successivamente confermati da J. Gomes (2010), si è ipotizzato un possibile scenario dell'area litorale di Lagos all'alba del I millennio a.C. La ricostruzione paleogeografica della zona mostra come l'estuario del Bensafrim, molto più ampio ed esteso di quanto non lo sia oggi, avrebbe influenzato l'intera conformazione litorale, traducendola in un ampio complesso lagunare in cui la linea di costa risulterebbe arretrata di circa 500 m e la collina di Monte Molião si configurerebbe come un istmo di terra quasi totalmente circondato da un ampio sistema rivierasco e palustre.



Fig. 3 - Foto aerea del sito di Monte Molião (foto di R. Parreira).

2.2. STORIOGRAFIA DELLE INDAGINI ARCHEOLOGICHE

Il sito di Monte Molião è conosciuto nella letteratura scientifica a partire dalla fine del XIX secolo quando, Estácio da Veiga, per primo, nel tentativo di compilare una carta archeologica che inventariasse tutti i siti di interesse storico dell'Algarve, registra l'esistenza, in questo luogo, di una serie di vestigia romane tra cui una cisterna di forma ellittica, in cima al colle ed una necropoli, già allora parzialmente distrutta dalle opere agricole, dislocata sul versante orientale della collina (Veiga, 1910, p. 222).

L'intera area di Monte Molião sarebbe stata caratterizzata, secondo lo studioso, dall'abbondante presenza di materiale ceramico e da costruzione che lo stesso archeologo in parte raccolse ed in parte ricevette in dono da alcuni proprietari del luogo, come è il caso della famosa statuetta di Mercurio.

Il materiale ivi raccolto, insieme ad altri reperti che successivamente José Leite de Vasconcellos ricevette dal proprietario della Quinta de Molião, Sig. César Landeiro, sono oggi custoditi nel Museo Nazionale di Archeologia di Lisbona (M.N.A.) (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, pp. 269-272).

È bene precisare che Vasconcellos non scavò mai direttamente a Monte Molião ma la sua testimonianza, insieme a quella del Veiga, risulta comunque di grande importanza per confermare la presenza di un nucleo urbano sulla collina e l'esistenza di un'area funeraria poco distante (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 271).

Di alcune opere di scavo fa, invece, riferimento il Reverendo José Joaquim Nunes che, negli ultimi anni dell'800, fu testimone dello spoglio di alcune sepolture nella necropoli suddetta (Nunes, 1899; 1900).

Nonostante i danni riportati dalla messa in posa dei tralci di vite, il clerico riferisce di aver osservato la coesistenza, *in loco*, di due distinti rituali funerari (*humatio* e *crematio*) e la presenza di reperti ceramici, di vetro e oggetti metallici. Il materiale raccolto, descritto nelle pubblicazioni delle riviste *Portugalia* (1899) e *O Archeologo Português* (1900), si trova oggi in parte diviso tra il Museo Municipale di Lagos, il Museo Nazionale di Archeologia e quello di Figuera da Foz (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 271).

Nel dicembre del 1900, l'archeologo A. Santos Rocha scava altre due sepolture nella medesima necropoli, portando alla luce un ricco corredo formato da recipienti ceramici (alcune coppe in *terra sigillata*, lucerne, ecc.), vetri (unguentari e *lacrimatoî*) e reperti metallici tra cui uno specchio e due monete rispettivamente di epoca giulio-claudia e di epoca severa (Rocha, 1906). Sfortunatamente non si conosce l'attuale localizzazione di questi reperti numismatici.

L'analisi posteriore dei reperti esumati da questo studioso ha permesso di datare la necropoli di Molião tra il I ed il III secolo d.C. (Arruda, Sousa e Lourenço, 2010, p. 282).

Dopo questo breve periodo di ricerca, si assiste ad una fase di stallo che, sebbene intervallata da alcune sporadiche prospezioni e lavori pubblici, accorsi nella decade degli anni '30 (Viana, Formosinho e Ferreira, 1952), si protrae fino al 1997, quando, nell'ambito della costruzione di un'abitazione civile, l'archeologa S. Estrela apre un piccolo sondaggio (14m²) nella parte settentrionale della collina. Lo studio e la pubblicazione dei materiali ritrovati durante lo scavo di emergenza, contribuirono a confermare, ulteriormente, la presenza di un'occupazione romana a Monte Molião (Estrela, 1999).

È importante riferire come durante questa fase più antica dei lavori archeologici di Monte Molião, furono recuperate una serie di monete poi successivamente depositate sia nel Museo di Lagos sia nel Museu Nacional de Arqueologia. Sfortunatamente non è possibile determinare se questi esemplari furono ritrovati nell'area dell'abitato, nella necropoli o addirittura nei dintorni del sito archeologico. Questa situazione potrebbe essere irrilevante se non fosse che le diverse aree elencate presentano alcune discrepanze cronologiche. Sappiamo, per esempio che lo spazio funerario continuò ad essere utilizzato anche in un periodo successivo al quasi totale abbandono dell'abitato della collina di Molião (Arruda, Sousa e Lourenço 2010). D'altra parte, recenti lavori di carattere preventivo hanno rilevato l'esistenza di altri siti archeologici nelle immediate vicinanze di Monte Molião, nello specifico l'area urbana di Lagos e la villa della Meia Praia. È bene notare come quest'ultimo sito abbia restituito evidenze archeologiche di epoca repubblicana.

Tale situazione, ovviamente, solleva alcune difficoltà qualora si volessero mettere in relazione le monete conservate nei musei con l'abitato di Monte Molião.

L'insieme di monete depositato al Museu Nacional de Arqueologia, consta di tre reperti la cui provenienza è ascritta a Monte Molião. Questi esemplari, pubblicati da C. Fabião (1998, 3 -p. 24) e studiati da A. Faria (1987, 1995) sono nello specifico una moneta

di Ipses, una di Cilpes ed un terzo reperto ispanico che, secondo la descrizione di C. Fabião (1998, 3-p. 24), potrebbe essere di epoca repubblicana. Al Museu Nacional de Arqueologia sono conservate altre monete con l'indicazione della provenienza dai "dintorni" di Lagos; sono esemplari conati a Merida, Salacia ed Ilipa (Fabião, 1998, 3- p. 25).

Dagli scavi realizzati nel 1939, eseguiti probabilmente sulla collina di Molião, emersero altre tre monete che vennero depositate nel Museo di Lagos. Si tratta di una moneta ibero-romana (da Cilpes ?), una di *Beuipum contromarcata ed una di Kelse perforata nel mezzo (Viana, Formosinho e Ferreira, 1952). L'équipe di archeologi del progetto "Monte Molião na Antiguidade" ha potuto di recente ritrovare solamente una delle tre monete, nello specifico quella proveniente da Kelse.

In ultima analisi, si devono ancora riferire i dati pubblicati da M. Santos nel suo studio sull'occupazione romana dell'Algarve. L'autrice riferisce l'esistenza di un denario argenteo della famiglia Tituria, di una moneta di Salacia (probabilmente la stessa pubblicata da A. Viana, J. Formosinho e O.V. Ferreira) e di "(...) bronzi di Claudio, Alessandro Pio, Faustina e Giulia Mammea (...)" oltre a esemplari di "(...) Arcadio e Valentiniano (...)" (Santos 1971, 1 - p. 362). Di queste monete, probabilmente connesse all'utilizzazione di spazi sepolcrali, si disconosce l'attuale localizzazione.

Tra il 2005 ed il 2006 furono condotti una serie di scavi di emergenza a mezza costa del versante nord-orientale di Monte Molião, per la futura realizzazione di un progetto urbanistico. I lavori, condotti dalla cooperativa Palimpsesto Lda, permisero il recupero di un'ampia classe di reperti archeologici di cronologia romana (repubblicana ed imperiale) alcuni dei quali associati a strutture negative di difficile interpretazione (Sousa e Serra, 2006).

E' importante sottolineare come, nell'ambito di questi lavori, furono ritrovati due reperti numismatici, nella fattispecie una moneta di piombo proveniente da *Balsa* ed un denario databile al 134 a.C.

Nel 2007, a causa di alcune opere pubbliche di canalizzazione, la stessa ditta archeologica avviò una serie di scavi di emergenza, ai piedi della collina nell'angolo sud-est. I lavori (circa 40 m² di superficie indagata) portarono alla scoperta di evidenze archeologiche corrispondenti e complementari a quelle già individuate sulla cima e sul versante del promontorio, confermando così un ampio sistema occupazionale dell'intera area di Monte Molião che fu stimato risalire alla fase finale dell'Età del Ferro.

La presenza di una realtà stratigrafica di periodo preromano fu confermata dai materiali ivi trovati (in particolare un frammento di ceramica attica a vernice nera classificato, con qualche riserva, come un *bolsal*) mentre l'analisi



Fig. 4 - Moneta di *Balsa* recuperata durante gli scavi preventivi compiuti nei pressi del sito di Monte Molião (secondo Sousa e Serra, 2006).

dei reperti associati a realtà tardo-repubblicane (frammenti di ceramica tipo Kuass, Campana B-oide, pareti sottili e contenitori anforici delle classi 67 e Maña C2) ne rese possibile una datazione alla seconda metà del I sec. a.C. Furono inoltre individuate alcune strutture architettoniche risalenti all'epoca imperiale, nello specifico un comparto abitativo e due *cetariae* per la preparazione di prodotti piscicoli. Lo studio dei materiali (in prevalenza *terra sigillata* sud-gallica) circoscriverebbe cronologicamente quest'ultimo periodo tra I ed il III sec d.C. (Bargão, 2008).



Fig. 5 - Denario recuperato durante gli scavi preventivi compiuti nei pressi del sito di Monte Molião (secondo Sousa e Serra, 2006).

Nello stesso anno, la cooperativa Palimpsesto Lda operò anche sulla sommità orientale della collina, dove fu scoperto ciò che venne identificato, dagli archeologi responsabili, come un antico sistema difensivo. Ad un fossato scavato nel substrato roccioso, profondo all'incirca due metri e di sezione troncoconica, si associavano i resti di una costruzione in pietra di pianta sub-rettangolare interpretata come un torrione. Lo studio dei pochi reperti recuperati dal riempimento della struttura negativa, fece ipotizzare una datazione compresa tra il I/II secolo a.C. e il III d.C. (Diogo e Marques, 2008).

Tra il 2006 ed il 2011, infine, si svolse l'ultima e più consistente fase dei lavori archeologici a Monte Molião: il progetto "Monte Molião na Antiguidade", programma pluriennale, frutto della collaborazione tra il Comune di Lagos ed il Dipartimento di Archeologia dell'Università di Lisbona (UNIARQ).

Lo scopo di tale progetto fu quello di valutare la potenziale estensione dell'area occupazionale del sito, conservandone le evidenze strutturali e determinare l'esistenza di contesti stratigrafici, interpretandoli cronologicamente e funzionalmente, attraverso lo studio dei materiali associati (Arruda *et al.*, 2008).

Fin dalla prima delle cinque campagne portate a termine a Monte Molião, si adottò come metodologia di scavo il principio stratigrafico di Harris e furono indagate tre distinte aree della collina (settore A, B e C) per un totale di 800 m².

I lavori d'indagine, diretti dalla Dottoressa A. M. Arruda, oltre a comprovare definitivamente l'occupazione del sito già a partire della seconda metà del I millennio a.C., aumentarono la conoscenza sulle evidenze archeologiche di epoca romana.

Sulla base, infatti, dei reperti studiati e delle vestigia strutturali si sono distinti quattro fondamentali momenti occupazionali della collina di Monte Molião.

Ad una fase preromana risalente all'ultimo quarto del IV secolo a.C., fa seguito un'occupazione del periodo repubblicano inscritta in una cronologia compresa tra il 130-80 a.C. suddivisa a sua volta in due fasi costruttive differenti (Arruda *et al.*, 2008). Per il periodo imperiale infine, si è proposta una finestra temporale che vede il termine dell'occupazione della collina di Monte Molião intorno alla fine del II secolo.

Nell'ultima campagna di scavi, tuttavia, è stato possibile documentare stratigraficamente evidenze di un'occupazione sporadica e puntuale di IV secolo, limitata ad una piccola porzione della collina. Ulteriori evidenze archeologiche risalenti al III e IV secolo sono da considerarsi residuali e per lo più relazionate con la vicina necropoli, rimasta in uso anche dopo che la popolazione romana di Monte Molião si trasferì nella sottostante area occupata dall'odierna città di Lagos (Arruda e Sousa, 2011).

2.3. L'OCCUPAZIONE UMANA DI MONTE MOLIÃO: I DATI ARCHEOLOGICI.

La maggior parte delle informazioni di cui disponiamo sull'occupazione antica del sito di Monte Molião ci perviene dalle indagini condotte per conto dell'Università di Lisbona che, tra il 2006 e 2011, come già sinteticamente accennato in precedenza, portarono allo scavo di tre distinte aree (settore A, B e C) per una superficie complessiva di circa 800 m². Considerando che l'intera collina di Monte Molião copre una superficie pari a circa 21.400 m² se ne deduce che l'area scavata non arriva neanche a comprendere il 4 % del totale.

Il rapporto tra superficie indagata ed ipotetico potenziale del giacimento archeologico di Monte Molião è un dato che ci è sembrato giusto riferire in questa breve silloge sulle conoscenze dell'occupazione antica del sito e che deve necessariamente essere tenuto in considerazione, in misura generale, durante tutta la trattazione di questo lavoro, per rimanere coscienti dei limiti intrinseci che ogni interpretazione, basata su dati archeologici inevitabilmente incompleti e soggetti a future evoluzioni, presenta.

2.3.1. L'OCCUPAZIONE DELL'ETÀ DEL FERRO

L'occupazione preromana del sito di Monte Molião è stata identificata già a partire dalla prima campagna di scavo, sia nel settore C sia nel settore B. Successivamente, nel 2009, si sono incontrate tracce di un'occupazione dell'Età del Ferro anche nel settore A.

Proprio in quest'ultima area della collina, nell'angolo nord-est, durante la quarta campagna di scavo, si decise di indagare più in profondità oltre a quegli strati romano imperiali che erano emersi durante i precedenti anni. Ci si concentrò, in particolare, sullo scavo di una piccola area corrispondente al compartimento n.º 2 e, raggiunto il substrato roccioso, si poté identificare un'occupazione dell'Età del Ferro testimoniata sia da una serie di strati sovrapposti, costituenti piani di calpestio e piccole fosse di scarto, sia da una struttura litica, il cui elevato stato di degrado e le piccole dimensioni non



Fig. 6 - Strutture dell'Età del Ferro identificate nel settore B (secondo Arruda *et al.*, 2008).

permisero nessuna interpretazione sicura (Arruda, Pereira e Lourenço, 2009).

Nel settore B, localizzato sulla sommità della collina, le evidenze dell'occupazione preromana sono circoscritte ad un singolo compartimento che sembrerebbe corrispondere ad una struttura abitativa. L'esiguità dell'area indagata (36 m²), tuttavia, non permette ipotesi più precise a riguardo della natura funzionale di tale costruzione. Un particolare rilevante è invece costituito dalla speciale tecnica costruttiva messa in opera. Quest'ultima è caratterizzata dal livellamento e dallo scavo (per una profondità di circa 30 cm) del substrato calcareo per la realizzazione di una piattaforma quadrangolare, all'interno della quale inscrivere le fondazioni della struttura. La creazione e l'utilizzo di questa sorta di "spianata in negativo", ed in particolare la sua forma, non sembrano rappresentare un elemento comune nell'Estremo Occidente, sebbene sussistano alcuni paralleli in area andalusa (Arruda *et al.*, 2008).

All'interno del compartimento, infine, è stato identificato uno spazio destinato alla combustione, delimitato da un perimetro di piccole pietre disposte a semicerchio e costituito da una placca di argilla, cotta per effetto dell'attività pirica.

Nel settore C, sul versante meridionale della collina, sono stati identificati due distinti compartimenti (n.º 13 e n.º 14) affiancati tra loro. Ad essi si affronta, dirimpetto, un terzo compartimento (n.º 8) di più piccole dimensioni ma con un muro perimetrale notevolmente più spesso degli altri (Arruda, Pereira e Lourenço 2009).

All'interno del compartimento n.º 13 sono state identificate due fosse scavate nella roccia, interpretate come silos per la conservazione delle derrate alimentari. In una delle due strutture negative si è inoltre osservato l'esistenza di due distinti momenti funzionali, l'ultimo dei quali corrisponderebbe ad un focolare. Esternamente ai due edifici affiancati, in quella che poteva essere una strada o una zona di passaggio, sono stati ritrovati altri due piccoli fori scavati nella roccia, interpretati come una sorta di alloggiamenti per la messa in posa di pali lignei a sostegno di una veranda esterna.

I MATERIALI

I materiali ceramici raccolti a Monte Molião nelle tre diverse aree confermano lo stretto legame che sussiste tra la realtà algarvia ed il mondo gaditano durante i momenti finali dell'Età del Ferro (Sousa e Arruda, 2010; Arruda *et al.*, 2011).

Per quanto concerne, infatti, l'insieme dei contenitori anforici, sebbene non vi si riconosca un'importanza quantitativa apprezzabile, risulta tuttavia rilevante l'identificazione di una eterogeneità formale che si declina in una serie di tipi di anfore (B/C e D di Pellicer, Mañá Pascual A4 – serie 11 e 12 di Ramon Torres, Carmona/8.2.1.1 e Tiñosa/8.1.1.2) tutte provenienti dal sud della Penisola Iberica.

Anche la ceramica comune, che rappresenta il gruppo più significativo dei materiali, comprova lo stretto rapporto esistente con Cadice, essendo costituita da un'importante percentuale di importazioni provenienti da quell'area (Sousa e Arruda, 2010; Arruda *et al.*, 2011).

E' infine importante sottolineare come l'associazione della ceramica di tipo Kuass

(forma II e IX di Niveau) con alcuni frammenti di ceramica attica (*Kylikes, Skyphoi, Kantharoi, Lagynoi* e forme 21/22 di Lamboglia) abbia potuto portare ad un più preciso inquadramento cronologico della prima fase occupazionale di Monte Molião che risulterebbe quindi successivo all'ultimo quarto del IV secolo a.C. (Arruda *et al.*, 2008; Sousa e Arruda, 2010; Arruda *et al.*, 2011).

2.3.2. L'OCCUPAZIONE ROMANO-REPUBBLICANA

L'occupazione romano-repubblicana di Monte Molião è stata identificata solamente nei settori A e C mostrando come la collina fosse, almeno in quest'ultima area, costituita da un abitato con una certa complessità urbanistica. Lo studio dei materiali ha permesso, per questa fase, un inquadramento cronologico tra la fine del II ed il primo quarto del I secolo a.C.

Ulteriori evidenze archeologiche, relative ad un possibile prolungamento di questa fase repubblicana fino alla seconda metà del I secolo a.C., sono da relazionarsi con recuperi decontestualizzati (Arruda e Pereira, 2010; Arruda e Sousa, 2013).

Le evidenze architettoniche di epoca repubblicana nel settore A si riassumono nella scoperta di una fase individuata sotto le fondazioni del compartimento n.º 2, di epoca imperiale e nel riconoscimento di un paio di strutture murarie nella parte orientale del settore, tra il compartimento n.º 3 (imperiale) e lo stradone (Rua de Molião) costruito negli anni '80 (Arruda, Pereira e Lourenço, 2009).

Le unità stratigrafiche repubblicane depositatesi al di sopra dell'ultimo piano di calpestio identificato, sembrerebbero essersi formate in un arco temporale relativamente breve, come testimoniato dal ritrovamento di alcune anfore complete e prive di sedimenti al loro interno (Arruda e Sousa, 2013).

Il settore C è il più articolato sia in termini stratigrafici sia in termini architettonici, a causa della sua maggior ampiezza rispetto alle altre aree di scavo.

L'impianto urbanistico di quest'area si sviluppa secondo due distinti momenti occupazionali e risulta perciò plasmato secondo uno schema di più immediata comprensione rispetto al settore precedentemente descritto.

La cosiddetta fase II (la più recente) è costituita da un nucleo abitativo abbastanza simmetrico che sembrerebbe costituito da cinque



Fig. 7 - Anfore repubblicane recuperate nel Settore A (secondo Arruda e Sousa, 2013).

compartimenti (n.º 6, 9, 10, 11 e 12) orientati in senso nord-est/sud-ovest ed organizzati in funzione di una piccola corte esterna (Arruda e Pereira, 2010; Arruda e Sousa, 2013).

All'interno di uno di questi compartimenti (n.º 10), il ritrovamento di cospicui strati di cenere e carboni, associati a numerosi scarti di fusione, crogioli in pietra e vari oggetti metallici di ferro e bronzo, ha permesso di ipotizzare l'esistenza di un'attività metallurgica, molto probabilmente di carattere locale (Arruda e Pereira, 2010).

La prima fase occupazionale di epoca repubblicana (fase I), d'altra parte, risulta essere di più difficile interpretazione potendosi identificare, in maniera peraltro incompleta, solo in tre compartimenti (n.º 9, 10 e 11). Sembra dunque plausibile considerare come l'impianto architettonico della fase II sia direttamente legato a quello più antico e ne costituisca anzi un rimaneggiamento ed ampliamento successivo (Arruda e Pereira, 2010).

I MATERIALI

L'abbondanza e l'eterogeneità dei materiali ritrovati in questa fase cronologica permettono di comprendere la piena integrazione del sito di Monte Molião all'interno dei circuiti commerciali su larga scala.

Per quanto riguarda l'insieme dei contenitori anforici si nota una sostanziale tripartizione di provenienza dei reperti, con importazioni gaditane (Maña C2, Castro Marim 1, D di Pellicer, Maña Pascual A4, 8.2.1.1. e 9.1.1.1. di Ramon Torres), italiche (Greco-Italica e Dressel 1A) e nord-africane (Maña C2 e Tripolitana antica) e con un netto predominio delle produzioni sud-ispaniche nei confronti delle altre (Arruda e Sousa, 2013).

Per ciò che concerne la ceramica da mensa, si rileva un chiaro predominio della ceramica Campana A (forme 5, 5/7, 6, 8B, 25, 27, 31, 36 e 48A di Lamboglia) affiancato, comunque, ad un aumento progressivo delle produzioni calene (1, 2, 3, 4, 5, 5/7 e 7 di Lamboglia) (Dias, 2010).

La presenza della ceramica di pareti sottili è relativamente scarsa ed integra i bicchieri tipici di questa fase cronologica (forma I e II di Mayet) (Arruda e Sousa, 2013).

Le produzioni sud-ispaniche di tipo Kuass continuano ad apparire maggiormente nelle loro forme più caratteristiche (forme II e IX di Niveau) (Sousa e Arruda, 2013).

La ceramica comune associata a questa fase di occupazione, è stata recentemente studiata (Sousa e Arruda, 2014) ed ha evidenziato ancora una volta un chiaro predominio delle produzioni gaditane sulle altre (italiche, valle del Guadalquivir, produzioni locali, ecc.).

2.3.3. L'OCCUPAZIONE ROMANO IMPERIALE

Le evidenze architettoniche relative al periodo romano imperiale a Monte Molião sono anch'esse limitate ai settori A e C e coprono una cronologia stimata tra la seconda metà del I e la seconda metà del II secolo d.C.

Quest'ultimo periodo è considerato, a tutti gli effetti, come il momento occupazionale del sito in epoca imperiale, sebbene sussistano evidenze archeologiche di epoche precedenti e successive.

Per ciò che riguarda il ritrovamento, durante le indagini, di materiali di periodo augusteo, la mancanza di un efficace riscontro stratigrafico non consente di caratterizzare l'occupazione di Monte Molião in questo periodo, mentre il ritrovamento di materiali databili al IV secolo, soprattutto vicino alla cisterna, richiama la discussione, già accennata in precedenza, sulla continuità di utilizzazione sporadica del colle in periodi successivi al suo abbandono anche a causa della necropoli limitrofa.

Nel settore A, tra il 2006 ed il 2009, si è potuto scavare ed identificare una parte di ciò che sembra essere un importante complesso architettonico (Arruda *et al.*, 2008), venutosi a creare intorno ad un impianto stradale ortogonale.

L'intera area indagata, che ruota intorno all'incrocio di due vie perpendicolari, risulta così occupata da tre distinte macrostrutture (con un orientamento NE-SO) a loro volta suddivise in vari ambienti.

A nord dell'area scavata, un primo complesso strutturale è composto dai compartimenti n.º 1 e 8, il primo dei quali mostra le tracce di una fase occupazionale antica successivamente ristrutturata secondo parametri architettonici più ricchi (Arruda *et al.*, 2008).



Fig. 8 - Pianta dell'area dei forni imperiali identificati nel Settore C (secondo Arruda *et al.*, 2008).

Ad Ovest del settore, sorge un edificio unitario suddiviso in due ambienti collegati tra loro (compartimenti n.º 5 e 6). Il compartimento n.º 6 è occupato al suo interno da due *cetariae* per la lavorazione di preparati piscicoli, costituite da altrettante vasche quadrangolari rivestite da *opus signinum*. All'interno delle strutture è stata rilevata un'abbondante presenza di resti ictiofaunistici. A questo primo ambiente si lega direttamente il compartimento n.º 5, il quale presenta una tecnica costruttiva differente (*opus vittatum* e tracce di stucco all'interno delle pareti) e mostra evidenze di una certa attività funzionale probabilmente connessa alla produzione stessa del *garum* (presenza di un focolare e ritrovamento di contenitori d'immagazzinamento quali anfore e *dolia*) (Arruda, Pereira e Lourenço, 2009).

La zona ad Est, infine, è costituita da un imponente edificio articolato in vari ambienti complementari (compartimenti n.º 2, 3 e 7) di difficile interpretazione (Arruda *et al.*, 2008).

In base all'analisi dei materiali ritrovati, l'insieme delle strutture imperiali identificate in quest'area è stato inquadrato cronologicamente tra il periodo dei Flavi e l'inizio degli Antonini (Arruda *et al.*, 2008).

Nel settore C le evidenze strutturali relative alla fase imperiale si concretizzano in due zone distinte del versante meridionale della collina.

Nella prima area, più vicina alla cima del colle, il parziale scavo della cisterna, già individuata da Estácio da Veiga nel XIX secolo, ha permesso di delimitarne le dimensioni e determinare la peculiare tecnica costruttiva. La struttura negativa è costituita, infatti, da una fossa di forma ellittica scavata direttamente nella roccia calcarea, cui si affiancò una parete costituita da ciottoli fluviali di dimensioni medio-grandi, che a sua volta fu ricoperta da un intonaco di colore giallo-biancastro (Arruda e Sousa, 2011).

È importante rilevare come gli ultimi livelli di riempimento della cisterna, corrispondenti ad un periodo molto successivo alla sua utilizzazione, abbiano fornito materiali databili al IV secolo, interpretabili come tracce di una debole frequentazione del sito anche in epoche successive (Arruda e Sousa, 2011).

All'estremità sud-est del settore, invece, durante la campagna del 2006, si identificò e scavò un'area funzionale costituita da quattro piccoli forni.

Queste unità di combustione presentano tutte una struttura simile, costituita da un *praefurnium* ed una camera di cottura di forma sub circolare, la cui ampiezza non supera il metro quadro di area utile (Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

Per ciò che concerne la tecnica costruttiva, è importante riferire come le pareti dei forni siano costituite da file di *laterae* sovrapposte, tenute insieme da un sedimento compatto di natura argillosa, mentre la copertura della volta, probabilmente amovibile, era verosimilmente composta da *tegulae* (Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

L'orientamento dei forni non pare seguire uno schema planimetrico preciso, sebbene si possa notare come la loro realizzazione sembri inscritta all'interno di un'area circolare, il cui perimetro verrebbe delimitato da ciascuno dei corridoi di alimentazione delle singole strutture.

Da un punto di vista stratigrafico si registra una certa sequenza costruttiva: un primo momento in cui si realizzarono i forni n.º 1 e n.º 4, in associazione ad una massiccia struttura muraria è seguito, successivamente, da un secondo ed un terzo momento in cui furono attivati rispettivamente i forni n.º 2 e n.º 3 (Arruda *et al.*, 2008; Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

L'analisi dei materiali associati alle varie strutture (*terra sigillata* sud-gallica, *terra sigillata* chiara A, ceramica da cucina africana) ha, tuttavia, permesso di evidenziare come tale successione stratigrafica sia circoscrivibile ad un lasso temporale limitato (fine del I/inizio del II d.C.), rendendo così plausibile l'ipotesi di un complesso di combustione unitario, a funzionamento simultaneo (Arruda, Viegas e Bargão, 2010). L'enorme quantitativo di ceramica comune di produzione locale ivi ritrovato ha inoltre portato alla conclusione di come l'insieme dei forni provvedesse alla cottura di quest'ultima tipologia ceramica per un uso prettamente locale (Arruda *et al.*, 2008; Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

Sempre nel medesimo settore, in un'area concomitante a quella sopra descritta, durante l'ultima campagna di scavo, sono state messe in luce evidenze di una qualche struttura di epoca imperiale che potrebbe essere identificata con una sorta di edificio abitativo. La prossimità con il complesso previamente descritto, tuttavia, non permette di escludere l'ipotesi di altre funzionalità (per esempio, un magazzino) (Arruda e Sousa, 2011).

I MATERIALI

I materiali raccolti nelle due aree sopra descritte, per questo preciso intervallo cronologico, risultano particolarmente abbondanti e si traducono, per ciò che riguarda le produzioni di ceramica fine, in un'importante presenza di *terra sigillata* sud gallica, nettamente predominante rispetto a quella di tipo iberico ed affiancata da una debole presenza di *terra sigillata* chiara A. Quest'ultima pare essere inoltre accompagnata da un'apprezzabile quantità di ceramica da cucina africana (forme Hayes 23 A, 23 B, 196 e 197) (Arruda *et al.*, 2008; Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

Per quanto riguarda, invece, le importazioni anforiche si registra, in modo particolare, la presenza dei tipi Dressel 20, Haltern 70 e Beltran 2B (Viegas e Arruda, 2013).

La ceramica comune, infine, come sempre maggioritaria nella percentuale dei reperti ritrovati, si divide in un'importante insieme di produzioni betiche costiere affiancate da un considerevole repertorio di ceramica locale, la cui produzione è già stata precedentemente sottolineata (Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

3. IL SET DI MONETE DI MONTE MOLIÃO

Le monete recuperate durante gli scavi recenti condotti a Monte Molião e discusse in questa tesi, fanno parte di una serie di ritrovamenti isolati recuperati in diversi contesti stratigrafici che nel corso del loro sterro sono stati sottoposti ad un sistematico processo di setacciatura. L'insieme numismatico consta di un totale di 44 reperti suddivisi in: 19 monete attribuibili ad una datazione repubblicana, 20 a cronologia imperiale e 5 monete che risultano inclassificabili. Quest'ultime coniazioni (n.º S.N. 06, S.N. 07, 4996, 17667, 17689), comprese di tutti i loro dati analitici e fotografici, vengono rappresentate in annesso a questo lavoro ma, a causa della loro natura informativa insufficiente, non sono oggetto di discussione nella trattazione di questa tesi.

3.1. METODOLOGIA

Per ciò che riguarda la metodologia di analisi e studio dei reperti numismatici di questa tesi, si è deciso per l'adozione di una prima suddivisione dei reperti secondo due grandi categorie cronologiche di appartenenza: il periodo repubblicano e quello imperiale.

Per ciò che concerne il periodo repubblicano si è deciso per una seconda e più specifica ripartizione dei reperti in base alla loro provenienza originaria con tre rispettivi capitoli riguardanti: l'ambito geografico della costa algarvia, le altre coniazioni provenienti dal territorio ispanico e infine le emissioni provenienti da Roma.

All'interno di ciascun ambito regionale si è poi proceduto ad un elenco delle varie zecche, inquadrando ciascuna città di produzione da un punto di vista delle conoscenze storiche (fonti classiche e toponomastiche), archeologiche (storiografia delle indagini) e numismatiche (possibili altri ritrovamenti). Infine sono stati elencati i vari reperti appartenenti a ciascuna zecca secondo uno schema fisso che prevede la descrizione dei propri dati tecnici (materia e misure) ed analitici (descrizione dei tipi e trascrizione delle legende), una discussione sugli studi dei vari paralleli, una classificazione basata sui principali cataloghi di riferimento con relativa cronologia ed infine una contestualizzazione del reperto descritto all'interno della realtà stratigrafica del sito di Monte Molião.

Per l'ambito cronologico imperiale, invece, la descrizione di ogni reperto numismatico segue l'ordine cronologico dell'imperatore a cui la moneta è associata. Per ogni imperatore sono stati indicati il nome e gli anni del suo principato; una breve silloge degli avvenimenti principali di quel periodo ed un rapido *excursus* sulle questioni economiche e/o sulle principali tematiche monetarie di ciascun imperatore introduce l'analisi dei reperti di Monte Molião. La descrizione analitica delle monete imperiali segue lo stesso schema

utilizzato per i reperti repubblicani.

Ad ogni reperto numismatico è stato attribuito un preciso numero di inventario ed è poi stata creata una scheda esplicativa che ne raccogliesse le principali informazioni, come le sue caratteristiche fisiche (peso, diametro, spessore e metallo utilizzato), quelle ponderali (unità ponderale), le informazioni contestuali (unità stratigrafica di ritrovamento e cronologia dell'U.S.), iconografiche (descrizione sintetica delle rappresentazioni del diritto e del rovescio) ed epigrafiche (legenda). È stata successivamente fornita una classificazione dei reperti in relazione ai principali manuali di riferimento con indicazione dell'autorità emittente, la sede della zecca (dove possibile) e la cronologia di emissione. Ogni altra informazione utile (punzonature, ribattiture, perforazioni, ecc.) è infine stata registrata alla voce "osservazioni".

È stato quindi creato un database (*Filemaker*) che oltre a raccogliere tutte le informazioni di cui sopra, fornisce la rappresentazione fotografica in grandezza naturale (diritto e rovescio) del reperto in questione. Le informazioni contenute nel database sono presentate, in questa tesi, nella parte relativa agli annessi dove i reperti sono organizzati per ordine crescente d'accordo con il loro numero di inventario.

Una parte del set di monete di Monte Molião è stata oggetto, durante le varie campagne di scavo, di un trattamento preliminare finalizzato alla pulitura ed al consolidamento dei reperti numismatici da parte dei vari membri dell'équipe di ricerca.

Dell'intero insieme numismatico analizzato per questo lavoro, sotto consiglio del Dottor José da Silva Ruivo, ben 24 monete sono state oggetto di un trattamento di restauro e conservazione, puntualmente effettuato dal Dr. Pedro Sales durante il primo semestre del 2013 presso il Laboratório do Museu Monográfico di Conímbriga.

Le monete in lega di rame (18 esemplari) sono state sottoposte ad un primo trattamento di pulitura meccanica-manuale al microscopio che, attraverso l'utilizzo di bisturi e spazzolini in fibra di vetro di varie misure, ha permesso la rimozione dei residui terrosi e delle concrezioni metalliche presenti sulle superfici dei reperti. In un secondo momento, per stabilizzare il metallo ed inibire i processi di corrosione, le monete sono state immerse in soluzione alcolica di benzotriazolo al 3% e sottoposte a depressurizzazione in autoclave a 0,9 Kp/cm².

Il trattamento delle rimanenti sei monete di piombo, invece, ha richiesto l'impiego di un processo di pulizia chimico per la rimozione di quelle patine di passivazione formate da carbonati ed idrossidi. Il procedimento in questione è quello dello scambio ionico: fenomeno di superficie che avviene per contatto tra un solido ionico ed una soluzione elettrolitica. Nel caso specifico si è fatto uso della resina cationica Amberlite (IR 120 H) alternando tale procedura a lavaggi con acqua demineralizzata (pH 6.3).

Solo il reperto n.º 13008 è stato oggetto di un trattamento di lavaggio intensivo più specifico, i dettagli del quale sono presenti nel rapporto che il Dr. Pedro Sales ha gentilmente stilato al termine del suo intervento di restauro; relazione che viene riportata integralmente in annesso alla tesi.

In due soli casi (reperto n.º. 12893/13009 e n.º. 17667), infine, è stato necessario

procedere al fissaggio, attraverso l'uso di una resina ipossidica (Devcon), dei frammenti che costituivano le monete.

3.2. LE MONETE DELLA FASE ROMANA REPUBBLICANA

Come già riferito nel capitolo precedente, in questa prima parte della tesi si sono volute raggruppare le monete di periodo repubblicano recuperate a Monte Molião. La loro analisi segue una suddivisione arbitraria basata su tre distinti ambiti geografici di provenienza: l'area del litorale algarvio, altri centri di coniazione ispanici e le emissioni di Roma.

Le monete di questo periodo constano di un totale di 19 reperti che coprono un arco temporale compreso tra la seconda metà del II ed il I secolo a.C.

3.2.1. LE CONIAZIONI ALGARVIE

L'insieme delle monete coniate nell'attuale territorio meridionale del Portogallo e ritrovate a Monte Molião è costituito da 11 reperti.

Di questo gruppo, che rappresenta un'importante percentuale all'intero della realtà numismatica complessiva, otto monete sono state classificate e suddivise nelle rispettive zecche di appartenenza.

Tre di esse appartengono alla città di *Ossonoba* (n.º 4999, 4995 e S.N. 02), due alla città di *Ipses* (n.º S.N. 20 e S.N. 11) e tre a quella di *Cilpes* (n.º S.N. 09, S.N. 22 e 13006).

Per i restanti tre reperti (n.º S.N. 12, S.N. 18 e 18120) non è stato possibile giungere ad un'identificazione puntuale a causa del loro cattivo stato di conservazione; tuttavia, vari indicatori (*in primis*, il fatto di essere coniazioni plumbee) non lasciano spazio ad alcun dubbio sulla loro provenienza dalla costa algarvia. In base all'analisi tipologica poi, è stato possibile raggruppare queste tre monete all'interno delle produzioni della città di *Ossonoba* o, meno probabilmente, di *Balsa*, raggruppate all'interno dell'insieme delle coniazioni *ossonobensis*.

OSSONOBA

Le fonti antiche che fanno riferimento ad *Ossonoba* sono di carattere letterario ed epigrafico. Tra gli autori classici ricordiamo Plinio il Vecchio (*Nat. Hist.* IV, 116), Strabone (III, 2,5) e Tolomeo (*Geog.* II, 5,2) ma anche Pomponio Mela (*De Chor.* III, 7), che annoverando la città come uno dei centri più importanti della costa dell'Estremo Occidente, ci confermano il ruolo predominante svolto da questo antico insediamento.

Di *Ossonoba* ci parla anche l'Itinerario di Antonino (ITIN. Anton. Aug. 418, 6; 426, 2) e l'Anonimo di Ravenna (RAVEN. 306, 12).

Per quanto riguarda il toponimo in questione, J. Corominas (1976) distingue un elemento derivante dal latino (*osso-trans*) ed un altro di possibile derivazione basca (*noba-oba*). Il suffisso *-oba/-uba* inquadra il toponimo nell'ambito onomastico caratteristico della zona meridionale della Penisola Iberica, contesto linguistico contrapposto alla zona

dove sono dominanti i nomi in *-briga* (Guerra, 1998).

Fin dagli inizi del XX secolo, grazie all'ipotesi di André de Resende, la localizzazione dell'antica *Ossonoba* è sempre stata indicata nell'area della villa romana di Milreu (Estói). Tale idea, sostenuta anche da Estácio da Veiga, fu messa in discussione solamente dopo che M. Lyster Franco, nei primi anni '40, identificò i resti di un *podium* di un tempio nei pressi della cattedrale della città di Faro. Quest'ultimo fatto, insieme al ritrovamento di un'iscrizione in cui era riferito il termine CIVITAS OSSONO(*bensis*), fugarono ogni dubbio (Viana, 1952).

Oggi non sussiste più alcuna riserva sull'individuazione della città di *Ossonoba* al di sotto del capoluogo algarvio. Proprio per il fatto di giacere sotto al centro storico di Faro, i lavori archeologici condotti negli ultimi anni ad *Ossonoba* rientrano, per la maggior parte dei casi, nella categoria degli interventi a carattere preventivo.

Le prime notizie riguardanti opere di scavo risalgono al 1877, anno in cui Estácio da Veiga identifica e indaga una necropoli nel quartiere Letes (Santos, 1971-1972). La stessa area sepolcrale sarà, in seguito, teatro di nuove indagini condotte da Abel Viana nel 1938, pochi anni dopo gli scavi effettuati dallo stesso nei pressi della Sé di Faro, dove già erano stati raccolti materiali di epoca islamica e romana (Viana, 1952).

Come è stato riferito in precedenza, nei primi anni '40, alcune opere di carattere urbanistico portarono alla luce, davanti alla cattedrale della città, le strutture di un tempio romano (Franco, 1940).

Un altro importante lavoro da riferire nella storia archeologica della città è la riscoperta, nel 1976 del "mosaico di Oceano" (già identificato negli anni '20) che, secondo l'iscrizione ad esso associata, fa ipotizzare la presenza di un edificio pubblico in quel preciso luogo (Encarnação, 2005).

A partire dagli anni '80, l'archeologia urbana nella città di Faro fu posta sotto la supervisione dell'archeologa T. J. Gamito, che nell'ambito di un progetto d'investigazione, tentò di studiare l'evoluzione storica della città (Gamito, 1991; 1992; 1994).

Dalla fine del XX secolo, tutti i lavori di carattere archeologico compiuti a Faro sono stati diretti o dal comune della città (è il caso dell'indagine condotta nei pressi della "Fabrica da Cerveja de Portugal" e nel "Museu Municipal") o da cooperative private.

L'ingente ammontare di dati raccolti, durante le varie indagini, ha permesso di tracciare una specifica cronologia per la lunga fase occupazionale dell'antica *Ossonoba*. Ad un primo insediamento preromano di IV secolo a.C. segue infatti, senza interruzione, un'occupazione romana che si protrae fino al V secolo d.C. (Sousa, 2009; Viegas, 2011).

Per ciò che concerne i reperti numismatici, è importante rilevare come l'iconografia di questa zecca si rifaccia a tematiche relative alla pesca e in genere all'ambito marittimo (barche, tonni e delfini) (Faria, 1995b; 1997). Tali motivi sono caratteristici di quasi tutta l'area meridionale della Penisola Iberica durante la fase finale dell'Età del Ferro ed il periodo romano. È importante sottolineare, infine, come l'iconografia *ossonobense* sia molto simile a quella della vicina zecca di *Balsa*, al punto da essere difficilmente distinguibili le une dalle altre in assenza di un preciso riferimento epigrafico alla città di

appartenenza.

Ossonoba conia assi di bronzo (CNH 424:1) che, al diritto, mostrano un'imbarcazione (mercantile?) con albero maestro e vela; al rovescio la legenda OSVNVBA (che a volte presenta doppia legatura tra V-N-V) compare tra due tonni voltati a sinistra.

Di questa zecca sono noti anche e soprattutto alcuni divisori (forse quadranti) in piombo (CNH 424:1A-5) che presentano al diritto la raffigurazione di una barca e al rovescio l'effigie di un tonno o di un delfino con legenda OSO in alto (Faria, 1995b; 1997).

Come già riferito in precedenza, le monete attribuibili a questa zecca recuperate a Monte Molião sono tre quadranti (n.º S.N. 02, 4995 e 4999). All'interno di questo insieme sono stati inoltre raccolti tre reperti dubbiosi (n.º 18120, S.N. 12 e S.N. 18).

- Il reperto n.º S.N. 02 è un quadrante (?) di piombo del peso di 6.07 g, diametro di 18 mm e spessore medio 3.5 mm.

Al diritto, nella parte superiore della moneta, si distingue l'immagine di un tonno voltato a sinistra. Lo spazio inferiore del campo doveva sicuramente essere occupato dalla legenda che oggi risulta illeggibile.

Al rovescio, in posizione centrata si legge nitidamente la scritta OSO (S invertita).

In base alle caratteristiche analitiche e ai dati tecnici raccolti, è stato possibile classificare il reperto come CNH 424:3 (Vives, 118,4), potendogli attribuire una cronologia di I secolo a.C. (Faria, 1995b; Villaronga, 1994).

La moneta è stata raccolta all'interno dell'unità stratigrafica [85], definibile di carattere secondario perché corrisponde ad uno strato di terra rivoltata e/o di colmattazione (Viegas e Arruda, 2013, p. 728). L'abbondanza dei materiali archeologici recuperati ha permesso di inquadrare questa realtà deposizionale in un contesto cronologico della seconda fase di epoca imperiale (Imp. II), sebbene si registri la presenza residuale di reperti più antichi, come appunto nel caso della moneta qui descritta.

- Il reperto n.º 4995 (altro possibile quadrante) presenta un peso di 2.94 g, il modulo di 16 mm ed uno spessore di 2 mm. Il metallo utilizzato per la coniazione di questa moneta è il piombo.

Al diritto s'intravede, nella parte inferiore, la poppa o prua di un'imbarcazione dotata di albero maestro che, dai pochi particolari riconoscibili, parrebbe di natura mercantile; la plausibilità di tale ipotesi è confermata dalla bibliografia esistente a riguardo delle coniazioni *ossonobensi*, che, in relazione a tale tematica, non fa alcun riferimento a navi militari.

Al rovescio, la silhouette di un tonno voltato a destra sovrasta la legenda OSS[O].

Classificata come CNH 424:4, questa moneta presenta alcuni paralleli già pubblicati (Gomes e Gomes, 1981-1983) ed è databile al I secolo a.C. (Faria, 1995b; 1997).

Il reperto proviene dell'US [28], uno strato di riempimento tra i più recenti dell'occupazione romano imperiale (Imp. III) scavati nel settore A di Monte Molião. Considerando la sua posizione stratigrafica è plausibile che tale US appartenga al II secolo

d.C. La moneta qui sopra descritta è quindi da inquadrarsi nell'ottica di una presenza più probabilmente residuale.

- Il terzo quadrante (?) plumbeo, reperto n.º 4999, presenta un peso di 6.25 g, un diametro di 17 mm ed uno spessore di 3 mm.

Le caratteristiche analitiche di questo divisore sono simili al precedente: al diritto si distingue bene la forma di un'imbarcazione con prua voltata a destra, mentre al rovescio la figura di un tonno, sempre girato a destra, sovrasta la scritta OSO.

Anche in questo caso l'attribuzione alla zecca di *Ossonoba* è certa e la cronologia rimane la stessa. Il reperto classificato, con qualche dubbio, come CNH 424:4 è stato ritrovato all'interno dell'US [1163], uno strato di riempimento/crollo del Settore C, la cui datazione rientra in pieno periodo imperiale.

Oltre alle monete sopra descritte, sono stati recuperati tre reperti la cui classificazione, a causa del loro cattivo stato di conservazione, anche dopo il trattamento in laboratorio, non può che essere generale ed imprecisa. L'analisi tipologica restringerebbe, tuttavia, il campo di appartenenza alle zecche di *Balsa* o, più probabilmente, *Ossonoba*.

- Il reperto n.º 18120 è un quadrante (?) di piombo del peso di 3,09 g, un diametro stimato intorno ai 15 mm ed uno spessore di 2 mm.

Al diritto, in alto, si intravede la sagoma di un delfino voltato a sinistra; più in basso, centrata sotto il ventre dell'animale, pare di potersi leggere la lettera S, forse facente parte della legenda OSO o OSSO. La posizione in cui ci pare di distinguere la lettera fa prevalere l'ipotesi che la legenda potrebbe essere, con maggior probabilità, quella relativa alla zecca di *Ossonoba*; la scritta BALSÀ risulterebbe, infatti, troppo scentrata rispetto all'immagine del delfino.

Il rovescio della moneta si presenta fortemente compromesso dalla corrosione e risulta totalmente indecifrabile.

Il reperto in questione è stato ritrovato all'interno dell'US [70], uno strato di crollo/scarico corrispondente alla penultima fase di occupazione imperiale (Imp. II) di Monte Molião.

- Il reperto n.º S.N. 12 è un piccolo divisore (quadrante ?) in piombo del peso di 2.36 g, il cui diametro è stimato intorno ai 15 mm, lo spessore pari a 2 mm.

Sia il diritto sia il rovescio di questa moneta sono logori ed illeggibili. L'unico elemento visibile, sul bordo di una delle due facce, è una serie di punti grossolani che dovevano probabilmente far parte di una cornice puntinata intorno all'elemento iconografico presente nel campo.

La moneta è stata raccolta all'interno dell'unità stratigrafica [85], di epoca imperiale (Imp. II), sopra descritta (*vide supra* p. 31).

- Il reperto plumbeo n.º S.N. 18 (possibile quadrante), infine, presenta un peso di 1.79 g, uno spessore di 2 mm e un diametro stimato intorno ai 15 mm, sebbene la circonferenza

del reperto sia corrosa dal tempo.

Le due facce si presentano fortemente compromesse dalla corrosione e l'unico elemento iconografico riconoscibile è una sagoma affusolata sul rovescio della moneta che potrebbe appartenere a quella di un tonno.

Allo stesso modo della precedente, anche questa moneta è stata recuperata all'interno della US [85] (Imp. II), già descritta (*vide supra* p. 31).

IPSES

Di tutti i siti dell'Algarve, *Ipses* è quello meno conosciuto sia a livello archeologico sia a livello documentario.

L'esistenza di questo toponimo è legata quasi esclusivamente alle attestazioni numismatiche e l'unica fonte antica che faccia riferimento a questo nome (sotto la variante di *Ipsa*) è il papiro di Artemidoro, documento oggetto di forte discussione in seno alla comunità scientifica e la cui autenticità è stata più volte messa in dubbio (Canfora, 2008).

Da un punto di vista linguistico il termine *Ipses* mostra una chiara filiazione con il mondo meridionale (radice *-ip*) e pare, come nel caso di *Cilpes*, che possa essere derivabile dall'aggettivo toponimico latinizzato *ipsenses*. Stando a questo ragionamento, un possibile nome originario potrebbe corrispondere ad *Ipsis* (Guerra, 1998).

Oggi la localizzazione dell'antica *Ipses* viene indicata con l'area di Vila Velha (Alvor), unica zona in cui, durante gli anni '80, furono effettuati alcuni lavori archeologici diretti dalla Dottoressa T. J. Gamito. Sfortunatamente i risultati di queste indagini non furono mai integralmente pubblicati, fatto quest'ultimo che certo non aiuta la risoluzione del problema dell'identificazione dell'antica zecca. Tuttavia, ciò che si conosce dei materiali ritrovati fa ipotizzare una fondazione preromana del sito ed una continuità occupazionale durante il II e I secolo a.C. (Gamito, 1997).

È importante rilevare come il nome di *Ipses* sia stato posto in relazione con il sito di Vila Velha de Alvor esclusivamente per il ritrovamento di tre divisori di piombo raccolti, dalla Dottoressa Gamito, nei pressi di un focolare o area di fusione. Ciò, naturalmente, rende l'idea di identificare il sito con l'antica città alquanto flebile, soprattutto se si considera che i materiali associati a queste monete e il loro contesto stratigrafico sono rimasti sconosciuti.

L'antica zecca di *Ipses* coniò monete in lega di rame e in piombo, le prime di estrema rarità e le seconde poco conosciute e non riferite nel CNH di Villaronga.

Sugli esemplari di bronzo (CNH 422:1), si riconosce, sul diritto, la testa di un Ercole/Melqart con clava dietro la nuca e legenda latina MARIVS sul davanti della figura (Faria, 1997). La rappresentazione del semidio greco risulta molto simile a quella che compare sulle antiche coniazioni gaditane e di **Beuipum*.

Il rovescio di tali monete mostra un Cupido che cavalca un delfino voltato a sinistra con sotto la legenda IPSES.

Gli esemplari di piombo, di fattura molto più rozza, portano coniato sul diritto, una

testa maschile voltata a destra sormontata da quella che parrebbe essere una cornice di punti. Il rovescio è occupato da un delfino con sotto legenda IPSES (Faria, 1987-1988). A queste ultime coniazioni di peso superiore (circa 9 g), se ne affiancano altre più minute (tra i 4 e i 5 g), in cui, al rovescio, il toponimo compare nella variante IPSIIS ed è posto tra due delfini (Marinho, 1998).

La datazione per tali emissioni è stimata intorno al I secolo a.C. con la proposta, basata sulla differenza stilistica tra gli esemplari in piombo e quelli in bronzo, di distinguere cronologicamente le emissioni nei due diversi metalli (Faria, 1997).

I reperti numismatici ritrovati a Monte Molião che si possono raggruppare all'interno delle coniazioni di *Ipses* sono due: un asse ed un quadrante.

- L'asse, reperto n.º S.N. 11, è una moneta coniata in lega di rame e presenta un peso di 8.51 g, un modulo di 25 mm e uno spessore di 3 mm.

Il diritto di questa moneta è illeggibile mentre il rovescio mostra chiaramente l'immagine di un cupido che cavalca un delfino voltato a sinistra; in basso, la legenda IP[S]ES non lascia dubbi sull'attribuzione dell'antica zecca.

In base a tali caratteristiche il reperto n.º S.N. 11 è classificabile come CNH 422:1. Il diritto della moneta ritrovata a Monte Molião avrebbe dovuto quindi rappresentare, la testa di Ercole voltata a sinistra.

L'estrema rarità di questa tipologia è confermata dai pochi paralleli noti. Oltre al riferimento di un esemplare (la cui provenienza è sconosciuta) pubblicato nel catalogo dedicato al piombo monetiforme della Spagna Antica (Casariego, Cores e Pliego, 1987), esistono solamente altri due esemplari di tale moneta custoditi nel Museo Nazionale di Lisbona (M.N.A. 30/49; M.N.A. 130/15 - quest'ultimo esemplare proveniente di Monte Molião, secondo Fabião, 1998, 3 - p. 24). In questi ultimi due casi, A. Faria legge, non senza qualche dubbio, la parola MARIVS presente al diritto, davanti alla testa di Ercole, non potendo tuttavia giungere a nessuna conclusione puntuale sopra l'esistenza di un magistrato con tale nome nella Penisola Iberica (Faria, 1987-1988; Dias, 1983).

L'iconografia presente sul diritto delle monete sopra descritte si rifà alla tradizione gaditana dell'Ercole-Melqart, la cui tematica è comune nelle emissioni di **Beuipum*, *Sex*, *Carteia*, *Lascuta*, *Asido*, *Sisipo-Detumo*, *Carissa* e *Iptuci* (Faria, 1987-1988). Il motivo decorativo del delfino montato dal Cupido, invece, appare, sebbene con una resa stilistica inferiore (Faria, 1987-1988), in alcune coniazioni di *Carteia* e *Saitabi* e potrebbe essere messo in relazione con determinate influenze di carattere fenicio-punico, comprovabili dalla presenza di tale motivo in contesti nord africani e cartaginesi (Chaves Tristán, 1979).

Il ridotto numero di coni utilizzati per queste emissioni ha portato inoltre ad ipotizzare la possibilità di una serie di carattere commemorativo; le prove a favore di questa ipotesi sono tuttavia troppo deboli per consolidarla.

La cronologia di questi rari assi di bronzo è stimata intorno alla prima metà del I secolo a.C.

Il reperto in questione è stato incontrato all'interno dell'US [85], databile alla seconda fase del periodo imperiale di Monte Molião (Imp. II), già caratterizzata (*vide supra* p. 31).

- Il reperto n.º S.N. 20 (quadrante ?) in piombo presenta un peso di 10.47 g, diametro di 22 mm e spessore di 3 mm.

Al diritto è rappresentata, in maniera grossolana una testa (presumibilmente maschile) voltata a destra e sormontata da tre grossi punti circolari che fanno parte, come si può notare in alcuni paralleli della stessa moneta, di una cornice puntinata che circonda l'effigie nel mezzo.

Il rovescio del reperto è occupato, invece, dalla figura di un delfino voltato a destra che sormonta la legenda IPSES ben distinguibile.

Di questa serie di piombo, ignorata dal catalogo del Villaronga, si conoscono soltanto una mezza dozzina di esemplari (Faria, 1995) dei quali solo tre, finora, sono di sicura provenienza, essendo stati ritrovati durante gli scavi condotti a Vila Velha de Alvor. Proprio la provenienza sicura di questi ultimi reperti ha sempre portato all'identificazione del luogo sopra menzionato con l'antica zecca di *Ipses*.

Dal punto di vista iconografico si può notare come la serie di piombo mostri chiari parallelismi tematici e metrologici con le coniazioni bronzee, ma risulti, tuttavia, stilisticamente molto più grossolana rispetto a quest'ultime. Ciò ha portato a ipotizzare una leggera differenziazione cronologica tra le due tipologie; tale iato temporale sarebbe comunque inscrivibile nell'arco del I secolo a.C. (Faria, 1987-1988; 1995).

Anche questa moneta è stata incontrata all'interno dell'US [85] (Imp. II), di cronologia romana imperiale (*vide supra* p. 31).

CILPES

L'antica zecca di *Cilpes* è conosciuta essenzialmente attraverso le attestazioni epigrafiche presenti sui reperti numismatici; questi ultimi rivestono quindi una notevole importanza per ciò che concerne l'identificazione e lo studio di questo insediamento algarvio.

Le fonti antiche che fanno riferimento al toponimo *Cilpes* sono, infatti, scarse. Oltre alle legende monetarie che riportano una serie di varianti: CILPES/CILPIIS (Faria, 1997; Marinho, 1998) o CILPE/CILBE (Gomes e Gomes, 1981-1983), non sussiste, come già detto, alcun'altra evidenza epigrafica e l'unica referenza letteraria c'è fornita da Plinio il Vecchio (*Nat. Hist.* IV, 118). Il naturalista latino, però, non riferisce direttamente il nome della città antica ma soltanto l'etnonimo *Cilibitani* in relazione ai popoli lusitani soggetti al pagamento dello *stipendium* a Roma. A complicare ulteriormente la questione è sempre Plinio che, poche righe prima (*Nat. Hist.* IV, 116), nel riferire i nomi delle città più importanti della costa algarvia, non fa alcun accenno a *Cilpes*.

A proposito del toponimo in questione, infine, è importante rivelare come l'interpretazione del testo pliniano, oscillò per molto tempo tra una lettura *cibilitani* vs *cilibitani*. Oggi quest'ultima lezione sembra la più plausibile (*contra* Faria 1995b) e da essa si è derivato il possibile nome dell'*oppidum*: *Cilibis*. Tale termine avrebbe potuto avere una variante grafica in *Cilpis* (Guerra, 1998) attestata oggi dalle legende monetarie.

L'identificazione prettamente archeologica dell'antica città di *Cilpes* non è pienamente comprovata. Si discute tra un'individuazione del sito nei pressi di Silves o vicino al Cerro da Rocha Branca.

La localizzazione di *Cilpes* sotto l'attuale città di Silves fu proposta già da Estácio da Veiga nei primi anni del XX secolo. L'archeologo algarvio ci informa, infatti, del ritrovamento di alcuni esemplari numismatici in bronzo, da lui stesso recuperati nei dintorni dell'ex capoluogo dell'Algarve (Veiga, 1910). Sulla base delle descrizioni fatte da quest'ultimo, M. V. Gomes (1993), ha ipotizzato una provenienza delle suddette monete dal Cerro da Rocha Branca, proponendo quest'area come il luogo corrispondente all'antica *Cilpes*. Le indagini condotte tra il 1981 ed il 1985 da M. V. Gomes, R. V. Gomes e C. Beirão nel sito del Cerro da Rocha Branca hanno portato alla scoperta di un'occupazione dell'Età del Ferro e di materiali romani (tra i quali spicca il ritrovamento di quattro denari consolari d'argento e un discreto insieme di ceramica campana A e B, anfore iberopuniche, "cartaginesi" e italiche) databili tra il II ed il I secolo a.C. (Gomes, 1993).

Questa proposta non è tuttavia pienamente accettata dalla comunità scientifica a causa dell'insufficienza delle evidenze archeologiche di periodo romano prodotte dagli scavi. Alarcão (2005), a tal proposito, pone l'accento sul fatto che non sussistano né chiare evidenze architettoniche né testimonianze epigrafiche che possano fugare ogni dubbio e fa notare come anche il sito di Portimão/Portimões possa essere un candidato plausibile per l'attribuzione di *Cilpes*.

Per ciò che concerne, infine, l'identificazione con l'attuale città di Silves è importante evidenziare come, durante gli ultimi anni, numerosi scavi di carattere urbano (progetto Polis) abbiano prodotto una serie di realtà archeologiche la cui cronologia, tuttavia, non risulta essere più antica del periodo islamico.

A *Cilpes* sono attribuite le emissioni di alcuni assi di bronzo (CNH 420:1; Vives, 106,1-2) che portano raffigurato, al diritto, un cavallo voltato a sinistra e al rovescio una spiga di grano che sormonta il toponimo. Di queste monete esistono alcune varianti.

Un esemplare conservato al Museu Nacional de Arqueologia di Lisbona e proveniente da Monte Molião (Faria, 1987; Fabião, 1998, 3 – p. 24), mostra, sopra la raffigurazione del cavallo, un oggetto a forma di losanga in posizione verticale (frutto?/foglia?), mentre J. R. Marinho (1998) riferisce dell'esistenza di alcune monete in cui, sopra la figura del cavallo, si distinguerebbe un crescente lunare (in varie posizioni). Al rovescio, quest'ultime emissioni, mostrerebbero una palma che sormonta il toponimo CILBE (in cartiglio).

Nelle vicinanze di Silves, inoltre, sono stati raccolti piccoli divisori in lega di bronzo (del peso di 4/5 g) che portano rappresentato al diritto un pesce (tonno?) e al rovescio una legenda molto stilizzata in cui pare leggersi CILP (con L retrogrado) (Marinho, 1998).

Per ciò che concerne le coniazioni di piombo, si conosce solo un tipo (molto simile alle emissioni di *Ipses* nello stesso metallo) che porta raffigurato al diritto una testa maschile circondata dalle lettere L.NV. e al rovescio un delfino che sormonta il toponimo (Marinho, 1998).

La cronologia di queste emissioni è di difficile determinazione e risulta oggetto di grandi controversie. V. Mantas (1997), basandosi sulla cronologia di Gil Farrès (1966),

propone una datazione intorno al 47/44 a.C., mentre Faria (1995b), dal canto suo, opta per un'attribuzione alla fine del II inizi del I secolo a.C.

I reperti numismatici ritrovati a Monte Molião che si possono raggruppare all'interno delle coniazioni di *Cilpes* sono in totale tre: un asse, un semisse e un quadrante.

- Il reperto n.º S.N. 09 è un asse coniato in lega di rame che presenta un peso di 8.01 g con un diametro di 20 mm e uno spessore di 3 mm.

Il diritto di questa moneta è parzialmente consunto e risulta impossibile determinare la figura che presumibilmente doveva occupare il campo del reperto. In basso la legenda è C[IL]PES.

Il rovescio mostra un cavallo voltato a sinistra sormontato da un crescente lunare.

Il reperto è classificabile come CNH 420:1 (?) (Vives, 106,1-2) nonostante vi siano tuttavia alcune piccole differenze tra questa moneta e quelle riportate nei cataloghi. Il CNH di Villaronga, infatti, riporta, al diritto, la figura di un cavallo sormontato da una S in posizione orizzontale ed al rovescio la scritta CILPES tra due spighe voltate a destra. Vives, 106,2, invece, come nell'esemplare custodito al M.N.A. e ritrovato a Monte Molião (Faria, 1987; 1995b), mostra un oggetto a forma di mandorla o losanga (frutto o foglia), posto verticalmente sopra la figura dell'animale. Altri paralleli di questa rara emissione sono descritti da J. R. Marinho (1998) il quale oltre a riferire di una decina di monete con caratteristiche tecniche (peso di 8,17 g) ed analitiche simili al reperto n.º S.N. 09, sottolinea anche l'esistenza di una variante in cui, al diritto, il cavallo sarebbe raffigurato con le zampe anteriori stese in un movimento di galoppo, mentre la legenda del rovescio sarebbe CILBE in cartiglio e sotto una palma. Il peso di questi ultimi esemplari sarebbe di circa 24 g.

La cronologia di questi assi è stimata da Faria (1995b) intorno alla fine del II secolo a.C. o nelle prime decadi del I a.C.

La moneta è stata raccolta all'interno dell'unità stratigrafica [85], che come già è stato riferito (*vide supra* p. 31), corrisponde ad un strato di epoca imperiale (Imp. II).

- Il reperto n.º S.N. 22 corrisponde ad un semisse (?) in lega di rame del peso di 7.20 g il cui diametro misura 20 mm e lo spessore 3 mm.

Al diritto si distingue la silhouette di un pesce, molto probabilmente un tonno, voltato verso destra.

Il rovescio presenta, in alto, la figura di una spiga, mentre in basso si trova la legenda invertita CILPI[...] o CILIP[...]; purtroppo, dato il cattivo stato di conservazione, le ultime tre lettere della scritta sono di difficile lettura, potendosi distinguere chiaramente solo una serie di tratti verticali.

Di questa particolare serie fa riferimento anche J. R. Marinho, il quale riferisce di alcune monete di peso compreso tra i quattro e sei grammi e con: "uma legenda formada por traços verticais, com falhas" (Marinho, 1998). Lo stesso autore fa anche specifica menzione alla particolarità di un L retrogrado nelle legende studiate, alla plausibile lettura di un tratto curvo che formi la parte superiore della lettera P ed aggiunge, inoltre, che non vi sono tracce di possibili tratti orizzontali che possano far presagire la presenza

della lettera E.

Il reperto è stato rinvenuto all'interno dell'US [1413] (Rep. II), strato di occupazione/ abbandono di carattere primario la cui cronologia è stimata tra la fine del II e gli inizi del I secolo a.C. (Arruda e Sousa, 2013). Tale datazione avvalorerebbe la proposta fornita dal Faria (1995b) per le emissioni di *Cilpes*.

- L'ultimo reperto di *Cilpes*, n.º 13006, è un divisore (quadrante ?) in lega di rame del peso di 5.38 g, del diametro di 21 mm e dello spessore di 3 mm.

Il cattivo stato di conservazione e l'esistenza, come già visto, di numerose varianti di tali assi e divisori di bronzo per questa città, non permette di giungere ad una classificazione puntuale e più specifica di quella che attribuisce il reperto alla zecca di *Cilpes*.

Al diritto, nella parte bassa della moneta, s'intravede la forma di una spiga mentre la parte superiore risulta totalmente indecifrabile.

Il rovescio mostra la parte superiore del campo illeggibile mentre la parte inferiore è occupata dalla legenda retrograda CIL[...].

Il reperto, la cui cronologia probabilmente si allinea a quella dei reperti precedenti, è stato ritrovato durante la pulizia superficiale del settore C.

Per ciò che riguarda infine la zecca di *Cilpes* va ricordato come, al ritrovamento delle tre monete descritte sopra e di cui abbiamo potuto avere accesso direttamente, si debba aggiungere l'esistenza di un quarto reperto analizzato, in questa tesi, solo attraverso materiale fotografico (Fig. 9). La moneta in questione è stata recuperata durante le campagne di scavo di Monte Molião ed è attualmente custodita nel museo di Lagos.

Il reperto risulta mancante della descrizione dei suoi dati tecnici e ponderali ma sappiamo essere un piccolo divisore di piombo.

Il diritto della moneta presenta la raffigurazione di una testa maschile la cui resa iconografica è decisamente bassa. Le dimensioni del capo, sproporzionate rispetto ad un collo reso in maniera semplicistica, si accompagnano ad un tratteggio dell'occhio, del naso, dello zigomo e dell'orecchio goffo e grossolano. La resa dei capelli infine è poco curata e si riduce ad una semplice linea di punti sopra il capo. Il *recto* della moneta risulta



Fig. 9 - Moneta di *Cilpes* recuperata durante la campagna di scavo del 2006 (foto di Vitor S. Gonçalves; secondo Arruda, 2007).

anepigrafo.

Al rovescio si distingue la sagoma di un animale marino voltato a sinistra. La raffigurazione della pinna caudale divisa in due lobi orizzontali, caratteristica precipua dell'ordine dei cetacei, ci fa protendere per identificare l'animale rappresentato come un grosso mammifero: una balena, o un capodoglio.

A rafforzare la nostra tesi ed, al contempo, scartare l'ipotesi che si tratti della raffigurazione di un delfino, vi è la particolare riproduzione di tutta la figura. Essa, infatti, nel nostro caso, segue un andamento che potremmo definire "concavo", che ben si adatta alla rappresentazione tipica della figura di una balena, la quale dopo aver espirato, si immerge nuovamente in mare con un colpo di coda. Al contrario, l'iconografia tipica del delfino segue sempre un andamento opposto, "convesso", che rispecchia il culmine dell'evoluzione acrobatica tipica di questo animale: il salto fuori dall'acqua.

In secondo piano, dietro l'effigie del mammifero acquatico, s'intravede un oggetto allungato la cui estremità inferiore risulta appuntita e quella superiore arrotondata. L'utensile (se di questo si tratta) è di difficile interpretazione, ma se l'ipotesi della balena potesse essere comprovata questo arnese potrebbe essere messo in relazione con gli arpioni utilizzati per la caccia dei cetacei.

Al di sotto di questa rappresentazione chiastica compare la legenda CILPE che, dalla presenza di due tratti orizzontali appena visibili sopra e sotto la scritta, parrebbe in cartiglio o incorniciata tra due linee parallele.

Per le sue caratteristiche tecniche e tipologiche, la moneta in questione potrebbe essere affiancata alla tipologia plumbea descritta da J. R. Marinho (1998, p. 24) ed associata, per similitudine, ad alcune emissioni di *Ipses* (*vide supra* pp. 33-35).

3.2.2. ALTRE CONIAZIONI ISPANICHE

All'interno di questo capitolo si sono volute raggruppare quelle monete coniate in altre parti della Penisola Iberica che non presentano emissioni plumbee come quelle del territorio algarvio. È bene quindi sottolineare, fin da ora, che tale suddivisione è stata attuata solamente per distinguere l'unicità e la peculiarità delle emissioni del sud del territorio portoghese e non seguendo specifici criteri geografici, che sarebbero risultati peraltro di difficile comprensione.

L'insieme di queste coniazioni ispaniche, dunque, consta di sei reperti ed è ripartito tra le zecche di *Murtili* (n.º 13007), **Beuipum* (n.º 13008), *Gadir* (n.º S.N. 24, n.º 4998) e *Carmo* (n.º 4997). All'interno di quest'ultima zecca è stato aggiunto anche un altro reperto (n.º S.N. 23) la cui provenienza, sebbene dubbiosa, sembrerebbe ascrivibile al territorio betico.

MVRTILI

Le fonti storiche e i dati archeologici mostrano chiaramente come l'antica città di *Murtili*, attuale Mértola, si caratterizzò come importante insediamento durante l'Età del Ferro e in seguito come una feconda realtà in epoca romana repubblicana e imperiale.

Il toponimo *Murtili* compare, con differenti varianti, in attestazioni epigrafiche e in legende numismatiche, nonché nell'Itinerario Antonino (ITIN. Anton. Aug. 431, 4-7) e nell'Anonimo di Ravenna (RAVEN. 313, 16).

L'antica città è inoltre menzionata da diverse fonti classiche. Pomponio Mela (*De Chor.* III, 7) la pone tra i centri costieri dell'Algarve insieme a *Balsa* e *Ossonoba* con un'imprecisione geografica che potrebbe essere giustificata dalla facile navigabilità del fiume Guadiana in epoca antica: peculiarità che avrebbe conferito a *Murtili* le caratteristiche di un porto di mare a tutti gli effetti.

Plinio il Vecchio (*Nat. Hist.* IV, 116, 117), invece, la annovera tra le *oppida veteris latii* e Tolomeo (*Geog.* II 5, 4), la riporta con l'attributo di *Ιουλῖα*. Queste ultime citazioni hanno favorito lo sviluppo di varie ipotesi sull'attribuzione cronologica dello *ius latii* a *Murtili* e sul passaggio della città a *municipium*, con proposte che oscillano tra l'epoca di Cesare e la successiva Guerra Civile (Alarcão, 1985, pp. 101-104) e il periodo augusteo (Faria, 1995a, p. 95).

Per ciò che concerne le ricerche archeologiche condotte a Mértola e nelle sue vicinanze, è importante sottolineare come la maggior parte dei dati delle occupazioni più antiche della città, dipendano da contesti secondari provenienti dalle occupazioni più recenti del sito. Non si sono trovati, infatti, impianti urbani risalenti all'Età del Ferro e all'epoca romana repubblicana, con la possibile eccezione della cinta muraria (Lopes e Hourcade, 2001). Per quanto riguarda quest'ultima fase, tuttavia, la grande quantità di ceramica di periodo repubblicano, come il caso della tipologia Campana studiata da L. Luís (2003a), ha confermato come il sito dovesse essere un'importante realtà economico-culturale durante la fine del II secolo e gli inizi del I a.C.

Lo studio, inoltre, di un cospicuo insieme di anfore italiche, scoperte in un sito limitrofo alla città, conosciuto con il nome di Mata-Filhos, ha permesso di identificare l'intera area come un possibile accampamento di natura militare (Luís, 2003b), il che potrebbe documentare la partecipazione dell'antica *Murtili* agli avvenimenti bellici del periodo repubblicano.

Quest'ultima constatazione parrebbe essere consolidata dal ritrovamento e dal parziale studio di due distinti tesori monetari (una pentola contenente circa 8000 denari ritrovata agli inizi del XVII secolo nei pressi di Mértola ed un tesoro di 800 monete scoperto negli anni '40 sulle rive del Guadiana) databili intorno alla fine del II e i primissimi anni del I secolo a.C. che confermerebbero un contesto di instabilità (Luís, 2003a).

I reperti numismatici attribuibili a *Murtili*, trovati sino ad ora, rappresentano tutte coniazioni in lega di rame e dal punto di vista iconografico si presentano come tra le più rozze della Penisola Iberica (Faria, 1995b, p. 148).

Villaronga elenca, nel suo catalogo, per la zecca di *Murtili*, ben nove differenti tipologie monetarie, suddividendole in coniazioni risalenti alla prima metà del II secolo a.C. ed emissioni degli ultimi anni dello stesso periodo. Una datazione così alta pare tuttavia poco plausibile, non conoscendosi, finora in Portogallo, materiali ed evidenze archeologiche di tale contesto cronologico. Risulta, quindi, più verosimile la datazione

proposta da studiosi come Crawford (1985, p. 341) e Faria (1995b, p. 149) che pongono le emissioni più antiche durante il periodo delle Guerre Sertoriane e quelle più recenti tra il 70 ed il 40 a.C. Tuttavia, la notizia del ritrovamento di una moneta della zecca di *Carmo* riconiata su una di *Murtili* (Collantes, 1969-79; Alfaro Asins *et al.*, 1998) riproporrebbe il problema cronologico della zecca alentejana. Questa moneta, a quanto sappiamo non ancora debitamente pubblicata (Faria, 1998), potrebbe confermare per lo meno la contemporaneità delle due zecche tra la metà del II secolo e gli inizi del I secolo a.C., data in cui Chaves Tristán (2001) inquadra la monetazione di *Carmo*. Tale ipotesi sarebbe inoltre corroborata anche dai dati archeologici di Monte Molião potendo a questo punto far slittare, verosimilmente, le coniazioni *murtiliane* all'ultimo terzo del II secolo a.C.

Dal punto di vista stilistico, escludendo le tipologie più tardive, che si compongono di caratteristiche proprie, possiamo notare come le rimanenti sette emissioni si declinino in un'iconografia piuttosto omogenea, che, ponendo al centro della raffigurazione numismatica il binomio tematico dell'alosa e della spiga di grano, esalta le potenzialità agro-fluviali dell'antica città. Tali suddette figurazioni vengono a svilupparsi in varie combinazioni: con l'immagine del pesce al diritto o al rovescio; nella parte inferiore o superiore del campo monetale; con legende tra linee orizzontali o in cartelle.

A queste variazioni iconografiche si affiancano, senza tuttavia sviluppare una correlazione diretta, oscillazioni metrologiche che vanno dai 32/31 mm di modulo per i cosiddetti assi ai 25/22 mm per semissi e quadranti. Le differenze di peso seguono le variazioni ponderali passando dai 35 g dei nominali maggiori fino ai 5/6 g per quelli minori. Tutti i fattori fin qui riportati: dalle varianti tipologiche alle differenze di peso e misura suggeriscono la pertinenza di queste monete ad un'unica emissione composta ovviamente da vari tagli (Faria, 1995b).

Durante gli scavi condotti a Monte Molião è stata ritrovata un'unica moneta appartenente alle coniazioni *murtiliane*.

- Il reperto n.º 13007 è identificato come un asse di bronzo del peso di 10.94 g, con diametro di 21 mm e spessore di 4 mm.

Al diritto, nella parte superiore del reperto, si distingue nitidamente la forma di un'alosa (tipico pesce d'acqua dolce e salata della famiglia delle *Clupeidae*) voltata a destra. Subito sotto, una linea orizzontale, delimita un esergo la cui legenda sfortunatamente risulta quasi totalmente illeggibile ad eccezione di una singola lettera che ci pare di poter distinguere come una E.

Il rovescio della moneta mostra una spiga di grano voltata a destra e sormontata da una A rovesciata; in basso la legenda MVR è tra due linee orizzontali o in cartella.

Il reperto è stato classificato, sulla base delle somiglianze tipologiche, come analogo all'esemplare CNH 377:6 / CNH 378:7 (corrispondente a Vives, 109,4). È tuttavia importante notare come vi sia uno sfasamento nei rapporti di peso tra il reperto n.º 13007 ed il suo corrispettivo riportato nel catalogo di Villaronga. Quest'ultimo, risultando del peso di 5,21 g, viene catalogato come un quadrante, mentre la moneta di Monte Molião,

con i suoi 10,46 g, si avvicinerebbe più a valori metrologici pari a quelli di un semisse.

Dal punto di vista epigrafico: alla legenda del rovescio MVR, che non lascia dubbi interpretativi, si affianca la problematica dell'iscrizione sul diritto della moneta.

L'analisi comparativa con gli esemplari catalogati dal Villaronga ci fa ipotizzare come la legenda del reperto n.º 13007 dovesse essere verosimilmente L. A. DEC. o L. AP. DEC.

Secondo l'interpretazione più plausibile (Faria, 1995b) questa incisione rappresenterebbe la registrazione dei tria nomina di un questore monetario attivo peraltro nella zecca di *Vrso* (Osuna) ed il cui nome sarebbe documentato anche in quella siciliana di *Lillibeo*.

La moneta in questione è stata recuperata all'interno dell'US [1308], uno strato di occupazione primaria corrispondente ad un livello di copertura, la cui superficie fu usata come piano di calpestio e sulla quale sono stati identificati i resti di una piccola forgia ad uso locale (Arruda e Pereira, 2010). In base alle informazioni contestuali, lo strato è stato datato al momento più antico della fase repubblicana di Monte Molião (Rep. I), corrispondente alla fine del II secolo e gli inizi del I secolo a.C.

Il ritrovamento del reperto numismatico in un contesto archeologico così ben conservato potrebbe dimostrare come l'inizio delle coniazioni di *Murtili* possa essere spostato anteriormente di qualche anno rispetto alle cronologie classiche (Arruda e Pereira, 2010).

***BEUIPUM (SALACIA)**

L'antica zecca della città romana di *Salacia* costituisce uno degli esempi più originali della numismatica della Penisola Iberica (Mora Serrano, 2011, p. 87) offrendo, con le sue coniazioni (le uniche con legende in alfabeto sud lusitano), importanti spunti interpretativi per l'evoluzione di questo emblematico insediamento, oggi unanimemente identificato con l'attuale città di Alcácer do Sal.

L'importanza di questo antico nucleo urbano alla foce del fiume Sado, che ricevette il cognome di *Urbs Imperatoria* e la concessione dello *ius latii vetus*, ci viene sottolineata da numerose fonti antiche quali Strabone (III, 3, 1), Pomponio Mela (*De Chor.* III, 1, 8), Tolomeo (*Geog.* II, 5, 2) e Plinio (*Nat. Hist.* IV, 117), ma anche dall'Itinerario Antonino (ITIN. Anton. Aug. 417, 4) e dall'Anonimo di Ravenna (RAVEN. 306, 14). Numerose sono anche le fonti epigrafiche.

Gli autori classici fanno tuttavia riferimento a questa città solamente attraverso il toponimo latino *Salacia*, designazione che quest'ultima ricevette a partire dal 45-44 a.C. (Faria, 1989a).

Le legende monetali delle coniazioni più antiche, hanno permesso, invece, di conoscere l'esistenza di un toponimo indigeno che risulta di difficile interpretazione per il fatto di essere riportato con i caratteri della scrittura meridionale peninsulare. La diatriba scientifica oppone, così, diverse letture tra le quali si distinguono quelle di **Cantnipo* (Faria, 1989a), **Ketouibon* (Uterman, 1975) e **Beuipum* (Faria, 1995b; Correa, 2011). Quest'ultima lezione parrebbe essere la più plausibile.

Per ciò che concerne l'occupazione romano-repubblicana di Alcácer do Sal, a differenza

delle evidenze di epoca imperiale, i dati archeologici conosciuti ad oggi risultano scarsi e lacunosi, non riflettendo la vitalità economico-culturale che questo antico insediamento dovette avere e che traspare dai dati numismatici.

Il momento della prima occupazione romana è stato documentato nel Castello di Alcàcer do Sal attraverso livelli archeologici datati tra II secolo e la prima metà del I secolo a.C. (Silva *et al.*, 1980-81). Questa fase si caratterizza, a livello della cultura materiale, per la predominanza di materiale di tradizione dell'Età del Ferro che convive con alcuni materiali di origine italica (ceramica campana A e B, Maña C2, ceramica a pareti sottili) (Silva, 2011, p. 60).

A proposito delle restanti ricerche avvenute nella zona urbana e anche nell'area sepolcrale dell'antica *Salacia*, non si conoscono dati relativi a questo periodo se non brevi referenze nella bibliografia generale (Faria, 2002).

Le emissioni monetarie identificate sino ad ora per la zecca di **Beuipum*, si compongono, secondo la sistematizzazione di A. Faria (1989a), di otto serie monetarie tutte battute sotto l'autorità romana. Da un punto di vista metrologico si dividono in una sequenza di nominali -unità (asse?)/metà (semisse?)- con pesi che oscillano tra i 5 ed i 19 g.

L'iconografia delle emissioni, strettamente legata (in modo particolare nella prima serie, corrispondente a CNH 133:1) alla prosopografia gaditana, si attiene soprattutto a tematiche marine, con raffigurazioni di delfini, tonni ed ippocampi, che lasciano immaginare l'importanza delle attività peschiere di questo importante insediamento fluvio-marittimo. L'inclusione, inoltre, di soggetti legati al mondo rurale, come la raffigurazione delle due spighe di grano (serie I e VIII), fa intuire un panorama fiorente anche dal punto di vista agricolo, situazione che trova un suo parallelo nella già descritta realtà di *Murtili*. Tali tematiche possono, tuttavia, essere correlate con aspetti della religiosità, soprattutto se posti in relazione con i tipi rappresentati sul dritto delle monete. Così il tema dei tonni e dei delfini può essere legato al culto di Melqart, patrono della navigazione e dei commerci marittimi, mentre il motivo della spiga di grano, soprattutto se legata a raffigurazioni astrali (crescente lunare) può essere associato al culto della dea Tanit/Cerere (Ruivo, 2002, p. 256).

I tipi principali raffigurati sul *recto* delle monete di questa zecca sono quelli di Ercole, Giove e Nettuno.

Il primo soggetto (serie I.1, II.1, III.2, V, VI, VII, VIII.1), rappresentato imberbe con *leontè* e clava sulla spalla sinistra è accompagnato, nella prima serie, da un reverso raffigurante due tonni con legenda in mezzo, presentandosi quindi come un perfetta imitazione delle monete gaditane (Faria, 1995b). Altri paralleli con questo tipo si riscontrano nelle emissioni di *Arse-Saguntum* e *Sex*.

La raffigurazione di Giove compare solamente in una serie (III 1a-1b) ed è accostata, nel reverso, alle figure di due tonni.

La figura di Nettuno (serie II. 2 e IV) viene rappresentata imberbe, con corona di alloro e con tridente; al reverso, la divinità del mare è accompagnata da un tonno o da due delfini.

Non è da escludere che le rappresentazioni di tali divinità latine fossero state scelte dal conquistatore romano affinché si sormontassero e si fondessero, in un sincretismo religioso di certo non estraneo alla realtà ispanica locale, con i protagonisti del *pantheon* semitico delle popolazioni indigene, in una sorta di binomi complementari: Ercole/Melqart, Giove/Baal Hammon (Faria, 1998, p. 90).

Ulteriore esempio della commistione delle due realtà culturali (quella romana e quella fenicio-punica) che si intrecciarono in tutto il sud della Penisola Iberica, è senz'altro la raffigurazione dell'ippocampo (serie I. 2): destriero di Poseidone nella mitologica greco-romana ed animale fantastico associato al dio ugaritico *Yam* nella tradizione religiosa vicino orientale (Faria, 1989a, pp. 93-94), spesse volte presente nelle coniazioni fenicie di Tiro e Biblo (Fantar, 1969-70, pp. 61-62).

Durante i lavori archeologici a Monte Molião è stato ritrovato un unico reperto numismatico attribuibile all'antica zecca di **Beuipum*.

- Il reperto n.º 13008 è un piccolo divisore di bronzo (asse/semisse ?) del peso di 7,09 g, modulo di 19 mm e spessore medio di 4 mm.

Il tipo del diritto è costituito da due spighe di grano poste in verticale ed affiancate tra loro.

Al rovescio, nonostante il grado di deterioramento della moneta, si riesce a distinguere nettamente la figura di un ippocampo voltato a sinistra. La legenda indigena che dovrebbe comparire sotto l'animale è illeggibile.

Il reperto n.º 13008 è classificato come CNH 135:12A (Vives, 120,3) e fa parte dell'emissione I. 2 della zecca di **Beuipum*: un insieme di divisori relativamente frequenti la cui datazione è stimata intorno alla seconda metà del II secolo a.C. (Faria, 1989a, p. 94). La circolazione di tali monete dovette, tuttavia, essere relativamente lunga, continuando anche durante la metà del I secolo a.C., grazie all'espedito di obliterare la legenda indigena attraverso contromarca in forma di S (*Salacia*), a seguito del cambiamento del toponimo della zecca.

Esempi di tale escamotage è il divisore contromarcato ritrovato in una non precisata area di Monte Molião e di cui fanno riferimento A. Viana, J. Formosinho e O. Ferreira (1952, p. 139) ed altri due esemplari trovati nella zona di Lagos e oggi conservati al M.N.A. (Fabião, 1998, 3 - 25).

Lo studio di queste monete "alterate" dovette essere verosimilmente la causa del raggruppamento, da parte del Vives, di questi reperti nell'insieme delle monete incerte (Faria, 1989a, p. 95).

Il reperto recuperato a Monte Molião non pare rientrare nel gruppo delle monete contromarcate: sebbene, infatti, si possa notare, sotto il ventre dell'ippocampo, un solco sinuoso di profondità nettamente diversa dal resto della sagoma dell'animale e confondibile con una S posta in orizzontale, lo studio tipologico di vari paralleli (Mora Serrano, 2011, p. 88 - fig. 13) evidenzia come tale segno sia naturalmente compatibile con il profilo del cavallo marino.

La moneta è stata raccolta all'interno dell'unità stratigrafica [1261] (Rep. II),

corrispondente ad uno degli ultimi strati di abbandono della fase di occupazione romana repubblicana datata tra la fine del II secolo e l'inizio del I secolo a.C. e quindi perfettamente compatibile con la cronologia proposta da A. Faria (1989a).

GADIR / GADES

L'antica colonia fenicia di *Gadir*, oggi attuale Cadice, fu nell'antichità una delle città politicamente e culturalmente più influenti del mondo allora conosciuto. Le interrelazioni commerciali di questo imponente porto peninsulare con le realtà di tutto il Mediterraneo e dell'Atlantico spinsero *Gadir* a dotarsi, intorno agli inizi del III secolo a.C. (e quindi relativamente presto in relazione al panorama peninsulare), di un complesso apparato amministrativo-finanziario che comprendeva, tra le altre cose, la coniazione di monete.

Questa importanza "globale" è chiaramente riflessa nelle innumerevoli citazioni degli autori antichi - Strabone (III, 4, 2) Livio (*AUC.* 32. 2), Velleio Patercolo (*St. Rom.* I 2, 3), Plinio (*Nat. Hist.* III, 3), Pomponio Mela (*De Chor.* II, 86; III, 4 e 39) solo per citarne alcuni - e dalle altrettanto comuni fonti documentali secondarie (epigrafi e legende monetali).

Il toponimo latinizzato *Gadir/Gades* deriva da una base nominale semitica /g-d-r/ che, secondo le interpretazioni più accettate, significherebbe "muro" o "recinto murato protetto" (Ruiz Cabrero, Mederos Martín e López Pardo, 2007). Nelle legende monetali compare nella forma articolata HGDR o 'GDR (Ruiz Cabrero, Mederos Martín e López Pardo, 2007).

I lavori archeologici condotti nell'attuale città di Cadice hanno permesso di raccogliere una serie di informazioni relative all'occupazione antica della città. Cronologicamente la sua fondazione parrebbe rimontare al IX secolo a.C. come risultato della colonizzazione fenicia. Il carattere urbano dell'attuale Cadice tuttavia, non permette un'analisi archeologica per esteso che possa interpretare in maniera consequenziale l'evoluzione urbanistica dell'antica *Gadir*. Negli ultimi anni le indagini condotte nella zona del Teatro Comico hanno permesso, per la prima volta, di seguire stratigraficamente lo sviluppo più antico della colonia fenicia fino al VI secolo a.C. (Zamora López *et al.*, 2010). Durante la seconda metà del I millennio, nello specifico a partire dalla "crisi del VI secolo a.C.", a *Gadir* sembra si avvii un'importante riorganizzazione in termini economico-commerciali che si manifesta nella costituzione di distinti settori specializzati nella produzione ceramica e nello sfruttamento delle risorse ittiche (Ramon Torres *et al.*, 2007; Sáez Romero, 2008; Fernández Bermejo *et al.*, 2001). Queste ultime aree rimarranno attive durante gran parte del periodo romano: una situazione di continuità che si rifletterà anche nei contesti sepolcrali, come viene documentato dagli scavi archeologici (Sáez Romero e Díaz Rodríguez, 2010).

Le coniazioni gaditane, che constano di un insieme imponente, sono tra le più abbondanti della Penisola Iberica. Le prime emissioni sono figlie d'influssi punici ed ellenici. *Gadir*, infatti, iniziò a coniare poco tempo dopo Cartagine e, attraverso quest'ultima città, fu profondamente influenzata anche dalle tendenze iconografiche provenienti dalla Magna

Grecia: Così se la/le divinità rappresentate sui diritti delle monete di Cadice si rifanno alla tradizione iconografica greca, la celebrazione della realtà economica, riprodotta sui rovesci, segue lo schema tipico delle coniazioni puniche.

C. Alfaro Asins (1986) classifica le emissioni di *Gadir* in sette differenti serie, le prime sei delle quali con epigrafia punica e l'ultima di tradizione romana.

I reperti numismatici ritrovati a Monte Molião che si possono raggruppare all'interno delle coniazioni gaditane sono due: un asse ed un quadrante ed appartengono alla serie VI. Questa serie, solo in bronzo e coniata in quattro valori distinti, ciascuno rappresentante una differente tipologia marina, è la prima ad essere battuta sotto il dominio romano e risulta tra le più abbondanti, presentando una distribuzione territoriale ampia. Essa si distingue dalle altre serie per differenti canoni artistici e tipologici, nonché per il fatto di seguire un sistema ponderale basato non più sugli 8/9 g, bensì sui 10/11 g.

Le monete appartenenti a questo gruppo sono state ulteriormente classificate in tre distinte sottocategorie (A, B, C), in base alle loro caratteristiche tecniche ed analitiche. Il sottogruppo VI. B di cui fa parte il quadrante (reperto n.º S.N. 24) viene indicato come "barocco", caratterizzandosi per uno stile più minuto con tratti iconografici più chiusi.

Il sottoinsieme VI. C di cui fa parte l'asse (reperto n.º 4998), viene definito "decadente", poiché presenta uno stile iconografico più grossolano, con tratti sproporzionati ed anomalie nelle legende. Caratteristica peculiare del gruppo C, distinguibile solo nelle monete con valore di assi, è la presenza di contromarcature di difficile interpretazione (Alfaro Asins, 1986).

- Il reperto n.º S.N. 24 è un piccolo divisore di bronzo (quadrante) del peso di 2,10 g, modulo di 16 mm e spessore di 2 mm.

Al diritto il campo monetale è occupato dall'effigie della testa di Ercole/Melqart voltata a sinistra: il viso è imberbe, il capo coperto da *leontè* e la clava poggiata sulla spalla sinistra. Il tipo è circondato da una corona puntinata.

Al rovescio campeggia, la raffigurazione di un delfino voltato a sinistra con dietro un tridente posto in orizzontale. Sopra e sotto il mammifero compaiono due legende in fenicio: rispettivamente P'LT e 'GDR. Anche in questo caso un orlo puntinato incornicia il tipo monetale.

Il reperto è classificabile come CNH 88:51; A. VI. B. 3. (Vives, 74,12) ed è databile tra la seconda metà del II secolo e la prima metà del I secolo a.C.

Il suo ritrovamento è avvenuto all'interno dell'US [1438] del Settore C, corrispondente ad uno strato secondario di crollo/copertura di epoca imperiale.

- Il reperto n.º 4998 è un asse di bronzo del peso di 9,14 g, modulo di 25 mm e spessore di 2 mm.

Al diritto campeggia la testa di un Ercole/Melqart imberbe, voltato a sinistra con pelle di leone in capo e clava poggiata sulla spalla sinistra. All'altezza dell'occhio, a coprire buona parte del volto, si distingue una contromarca in forma di A rovesciata iscritta in un cerchio. Il tipo è circondato da una corona puntinata.

Il rovescio è occupato da due tonni voltati a sinistra; tra le due teste si distingue un

crescente lunare aperto verso l'esterno e accompagnato da un punto centrale. La lettera fenicia "aleph" che dovrebbe campeggiare tra le code dei tonni non si legge. Due legende sopra e sotto i pesci riportano rispettivamente le scritte fenicie: MP'L e 'GDR. Anche qui un orlo puntinato iscrive il tipo monetale.

Il reperto è classificabile come CNH 86:36/37; A. VI. C. 1. 1. 3. ed è databile, secondo Villaronga, agli inizi del II secolo a.C., mentre C. Alfaro Asin (1986) suggerisce una cronologia tra la seconda metà del II secolo e gran parte del I a.C.

Il reperto è stato ritrovato all'interno dell'US [1151] del Settore C, di cronologia imperiale, corrispondente ad uno strato di crollo/copertura utilizzato come piano di calpestio.

CARMO

Il sito dell'antica *Carmo*, attuale città di Carmona (Seviglia), presenta tracce di una frequentazione umana antichissima che, dal II millennio giunge, attraverso varie fasi, non continue, fino ai nostri giorni.

Le caratteristiche geografiche dell'area, quali la centralità regionale, elemento fondamentale nel ruolo commerciale della bassa Andalusia e la posizione di dominio sulle alture de Los Alcores, che le conferivano un altissimo valore strategico militare di domino della fertile valle del *Baetis*, furono elementi determinanti per l'evoluzione storica della città durante tutta l'antichità (Amores Rodriguez Bobada, Sáez, 2001; Caballos Rufino, 2007).

Numerose sono le fonti scritte, greche (da Strabone ad Apiano) e latine (da Livio a Giulio Cesare) che fanno riferimento a *Carmo*. La città compare anche nell'Itinerario di Antonino (ITIN. Anton. Aug, 418, 6; 426, 2) e nell'Anonimo di Ravenna (RAVEN. 306, 12) ed il suo nome è parte integrante delle legende monetali di tutte le serie battute da questa antica zecca.

Il toponimo *Carmo* è verosimilmente un sostantivo indigeno latinizzato che giunge per la prima volta a noi a metà del II secolo a.C. attraverso le prime attestazioni numismatiche. Tale nome ha una sua preistoria che affonda le radici nella realtà tartessico-turdetana dell'area della baia del Guadalquivir. Una possibile interpretazione del nome ci viene fornita da J. Correa (2007) che, escludendo una provenienza del toponimo dalle lingue celtiche, dall'iberico o dal fenicio-punico, ci suggerisce il sostantivo **Charmun* come possibile nome indigeno del sito.

La derivazione etimologica dal punico è invece sostenuta e difesa da M. P. García-Bellido (2010; 2011) che fa derivare il nome *Carmo* dalla parola *qrthmhnt* (città dell'esercito). Il termine punico deriverebbe dall'interpretazione della legenda di alcune monete provenienti dalla Sicilia o da Cartagine datate al 410 a.C. In questi reperti si leggerebbero i sostantivi *qrthdst/mhnt*, traducibili come città nuova/campo militare. Secondo la studiosa spagnola dunque, la città sarebbe stata il principale centro della circoscrizione amministrativa punica (*eparchia*) nella Penisola Iberica.

Gli scavi condotti nella Calle Costanilla - Torre dell'Oro hanno mostrato come la sequenza occupazionale del sito di *Carmo* rimonti al periodo calcolitico per poi continuare, dopo un lungo iato, durante il Medio/Tardo Bronzo (secoli XIV-XII) con influenze della realtà Cogotas I.

Sebbene sussistano tracce di una frequentazione durante la prima Età del Ferro (VIII-inizi del VI secolo a.C.), è solo durante il V secolo che emergono le prime evidenze archeologiche di un insediamento abitativo stabile, di carattere turdetano (Cardenete *et al.*, 1989).

Il primitivo insediamento fenicio-turdetano, corrispondente al quartiere di San Blas a Carmona passò alla ribalta degli avvenimenti del mondo antico a partire dal 238 a.C. con lo sbarco dei Barcidi in Spagna. Il sito fu riqualificato dai cartaginesi e utilizzato come piazzaforte militare durante la seconda guerra punica, come ci racconta Appiano (*Ib.* 25) e come ci mostrano le evidenze archeologiche (Ojeda, 2001, pp. 159-187; Caballos Rufino, 2007).

Dopo la sconfitta cartaginese, l'entrata della città nella sfera del dominio romano non fu né automatica né indolore. Livio (AUC. 33. 21. 6), infatti, ci riferisce di una rivolta scoppiata nella Ulterior durante il 197 a.C. contro l'invasore italico, in cui fu coinvolta anche la città di *Carmo* che, dopo il ripristino dell'ordine romano, sarà convertita ad *ager publicus*.

Quarant'anni più tardi però la ritroviamo già sulla strada di una decisa romanizzazione e, come ci racconta sempre Apiano (*Ib.* 58), nel ruolo di strategica postazione militare nel sostegno del pretore Galba contro le rivolte lusitane del 151 a.C. È già evidente, fin da ora, in piena epoca repubblicana, un processo d'integrazione con il mondo romano che decreterà la definitiva e crescente ascesa economico-sociale della città.

Dal punto di vista archeologico, le numerose indagini condotte negli ultimi anni mostrano come le strutture urbanistiche di epoca romana repubblicana a Carmona seguano il precedente impianto turdetano, ma siano di difficile definizione a causa dell'importante sviluppo in epoca imperiale che, di fatto, cancella, in gran parte, le tracce dell'urbanistica precedente (Anglada Curado, Lineros Romero e Román Rodríguez, 2005). Nella maggior parte dei casi, quindi, anche a causa della natura degli interventi archeologici in area urbana, si sono scoperti per lo più livelli stratigrafici privi di elementi architettonici (Gómez Saucedo, 2004). Non mancano, tuttavia, le evidenze di alcune strutture abitative, databili a partire dalla fine del III e gli inizi del II a.C. incontrate sopra gli insediamenti turdetani (Román Rodríguez, 2004). A livello della cultura materiale, infine, si registra, in questa fase repubblicana, un marcato fenomeno di conservazione delle tradizioni locali (Anglada Curado, Lineros Romero e Román Rodríguez, 2005).

Gli sviluppi di quella che sarà definita da Cesare (*Bellum Civile* 2.19.4): "la città di gran lunga più forte della provincia" si allacceranno al corso di quei traumatici eventi storici che porteranno alla guerra civile e alla fine della repubblica.

Con la successiva promozione a *municipium*, *Carmo* si configura, tra la fine del I a.C. e gli inizi del I d.C., come una delle sei città più estese della provincia della Betica e nel corso dei successivi due secoli verrà dotata di un impianto urbanistico completo molto meglio conosciuto dal punto di vista archeologico grazie all'opera dell'Equipe di Archeologia

Urbana di Carmona (Caballos Rufino, 2007).

Le coniazioni di *Carmo*, cronologicamente inquadrare tra la metà del II secolo a.C. e gli inizi del I secolo a.C., constano di un volume quantitativo notevole e si inseriscono in un contesto numismatico (a sua volta strettamente legato alle contingenze storiche della regione) che presenta nelle zecche di *Castulo* e *Obulco* i paralleli più prossimi. Sarà, infatti, proprio da quest'ultima città che *Carmo* prenderà spunto e forse anche manovalanza specializzata (incisori) per sviluppare la sua prima emissione (Chaves Tristán, 2001).

Dal punto di vista cronologico il *terminus post quem* per la monetazione di *Carmo* ci viene definito dallo studio dei tesori di Ecija ed El Saucejo (Seviglia) datati intorno al 140-130 a.C. in cui le monete di questa zecca ci appaiono tra le più recenti (confermando tra l'altro la breve durata della prima emissione) mentre il *terminus ante quem* per la circolazione del nummario *carmonese* ce lo fornisce lo studio del sito di Càceres El Viejo (Chaves Tristán, 2001).

Il nummario *carmonese*, esclusivamente costituito da nominali in *aes*, si declina, secondo la sistematizzazione proposta da Chaves Tristán (2001), in quattro principali serie, a loro volta suddivise in vari sottogruppi in base alle differenti caratteristiche metrologiche, stilistiche e al diverso volume delle emissioni.

L'eterogeneità della produzione di quest'antica zecca, ben visibile nella scelta tipologica dei *recti* delle sue monete, riflette tanto la tormentata evoluzione storica di una città divisa tra le sue radici indigene e un sentimento romano crescente, quanto uno schema iconografico derivante da un insieme tematico di stampo ellenistico-mediterraneo (Chaves Tristán, 2012).

Se, infatti, nei tipi della prima serie la testa maschile galeata riverbera un certo qual gusto di provenienza turdetana (non scevro da influenze romano-italiche, come vedremo), già dalla seconda serie si assiste ad un mutamento delle tematiche. L'introduzione di tipi come il Mercurio con petaso e caduceo e la presenza di teste femminili cinte da elmi frigi o alati (che trovano parallelismi nelle coniazioni repubblicane) mostrano una chiara svolta verso un'iconografia romana.

A tali cambiamenti stilistici si accostano sia mutamenti tecnici, come la forgiatura di tondelli più piatti e sottili, caratterizzati da una differente composizione metallica rispetto ai precedenti, sia variazioni metrologiche, che, rimanendo una costante delle coniazioni *carmonesi* (e più in generale di tutta la monetazione della bassa valle del Guadalquivir), sono conseguenza delle misure, adottate a Roma, di riduzione ponderale delle monete in *aes* nel corso di quegli anni.

Intorno al 120-110 a.C. si assiste ad un ulteriore e notevole cambiamento che porta le coniazioni *carmonesi* della terza serie, ad un impoverimento dei canoni "classici" a discapito di un gusto più provinciale ed iberico. Da una parte, infatti, la tecnica di coniazione si fa più rozza con tondelli piccoli, irregolari e più spessi, d'altra parte, l'iconografia è reindirizzata verso un gusto di carattere punico-gaditano che si riflette nella raffigurazione della testa di Ercole cinta da *leontè* e con clava.

La quarta serie, infine, molto probabilmente coniata già all'inizio del I secolo a.C., è l'ultima ed anche la più ambigua. Essa risulta, infatti, caratterizzata da un importante volume quantitativo, a discapito di una qualità sempre più scarsa. Quest'ultimo parametro è comune a molte zecche coetanee del sud peninsulare e potrebbe essere messo in relazione con le Guerre Sertoriane. Dal punto di vista iconografico, invece, viene mantenuta la raffigurazione di una testa maschile, senza attributi, accompagnata dall'immagine di un delfino.

Contrariamente alle tipologie dei diritti, quasi tutti i rovesci dei reperti *carmonesi* presentano la stessa tematica, vero e proprio blasone cittadino: due spighe di grano parallele tra loro (solitamente verso destra) con al centro la legenda CARMO tra due linee. Le legende numismatiche, nelle serie più recenti, presentano anche la lezione KARMO. L'utilizzo grafico della K al posto della C, lungi dall'essere influenza punica (García-Bellido, 2011), è un fenomeno meramente ortografico che si lega all'utilizzo dell'alfabeto etrusco da parte romana e potrebbe svolgere verosimilmente una funzione volutamente arcaizzante e nobilitante (Correa, 2007).

Il tema della spiga di grano enfatizza simbolicamente, in maniera biunivoca, tanto una divina protezione fecondatrice, quanto la ricchezza materiale derivante da quest'ultima. Tale schema simbolico/compositivo, che si concretizza nella raffigurazione di due elementi uguali o simili per significato, con legende facenti riferimento al nome della città, risulta peculiarità precipua di alcune grandi zecche del sud peninsulare quali *Gadir*, *Sex* e *Abdera* (iconografia dei due tonni). Tale organizzazione formale verrà quindi fatta propria da altre zecche, sia attraverso la tematica delle spighe (*Onuba* e *Lastigi*), sia con variazioni su quest'ultimo tema: si pensi a *Ostur* e *Laelia* che utilizzano palme al posto di spighe oppure, per il territorio portoghese, a *Murtili* che riproduce la spiga e l'alosa e ancora a *Salacia* che riproduce due spighe ma poste in verticale (Chaves Tristán, 2001).

All'interno di questa zecca, come accennato in precedenza, si sono volute raggruppare due distinte monete in lega di rame. Di questi due assi solo per il primo è stato possibile fornire una classificazione precisa, mentre l'iscrizione alle coniazioni *carmonesi* per il secondo reperto, è solo ipotizzabile.

- Il reperto n.º 4997 è un asse di bronzo del peso di 21,27 g, con modulo di 33 mm e spessore di 4 mm.

Al diritto il tipo è composto da una testa maschile con elmo voltata a destra; una cornice laureata bordeggia l'intero campo monetale.

Il rovescio, molto consunto, ci permette di distinguere solamente in parte la legenda CA[RMO] presente al centro del campo. In alto ed in basso si distinguono parzialmente due spighe di grano votate a destra.

Il reperto classificabile come CNH 382:2-4 (Vives, 100,5 e 6) appartiene alla serie I gruppo 1 della sistematizzazione di Chaves Tristán che, come abbiamo già detto, fa iniziare la monetazione *carmonese* intorno al 145 a.C. Villaronga, dal canto suo, propone una datazione intorno alla prima metà del II secolo a.C.

La moneta è stata recuperata fuori dal suo contesto primario, all'interno della US [31], di cronologia moderna/contemporanea.

La prima serie di *Carmo* presenta notevoli affinità con la III serie della zecca di Obulco (Arévalo, 1999), della quale emula non solo il tema delle teste (al diritto), ma anche la complessità della resa stilistica del soggetto della spiga (al rovescio) ed il modello decorativo della corona vegetale. I parallelismi tra le due zecche coinvolgono anche lo stile con cui vengono rese le legende monetali che, sebbene presentino due alfabeti distinti (iberico e latino), si incontrano in una resa grafica delle lettere tanto simile da far presupporre la presenza di incisori di *Obulco* a *Carmo* durante questo primo periodo (Chaves Tristán, 2001).

Dal punto di vista simbolico, invece, la serie I.1 presenta uno schema iconografico duplice, capace di enfatizzare sia il carattere territoriale sia quello più prettamente urbano della zecca. Quest'ultima tematica si concretizza con la raffigurazione della testa maschile galeata, che rimarca il potere bellico della città. L'elmo raffigurato, una variante del tipo montefortino, potrebbe essere, fin da adesso, uno dei tanti influssi della monetazione romana che si colgono in questa prima serie. Il carattere territoriale, la ricchezza e fecondità dell'*hinterland* carmonese invece ci vengono esposti attraverso la rappresentazione delle spighe di grano di cui si è già discusso (Chaves Tristán, 2001).

- Il reperto n.º S.N. 23 è anch'esso un asse del peso di 9,72 g, modulo di 27 mm e spessore medio di 3 mm.

La moneta è frammentata e mancante di circa un terzo del suo diametro; risulta, inoltre, fortemente compromessa dall'azione del tempo ed il suo stato di conservazione non è buono.

Al diritto si distingue, con difficoltà, la sagoma di una testa maschile con diadema(?) voltata a destra. Non si legge alcuna legenda.

Il rovescio di questo reperto è totalmente rovinato.

La moneta potrebbe appartenere, secondo un'analisi tipologica che non può che essere insufficiente, alle coniazioni di *Carmo* anche se non si può escludere la provenienza da altre zecche meridionali come *Obulco* e *Castulo*. Il reperto è stato recuperato all'interno della US [16], una struttura muraria in pietra facente parte del compartimento n.º 1 (settore A), di cronologia imperiale (Imp. II).

REPERTO DI DIFFICILE CLASSIFICAZIONE

- Il reperto n.º 17688 è un possibile quadrante in lega di rame del peso di 3,68 g diametro di 17 mm e spessore di 2 mm.

Il diritto di questa moneta è anepigrafo e presenta la raffigurazione di una testa maschile (?) voltata a sinistra con elmo crestato.

Il rovescio del reperto è occupato dalla figura di un delfino voltato a sinistra.

La legenda del rovescio è di difficile lettura e presenta alcune lettere: VPS, VBS o forse VERS / VSRS (?).

La moneta non è stata classificata; la presenza, tuttavia, di elementi iconografici di derivazione marittima tipici dell'ambito geografico sud-peninsulare, in relazione con la raffigurazione, sul diritto, di quella che potrebbe essere la rappresentazione di *Minerva/Roma*, portano a pensare che si possa trattare di una coniazione di cronologia repubblicana proveniente da un centro di produzione ispanico ma con forte influenza romana: forse *Carteia*.

Il reperto è stato recuperato all'interno dell'US [64] del Settore A corrispondente ad uno strato di riempimento/crollo ascrivibile all'ultima fase di occupazione di Monte Molião (Imp. III).

3.2.3. LE CONIAZIONI DI ROMA

Durante le campagne di scavo condotte a Monte Molião sono stati trovati due reperti numismatici distinti e frammentati (n.º 12893 e 13009) che, dopo una successiva analisi in laboratorio, si sono dimostrati essere due parti di una stessa moneta: un asse fuso di epoca repubblicana.

Le caratteristiche metrologiche di questo asse fuso di bronzo si possono solo parzialmente dedurre, dal momento che la moneta, nonostante il restauro, risulta mancante di circa un quarto del suo volume.

- Il reperto n.º 12893/13009 presenta dunque un peso di 16,58 g, diametro di circa 25 mm ed uno spessore intorno ai 4 mm.

Al diritto, nonostante l'usura del reperto, è distinguibile il tipo del Giano bifronte ed, al rovescio, campeggia la prua di una galea voltata a destra. Non si distingue nessuna legenda, simbolo o nome di magistrato.

A causa della frammentarietà e del cattivo stato di conservazione la classificazione del reperto non può che essere incerta. Gli unici elementi di riconoscimento ci sono forniti dall'analisi tipologica, (confermandoci come la moneta possa essere riconducibile ad un determinato "tipo fisso", cosiddetto "asse della prua") e dal calcolo (empirico) del peso complessivo che la moneta doveva avere nella sua interezza: circa 22,10 g. In base a questi dati possiamo affermare che si tratti di un asse emesso a Roma precedentemente alla riforma semiunciale introdotta della *Lex Papiria* del 89 a.C.

Dalla sua creazione, intorno alla fine del III secolo a.C. la moneta di bronzo romana, prima fusa, poi in parte fusa e in parte coniata e infine solamente coniata, subirà, nel corso della storia repubblicana, un'inarrestabile decurtazione ponderale che, almeno in linea generale, è possibile scansionare dal punto di vista cronologico. Da uno standard librale iniziale di 327,45 g, infatti, si passerà, verso la fine della prima guerra punica, ad una pondometria semilibrale (con l'inizio della coniazione di alcuni nominali) scendendo poi con l'introduzione del denario ad un valore sestantale di 54 g circa. Si giungerà in seguito, con la *Lex Flaminia*, ad uno standard unciale di 27,25 g ed infine a circa 13 g con la suddetta *Lex Papiria*.

Il reperto è stato raccolto nel settore C, all'interno dell'unità stratigrafica [1332],

corrispondente ad uno deposito sedimentare della seconda fase di occupazione romana repubblicana (Rep. II), datata tra la fine del II secolo e l'inizio del I secolo a.C.

3.3. LE MONETE DELLA FASE ROMANA IMPERIALE

Come già riferito nella metodologia in questa seconda parte della tesi si sono volute raggruppare le monete battute, a Roma ed in altre zecche, durante l'epoca del principato.

Le monete di questo periodo, raccolte a Monte Molião, sono 20 e coprono un arco temporale che va da Augusto a Marco Aurelio.

3.3.1. AUGUSTO

Gaius Iulius Caesar Octavianus

27 a.C. - 14 d.C.

Dal punto di vista numismatico la figura di Augusto risulta di centrale importanza sia per l'ingente volume delle sue emissioni sia per le innovazioni promosse in campo economico-finanziario.

Nel 27 a.C. Ottaviano riceve dal Senato il titolo di console, quello di *Augustus* e l'*Imperium Proconsolare* decennale (potere militare e tributario delle province "imperiali") diventando la prima carica dello Stato (Barello, 2008, p. 198). Sarà, tuttavia, solo nel 23 a.C., con l'assunzione di molti altri poteri militari e politici, come l'*Imperium Proconsolare maius et infinitus* (il comando di tutto l'esercito e anche delle province "senatorie") e la *Tribunicia Potestas* a vita (inviolabilità della persona, diritto di veto legislativo e possibilità d'ingerenza in tutti i campi della pubblica amministrazione, senza gli antichi limiti repubblicani di tale carica) che diventerà il fondatore del *novus ordo* (Belloni, 2004, pp. 115 e ss.; Clemente, 2008, pp. 281-287). La completa riorganizzazione dello Stato che lo stesso Augusto, nelle sue memorie, sintetizza come il superamento della *potestas* con l'*auctoritas*, passa dunque attraverso una serie di riforme effettuate nel campo istituzionale, politico, religioso e finanziario: formalmente attuate senza essere *contra morem maiorum*, ovvero nel rispetto della legalità repubblicana, ma di fatto concretizzatesi mediante lo scardinamento delle istituzioni passate (Clemente, 2008, p. 283).

Tra i vari cambiamenti posti in essere da Augusto vi è il riordino del nummario romano (23-19 a.C.), da cui generalmente si fa partire l'inizio della monetazione imperiale e che sarà alla base, con inevitabili aggiustamenti e modifiche nel corso del tempo, del sistema economico romano fino a Costantino.

La riforma monetaria augustea, anche grazie alle ingenti quantità di metalli derivanti dalla conquista d'Egitto, dalle guerre in Spagna e dall'aumento della tassazione provinciale (Belloni, 2004, p. 115), prevedeva la creazione di un sistema trimetallico (oro, argento e leghe di rame) con rapporti fissi tra gli otto nominali del sistema (Barello, 2008, p. 199).

L'oro, che aveva fatto solo sporadiche comparse nelle serie greche e repubblicane, diventa elemento fisso nella monetazione augustea fin dalle prime coniazioni emesse dalla zecca di Brindisi (sede della flotta) dopo la vittoria ad Azio (31 a.C.). L'elemento base di tale metallo è l'*aureus* (1/42 di libbra = 7,80 g) equivalente a 25 denari argentei ed affiancato dal quinario aureo (Belloni, 2004, p. 255; Barello, 2008).

Per l'argento (e per tutto il sistema monetale) il nominale principale rimase il denario (1/84 di libbra = 3,80 g) tariffato a 16 assi. Il quinario argenteo dopo un piccolo volume di emissioni fu abbandonato (Barello, 2008).

Le emissioni in rame ripresero dopo decenni di saltuaria e infine mancata produzione. Furono scelte due leghe diverse per distinguere i nominali maggiori dai minori: l'oricalco (rame e zinco) fu utilizzato per sesterzi (27 g) e dupondi (13,65 g), mentre il bronzo per assi (10,90 g) e quadranti (3,24 g) (Belloni, 2004, p. 256).

La monetazione in *aes*, di alto valore sociale oltre che economico, assurge a ruolo preponderante nell'assetto del nummario romano, in chiara sintonia con il programma di riordino e rinvigorismento dei commerci e delle piccole e medie transazioni. A riprova dell'importanza di tale fenomeno basti notare come, sebbene il denario rimanga la moneta guida del sistema augusteo, la sistematica emissione di *aes* fece sì che, il sesterzio assumesse, molto spesso, il ruolo del nominale più usato per l'enunciazione di somme e pagamenti, anche dallo stesso Augusto (*Res gestae*, 101) (Belloni, 2004).

Su tutta la monetazione in *aes*, inoltre, comparve la sigla S C (*Senatus Consulto*) già indicata occasionalmente su emissioni repubblicane. L'ipotesi ottocentesca della ripartizione diarchica della produzione monetaria tra imperatore (controllo dei nominali in oro e argento) ed il Senato (emissioni in *aes*) è ormai stata definitivamente abbandonata e si propende per una lettura quasi del tutto nominale di tale potere per l'organo repubblicano (Barello, 2008).

L'impossibilità o l'inverosimiglianza di un diritto paritetico tra le due autorità sembra avvalorata da pochi semplici motivi.

Innanzitutto non si può pensare che il Senato potesse deliberare autonomamente sui quantitativi e sui volumi delle emissioni monetarie, con il solo vincolo delle scorte metallifere. In secondo luogo, risulta poco credibile che svolgesse un ruolo di scelta indipendente sui soggetti rappresentati sulle monete. Infine è facile credere che i rapporti quantitativi tra le emissioni dei vari metalli non potessero che essere coordinate e certificate da un unico ufficio (ovviamente non di natura senatoriale) (Belloni, 2004, p. 116).

Il ruolo della sigla S C è così da interpretarsi come un abile *escamotage*, di valore psicologico-propagandistico, destinato a sottolineare il rispetto del principe per gli antichi valori repubblicani.

Ciononostante, non si può non pensare che il Senato dovesse svolgere un qualche ruolo di consulta; non avrebbe, infatti, avuto senso la successiva iniziativa, di eliminare la scritta S C dalle monete, adottata da Nerone una volta che egli entrò in piena rottura con l'organo repubblicano (Belloni, 2004).

I rinnovamenti in campo monetario attuati da Augusto non coinvolsero problematiche esclusivamente di ordine pratico, come fin qui si è esposto, ma implicarono anche un riassetto per ciò che concernette le tematiche iconografiche che, volendo semplificare, possiamo definire ora del tutto incentrate sulla figura del *princeps*. È l'imperatore, infatti, che viene quasi sempre raffigurato sul diritto delle monete, dove appare anche la legenda che riporta la sua titolatura, mentre sul rovescio vi è un costante riferimento alle sue attività e alle sue virtù (Belloni, 2004).

Questi cambiamenti non dovettero, tuttavia, essere percepiti come traumatici, perché figli, a tutti gli effetti, di una "tradizione" venutasi a consolidare con l'adozione delle raffigurazioni personali, dell'esaltazione delle cariche e delle gesta dei protagonisti di ambo le fazioni avverse (da Bruto a Marco Antonio) durante gli anni delle guerre civili (Belloni, 2004).

La vera novità con Augusto è il formarsi, in maniera embrionale, di quel concetto di *ius imaginis* esclusivo (eccetto rari casi) della figura dell'imperatore, che porterà la moneta a divenire vero e proprio *signum principis*: oggetto propagandistico di avvenimenti puntuali e/o espressione delle volontà dell'imperatore (Serafin, 1998, p. 191; Belloni, 2004).

Con Augusto si perde, quindi, quella prosopografia monetaria tipica del periodo repubblicano, basata sul simbolismo proiettato del nome del magistrato piuttosto che sulla celebrazione della *gens* e sull'esaltazione delle gesta di antenati ancestrali più o meno veritieri.

Le monete appartenenti alle coniazioni augustee, ritrovate a Monte Molião constano di due assi di bronzo.

- Il reperto n.º S.N. 04 è un asse di bronzo del peso di 10,05 g, diametro di 23 mm e spessore medio di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Augusto scoperta e girata a sinistra. La legenda è [PERM CAES] AV[G].

Il rovescio della moneta è completamente logoro.

Il reperto è stato ritrovato nell'US [85] del Settore A, di epoca imperiale (Imp. II), sopra descritta (*vide supra* p. 31).

Classificato come RPC I 129 (Vives, 165,3) questo asse fa parte delle emissioni provenienti dalla città di *Colonia Patricia* (attuale Cordova).

L'antica zecca imperiale di *Colonia Patricia* conì monete anche in epoca repubblicana con il nome di *Corduba*. Non vi è tuttavia nessuna vicinanza tipologica stilistica, nominale e metrologica tra le due emissioni romane (Chaves Tristán, 1977, p. 89).

Le coniazioni imperiali, compiute sotto Augusto, sono ingenti (forse anche per questo grande quantitativo di moneta circolante, Tiberio non confermò la città a ruolo di zecca) e presentano una dispersione geografica decisamente ampia (Chaves Tristán, 1977; Fig. 10).

Secondo la classificazione riportata sopra, il reperto n.º S.N. 04 dovrebbe presentare

al rovescio, in centro al campo, la legenda COLONIA PATRICIA circondata, sul bordo, da una corona di quercia.

Per ciò che riguarda invece la figura dell'imperatore sul diritto non possiamo giungere a nessun specifico parallelismo con i sottogruppi stilistici proposti da Chaves Tristán (1977) a causa del cattivo stato del reperto.

La legenda del diritto di tutti i valori conati a *Colonia Patricia* fu di un unico tipo (PERMISV CAESARIS AVGVSTI) ma differentemente abbreviata a seconda delle dimensioni della moneta (Ripollès, 2010, p. 110).

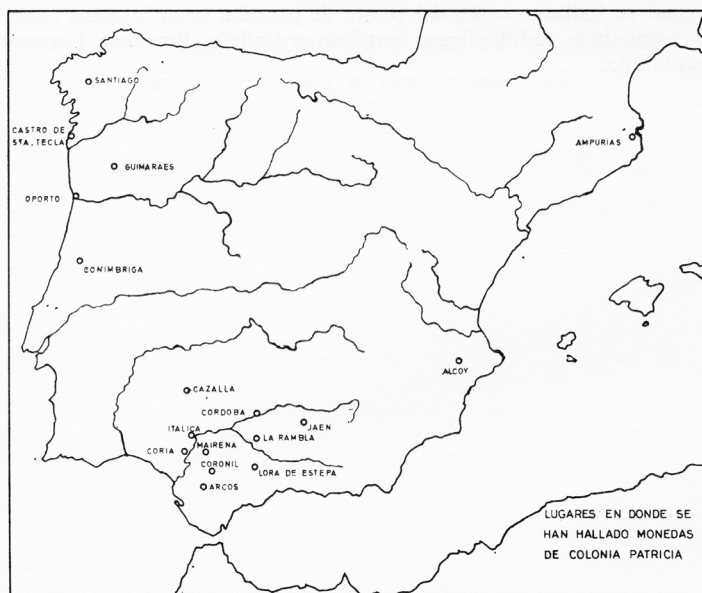


Fig. 10 - Dispersione delle coniazioni di *Colonia Patricia* (secondo Chaves Tristán, 1977, p. 121).

La zecca di *Colonia Patricia*, come del resto altre zecche ispaniche di epoca augusta (*Italica*) (Chaves Tristán, 1973, pp. 79-81), non conì monete in oricalco (Chaves Tristán, 1977, p. 115). Le analisi condotte con tecniche non intrusive quali quelle della fluorescenza a raggi X, hanno permesso di evidenziare il peso statistico dei vari elementi presenti nella composizione metallografica delle monete. Da queste indagini è risultato chiaro come la quantità di zinco sia presente in porzioni tanto esigue da non poter giustificare la denominazione di oricalco per la lega utilizzata nelle coniazioni *cordobesi*. Al contrario, la predominanza di elementi quali il rame e lo stagno ha permesso di dimostrare come il bronzo fosse l'unica lega utilizzata per la coniazione di tutti i nominali in *aes* di *Colonia Patricia*.

Per ciò che riguarda i dati metrologici, possiamo invece affermare che il peso del reperto n.º S.N. 04 rientra perfettamente nei calcoli effettuati da F. Chaves Tristán, la quale sottolinea come il nummario della città non segua il sistema semionciale introdotto dalla *lex papiria* bensì una calibrazione sui 10 g della *lex iulia* (riforma di Augusto) (Chaves Tristán, 1977, p. 116).

Le cronologie per queste emissioni imperiali sono diverse. Knapp (RPC I, p. 87) le inquadra tra il 19-18 a.C. ed il 2 a.C. adducendo motivazioni di ordine stilistico per il *terminus post quem* e la mancanza della titolatura PP (*Pater Patriae*) per il relativo *terminus ante quem*. Oltre a questa cronologia generale, Grant (1946, p. 29, *apud in* RPC I) propone la data più specifica del 15-14 a.C. periodo in cui, successivamente alle Guerre Cantabriche, avvenne la fondazione di nuove città da parte di Augusto e probabilmente

anche la nuova *deductio* dell'antica *Corduba*, con l'insediamento di quei veterani provenienti dalla succitata campagna militare. Quest'ultimo fatto sarebbe documentato dall'iconografia numismatica (rovescio dei dupondi) in cui campeggiano l'aquila e le insegne legionarie. Chaves Tristán (1977), riallacciandosi al momento della nuova fondazione cittadina, propone le date del 13-12 a.C. facendo riferimento anche all'inizio della carica di *Pontifex Maximus* dell'imperatore. Anche questo fatto si rifletterebbe sui tipi dei semissi e dei quadranti di *Colonia Patricia* i quali esibiscono, al rovescio, le immagini di alcuni strumenti sacerdotali quali *simpulum* e *aspegilium*.

- Il reperto n.º S.N. 21 è un asse di bronzo del peso di 8,82 g, diametro di 24 mm e spessore medio di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Augusto scoperta e voltata a sinistra; dietro la nuca si distingue il caduceo. La legenda è [IMP] AVG DIVI [F].

Il tipo del rovescio è rappresentato dalla stilizzazione di un piccolo scudo rotondo (*Caetra*) composto da un umbone centrale e, tutt'intorno, quattro settori trapezoidali semicircolari a formare una sorta di decorazione a meandro. Il rovescio è anepigrafo.

Il reperto è classificato come RPC I 3 ed è stato recuperato nel Settore A, all'interno dell'US [144], corrispondente ad un piano di calpestio delle prime fasi di occupazione imperiale del sito di Monte Molião (Imp. I).

L'emissione del nummario cosiddetto della *caetra* è fortemente legata a quella serie di avvenimenti bellici, avvenuti nel quadrante nord-occidentale della Penisola Iberica durante gli anni 26-19 a.C., che rispondono al nome di Guerre Cantabriche. Queste monete che, per il loro carattere militare sono definite anche "castrensi", dovettero, verosimilmente, rispondere alle esigenze economiche delle legioni, stanziato nelle aree operative, durante le prime fasi del conflitto.

La grande importanza, che lo studio numismatico della realtà delle Guerre Cantabriche riveste, è legata al fatto di presentarsi come un orizzonte di ricerca limpido, privo di contaminazioni di altri tipi di circolazioni. La diffusione monetaria, infatti, che si sviluppa in quegli anni nelle regioni del Nord-Ovest - realtà (al pari del *limes germanico*) prive della complessità sociopolitica necessaria per l'attivazione di un sistema monetario basato sull'apertura di zecche - è un fenomeno sostanzialmente relazionato alla presenza dell'esercito romano. Un altro punto di interesse è rappresentato dalla congiuntura storica in cui questo fenomeno prende avvio, ovvero i prodromi di quella riforma finanziaria che, tra le altre innovazioni, vedrà la battitura della paga dei soldati, lontano dalle legioni, rimaste (armate) a presidio di territori lontani dal potere centrale di Roma (García-Bellido, 2004).

Le emissioni della *caetra* che, per la mancanza di toponimi e di nomi di magistrati riportati sulle legende non vengono classificate, rispettivamente, né come municipali o coloniali né come imperiali, dovettero, invece, molto probabilmente, far parte di quest'ultima categoria ed essere battute o per diretta attività dell'imperatore (in quel primo momento fisicamente presente nelle aree di conflitto) oppure, sempre per conto del

princeps, dal suo *legatus augusti pro pretore* P. Carisio, senza però che quest'ultimo fosse autorizzato ad apporre il proprio nome su tali emissioni (RPC I, p. 67; Santos Yanguas, 2003).

All'interno delle monete "castrensi" si riconoscono due serie distinte. La prima RPC I 1-3, (nella quale si inserisce il reperto recuperato a Monte Molião) si caratterizza per uno stile iconografico raffinato ed una ritrattistica più complessa e per questo viene relazionata con la produzione di una zecca fissa. La seconda serie, RPC I 4, è invece di stile grezzo e viene messa in relazione con una o più zecche itineranti (Giard, 1998, *apud in* RPC I, p. 67).

Le monete castrensi furono emesse sostanzialmente in *aes* [sebbene si conoscano anche denari con la medesima tipologia (RIC I² 543)] in tre distinti valori: assi (più comuni) dupondi e sesterzi. L'ipotesi di A. Beltran (1978, *apud in* RPC I, p. 67) di includere nella classificazione anche i valori di semisse risulta poco convincente. Se, infatti, la tipologia cambia per ogni nominale, l'uguaglianza iconografica tra assi e semissi diventa difficile da giustificare. È più probabile quindi l'ipotesi di coniazioni di assi su tondelli più leggeri (García-Bellido, 2004).

La localizzazione della/e zecca/zecche di queste monete è al centro di una diatriba molto accesa che esula sostanzialmente dal tema di questa tesi. Basti sapere che i ritrovamenti numismatici e le analisi archeologiche confermano la produzione e l'utilizzo di tali monete nell'area nord-occidentale della Penisola Iberica. Più nello specifico, è importante sottolineare come vi sia una parte consistente della comunità scientifica che, sulla base di numerosi ritrovamenti, anche di tondelli non ancora battuti (Vazquez Seijas, 1964), indica l'antico capoluogo del convento lucense, *Lucus Augusti* (Lugo), come la possibile sede produttiva del nummario della *caetra* (Sagredo, 1995; Ferrer, 1996; García-Bellido, 2004). Altra ipotesi ampiamente condivisa sarebbe quella dell'esistenza di varie zecche ausiliarie e di carattere militare ed itineranti.

La problematica delle emissioni castrensi è, in ultima istanza, intimamente connessa alle ipotesi cronologiche che si sono formulate su questo numerario. Sulla base dello studio delle legende monetarie ed in particolare sulla presenza della titolatura DIVI F. si è voluto porre un *terminus post quem* al 27 a.C. (anno in cui Ottaviano riceve il titolo di *Augustus*). Il *terminus ante quem* pone, tuttavia, qualche problema. La data del 23 a.C. è indicata da numerosi studiosi sulla base del fatto che le titolature delle monete castrensi manchino della formula della *Tribunicia Potestas*. Garcia-Bellido (2004), però, avverte sulla debolezza di questa teoria sottolineando il fatto che tale potere tribunizio fosse sostanzialmente civico, circoscritto alla città di Roma e, come tale, avrebbe anche potuto essere omesso su coniazioni di carattere militare. Non si può tuttavia, a nostro avviso, ridurre il peso di quella che sarà la carica più importante per Augusto: formula che, come ci ricorda Tacito (*Ann.* III 56), gli permise di assumere un'autorità suprema (*summi fastigii vocabulum*) senza incorrere nell'odiato titolo di re o dittatore ed esercitare, è vero, un potere cittadino, ma non certo su una città qualunque. Tale *Potestas* si irraggiava

assolutamente su tutto l'impero! Il segmento temporale 27-23 a.C. rimane dunque più che valido e viene corretto da studiosi come Villaronga (1970) e Giard (1978, *apud in* RPC I p. 67) agli anni 26-25 a.C., ovvero tra l'inizio effettivo delle ostilità nel Nord-Ovest e la successiva battitura della serie di Carisio dopo la fondazione di *Augusta Emerita*. La difficile determinazione dell'arco cronologico coperto dalle monete della *caetra*, tuttavia, rimane, poiché niente impedisce di pensare che queste monete non possano essere state coniate anche in parallelo con le serie di Carisio.

Il ritrovamento di una moneta di questo genere a Monte Molião mostra come tale nummario (relativamente abbondante) abbia goduto di un'ampia circolazione in contesto peninsulare.

Come già riferito precedentemente, non si conosce una vera e propria fase costruttiva di epoca augustea a Monte Molião, tuttavia, le evidenze materiali ci mostrano come l'evoluzione storica del sito in questione abbia sicuramente intercettato questa cronologia.

Il reperto n.º S.N. 21 potrebbe dunque appartenere a questo periodo e far parte di quel materiale residuale che incontriamo a Monte Molião oppure, altra possibilità da non escludere, che, integrandosi nella circolazione monetaria dell'epoca, tale moneta abbia goduto di una longevità tale da determinare il suo utilizzo fino alla seconda metà del I secolo a.C.

3.3.2. TIBERIO

Tiberius Claudius Nero

14 d.C. - 37 d.C.

Le emissioni di Tiberio furono certamente meno numerose di quelle del suo predecessore (il RIC I² a tal proposito enumera circa una trentina di tipi per le monete in metallo nobile e una sessantina per le emissioni in *aes*) ed il fenomeno dovette essere verosimilmente legato alla permanenza in circolazione di una buona quantità di monete repubblicane e di Augusto. Il livello di liquidità, quindi, non dovette scendere drasticamente e quella inopia *rei nummariae*, che Tacito (*Ann.* VI 16-17) ci descrive in un passo molto discusso della sua opera, e che fa riferimento al problema dell'usura e ai relativi provvedimenti adottati da Tiberio per frenare questo fenomeno, va inquadrata nell'ottica di una realtà economico-sociale più che semplicemente monetaria. La mancanza di denaro non dovette essere così concreta se lo stesso imperatore, a detta di Cassio Dione (XLVIII 21, 4-5) mise a disposizione per tre anni 100 milioni di sesterzi senza pretendere interessi (Belloni, 2004, p. 256).

Anche la tematica monetale di Tiberio marca una sostanziale differenza con quella del suo predecessore; una diversità dovuta tanto alla figura stessa di Tiberio, che risulta sbiadita in confronto a quella di Augusto, non essendo illuminata dalla stessa grande cornice storica, quanto alla denigrazione attuata dalla storiografia passata (Tacito e Svetonio)(Belloni, 2004).

Quella di Tiberio è una figura dotata di una riservatezza che riverbera nella tematica

monetale, la quale, ben lungi da quel protagonismo assolutistico che sarà emblema di imperatori come Caligola e Nerone, saprà enfatizzare, soprattutto attraverso le coniazioni del *Divus Pater*, lo splendore dell'immagine di Augusto per illuminare la propria di luce riflessa.

Tiberio risulta, dunque, un personaggio schivo e per così dire "secondario fino all'ultimo", soggiacente, almeno in parte, alla figura del predecessore, ad una trama politica che lo vide sempre sospeso ai margini della discendenza dinastica (si pensi al fatto che gli anteposero prima Gaio e Lucio e poi l'ingombrante figura di Germanico) e che, verosimilmente, lo spinse a quel suo esilio volontario dalla scena pubblica per otto lunghi anni, attirandogli il sospetto dei contemporanei.

La riabilitazione della storiografia moderna, tuttavia, ci mostra un autentico conservatore della vecchia aristocrazia ed esponente perfettamente inserito nel *vulnus* dello schema di governo dell'ultimo Augusto: con una politica estera di sostanziale contenimento delle frontiere ed un approccio interno volto alla continua collaborazione con il Senato (Clemente, 2008).

I reperti che fanno riferimento a questo imperatore, ritrovati a Monte Molião constano di due assi di bronzo.

- Il reperto n.º S.N. 08 è un asse di bronzo del peso di 14,29 g, diametro di 29 mm e spessore medio di 3,5 mm.

Al diritto campeggia la testa di Tiberio scoperta e voltata a sinistra. La legenda PERM DIVI AVG COL ROM si distingue nitidamente.

Il rovescio vede le teste affrontate degli allora eredi, Germanico e Druso. La legenda è GERMANI[CVS CAESAR DRVS]VS CAESAR.

Il reperto è classificato come RPC I 74 ed è stato trovato all'interno della US [85], sopra descritta (*vide supra* p. 31).

La cronologia stimata è 14-15 d.C.

Si tratta di un asse che celebra, all'interno del contesto delle coniazioni emesse nella città di *Colonia Romula*, antica *Hispalis*, la figura dell'imperatore Tiberio e i suoi discendenti Druso e Germanico.

L'antico insediamento indigeno turdetano di *Hispal*, la cui componente fenicio-punica emergerebbe tra le altre cose anche nella composizione etimologica del toponimo: con quella radice *-pal* che Correa (Correa, 2000, *apud in* Ordóñez Agula e González Acuña, 2011) identifica come sostantivo allusivo al teonimo Baal, dovette entrare nella sfera di influenza di Roma intorno all'inizio del II secolo a.C. cioè successivamente alla battaglia di Ilipa (206 a.C.).

L'antico centro indigeno ribattezzato *Hispalis* dovette, almeno in un primo momento, subire l'influenza della limitrofa città di *Italica*, prima colonia romana fondata nella Penisola Iberica, vero e proprio centro strategico, destinato sia al dislocamento dei veterani della succitata battaglia sia, soprattutto, al controllo dello sfruttamento minerario delle

montagne dell'entroterra ed al dominio fluviale della foce del *Baetis* (Campos Carasco, 1989; Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

Il procedimento istituzionale di controllo (indiretto) adottato da Roma fu il meccanismo tipico del primo periodo del dominio romano in Spagna: quella *deditio* attraverso la quale *Hispalis* veniva a configurarsi come una delle tante *civitates stipendiariae* del tempo (Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

I risultati delle analisi archeologiche confermano, per il periodo repubblicano, uno sviluppo urbanistico di *Hispalis* costante e fiorente, in grado di dar vita ad un imponente *conventus civium romanorum* (Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

La prima attestazione nelle fonti classiche (Caesar *Bellum Civile* 2,18) mostra una città in grado di competere per importanza con Cadice, mentre altre fonti (dal *Bellum Alexandrinum* a Cicerone) ci consegnano l'immagine di una realtà che, nel mezzo delle guerre civili, gioca un ruolo di primaria importanza (Campos Carrasco, 1989).

La politica pianificata da Cesare dopo la guerra civile nella provincia dell'*Ulterior* vedrà quindi lo sviluppo del meccanismo della *deductio* di colonie: sistema di controllo diretto, spesse volte protratto con intenti punitivi (*poena belli*), per soddisfare il sempre crescente bisogno di terre e la gestione dei veterani. In quest'ottica ed in questo periodo è forse da inquadrare la fondazione di *Colonia Romula*; fondazione attribuita, successivamente, allo stesso Cesare da San Isidoro nelle sue *Etymologiae* (XV, 1, 17). La conferma ufficiale di tale *deductio* (Grant, 1969, p. 220) e/o seconda fondazione della città avverrà durante la terza visita di Augusto in Spagna (15-14 a.C.). Cassio Dione (LIV, 23, 7) ci riferisce, a tal proposito, che in quel periodo l'imperatore procedette a colonizzare molte città dell'*Iberia*.

Quello attuato da Augusto pare dunque un rafforzamento della precedente fondazione cesariana con veterani provenienti dalle recenti Guerre Cantabriche: un modello di (ri) fondazione peraltro attuato, nello stesso periodo ed in maniera analoga, per le realtà di *Corduba/Colonia Patricia*, *Astigi/Augusta Firma* e *Urso/Colonia Genetiva Iulia* (Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

Con la *Pax Augustea* la città conoscerà quindi l'inizio del suo auge, che la porterà, successivamente, a diventare insieme ad *Astigi* e *Corduba* una delle *clarissimae urbes* (P. Mela, *De Chor.* II, 88) della provincia: estrema testa di ponte meridionale del segmento strategico-economico della valle del Guadalquivir, nonché capoluogo di uno dei quattro *conventi* della Betica (Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

Le coniazioni *romulensi* (RPC I 73-76) sono attribuite, sulla base di analisi stilistiche e metallografiche, alle prime fasi del regno di Tiberio 14-19 d.C. [anche se Chaves Tristán (1979, *apud in* RPC I, p. 79) ipotizza che il quadrante RPC I 76 abbia potuto essere battuto in occasione della visita di Augusto e della conseguente seconda *deductio* della città] e rappresentano il primo documento con la titolatura ufficiale *Colonia Romula* di *Hispalis* (Ordóñez Agula e González Acuña, 2011).

Sotto Tiberio si coniano esclusivamente nominali in rame del valore di dupondi, assi, semissi e quadranti. Le tipologie presenti riverberano il propagandismo della figura dell'imperatore a cui si somma la celebrazione della figura del *Divus Pater* adottivo insieme alla consorte Livia (*genetrix orbis*) in un contesto, quello delle province occidentali, dove

era particolarmente sentito il culto imperiale. Lo *ius imaginis* viene, inoltre, condiviso sui rovesci di assi e quadranti con le figure degli eredi Druso Minore (figlio di Tiberio) e Germanico (nipote di Tiberio), con prevalenza per quest'ultimo che, oltre a comparire insieme al cugino, viene raffigurato singolarmente sui semissi e quadranti, confermando, da una parte la sudditanza di Tiberio nei confronti della figura del nipote, dall'altra la fama di cui Germanico godeva negli ambienti militari provinciali.

- Il reperto n.º 17810 è un asse di bronzo del peso di 8,80 g, diametro di 28 mm e spessore medio di 3 mm.

Al diritto campeggia la testa radiata di Augusto voltata a sinistra. La legenda è [DIVVS A]VGVSTVS [PATER].

Il rovescio vede la raffigurazione di un altare a due ante dedicato alla *Providentia Augusti* affiancata dalla titolatura S C. La legenda in esergo è [PRO]VIDEN[T].

Il reperto è classificato come RIC I2 81 ed è stato trovato all'interno della US [85], già caratterizzata (*vide supra* p. 31).

La cronologia è stimata tra il 22-23 ed il 37 d.C.

Si tratta di un asse che celebra il divo Augusto, padre adottivo di Tiberio.

Il tipo del diritto rappresenta la divinizzazione di Ottaviano esplicitata sia dall'iconografia, che mostra la testa dell'imperatore cinta dalla corona radiata, simbolo del culto del Sole di derivazione medio-orientale, sia dalla legenda dove la titolatura *Divus Augustus* sottolinea l'assurgere dell'imperatore ad uno *status* ultraterreno. Il sostantivo *Pater*, infine, rimanda tanto alla funzione di padre adottivo nei confronti di Tiberio, quanto al riconoscimento onorario di *Pater Patriae* che Augusto ottenne in vita (Chaves Tristán, 1973, p. 32).

Il rovescio della moneta è occupato da un altare tripartito (zoccolo, *corpus* quadrato o rettangolare e cornice), simbolo culturale ricorrente nella religiosità romana, che compare in molteplici varianti nelle monetazioni peninsulari (*Italica, Tarraco, Emerita*, ecc.) e che probabilmente rispecchia un'ara realmente esistita (Chaves Tristán, 1973, pp. 27-28).

Con la raffigurazione dell'altare si esalta la figura di Augusto attraverso il tema della *Providentia*: la divinizzazione della virtù romana omologa (oggetto di culto imperiale), intesa come preveggenza (non certo in senso divinatorio, bensì come capacità umana di capire le possibili implicazioni future delle azioni compiute) e che faceva parte, nella cultura latina, di quell'insieme di abilità che andavano sotto il nome di *Prudentia* ("la conoscenza delle cose buone" secondo Cicerone).

Questa astrazione, che regola il corretto funzionamento dello Stato, si concretizza nella figura dell'imperatore attraverso il *topos* letterario, di origine periclea, in cui il politico della città è associato metaforicamente al *gubernator* della nave. Alla virtù della *Providentia* è quindi anche legato, a doppio filo, il meccanismo di legittimazione della successione dinastica, come vedremo a breve.

La costruzione di un'ara alla *Providentia Augusti*, a Roma, nell'ambito degli onori (*honores caelestes*) che il Senato decretò al defunto imperatore sia per la lungimiranza

nell'adozione di Tiberio come successore, sia per i meriti verso la *res publica* che il padre adottivo aveva disposto per intercessione della dea *Providentia*, risale all'anno 14 d.C.

La comparsa, tuttavia, della tipologia della *Providentia*, nella monetazione tiberiana, avviene solo nel 23 d.C. (Mattingly, 1965, *apud in* Chaves Tristán, 1973, p. 27)

Tale data coincide con l'anno in cui Tiberio attribuisce al figlio Druso Minore, la potestà tribunizia, decretandone, di fatto, la successione. Questo episodio conferma come la tematica della *Providentia* sia stata utilizzata, nella monetazione, successivamente alla *constitutio* dell'altare a Roma per un motivo propagandistico: la legittimazione della continuazione dinastica in senso biunivoco (Tiberio nei confronti di Augusto e Druso nei confronti di Tiberio) (Cox, 2005).

La tematica dell'ara si ricollega, infine, al fenomeno del culto imperiale, che nelle province occidentali si presenta di carattere quasi "endemico" e che, seppure, forse, non ufficialmente attivo durante l'esistenza di Augusto, dovette almeno presentarsi già di una certa rilevanza, come dimostrato dal successivo stato di radicazione del fenomeno a pochi anni dalla morte dell'imperatore. La consacrazione di un altare alla figura imperiale: con l'esempio di *Tarraco* (25 a.C.) seguito dalle *Ara Sextiane* in territorio cantabrico e infine con l'esempio di *Emerita* (15 a.C.), è solo uno degli aspetti di questa forma di adulazione, che viene riflessa nella tipologia monetale del tempo e che Tiberio seppe abilmente sfruttare (Chaves Tristán, 1973, pp. 41-45).

3.3.3. CALIGOLA

Gaius Iulius Caesar Germanicus

37 d.C. - 41 d.C.

Dopo la congiura del prefetto del pretorio Elio Seiano nel 31 d.C. e la successiva morte in esilio di Agrippina e suo figlio, due anni più tarde, si aprì un clima di terrore ed instabilità con il riproporsi del problema della discendenza dinastica. Tiberio nominò come eredi Tiberio Gemello (nipote diretto dell'imperatore) e Caligola, il figlio di Germanico (la cui memoria era ancor fortemente onorata in ambito militare e provinciale).

Nel 37 d.C., alla morte di Tiberio, il venticinquenne Gaio, detto Caligola, eliminò il suo correggente e divenne imperatore, consegnando alla storia, attraverso le testimonianze di Cassio Dione e Svetonio (in un intreccio ormai insolubile di realtà e finzione), la figura di un personaggio storico che, nel mondo occidentale, incarna la megalomania e la brama di assolutismo di chi volle credersi un dio in terra. Il tentativo di instaurare un principato teocratico sul modello orientale, fuori dal solco degli equilibri augustei, generò il coalizzarsi di forze politiche differenti tese verso un fine comune, che si manifestò con l'assassinio, nel 41 d.C., dell'imperatore (Clemente, 2008, p. 317).

La politica economica e finanziaria del nuovo imperatore si presenta agli antipodi dell'accorta gestione portata avanti dal suo predecessore. La lunga serie di stranezze e capricci personali, le ingenti donazioni elargite al popolo di Roma e ai soldati, insieme ad una campagna militare in Britannia neppure iniziata, sono epifenomeni che,

ripercuotendosi pesantemente sull'erario statale (Diegi, 2007a), palesano l'insicurezza e il complesso di inferiorità di un uomo che, consapevole del fatto che il potere acquisito non gli derivava da meriti personali, fu sempre teso verso una forte volontà di legittimazione e autoaffermazione assolutistica (Clemente, 2008, pp. 316-317). Volontà che emerge distintamente, come vedremo, dall'iconografia monetale.

La monetazione di Caligola fu perciò quantitativamente sostanziosa, con un volume di emissione di sette-otto volte maggiore a quella del suo predecessore, e con caratteristiche tecniche sostanzialmente uguali a quelle di Tiberio (Diegi, 2007a). È da notare la leggera discesa dell'aureo da 7,80 g a 7,75 g (fluttuazione quasi impercettibile ma che, trattandosi di oro, assume una sua dimensione giustificata) (RIC I², p. 102), che porta già i segni di una certa insofferenza che andrà acutizzandosi con Claudio e poi con Nerone (Belloni, 2004, pp. 256-257).

La tematica monetale di Gaio, come già accennato, risente di un insistente bisogno di legittimazione e rivendicazione della continuità del suo governo (Pérez González, Illarregui Gómez e Arribas Lobo, 2011) che si concretizza nella produzione di monete commemorative, tese, nel vanto delle benemerienze della sua famiglia, a costituire una buona base di consenso tra la popolazione (Lanfranchi, 1910, p. 28 di RIN). Onorare la memoria degli antenati, da Augusto al padre Germanico, dalla madre Agrippina e al nonno Agrippa, attraverso la prosopografia monetale, rientra dunque nell'insieme di quegli atti pubblici che componevano il rito della *consecratio*.

Caligola è anche il primo imperatore che ricorre alla celebrazione delle donne della casa imperiale senza allusioni. L'esempio più significativo è certo quello del sesterzio (RIC I² 33) delle tre sorelle Agrippina, Drusilla e Giulia, raffigurate come personificazioni delle rispettive virtù della *Concordia*, *Securitas* e *Abundantia* (Belloni, 2004, pp. 139-140).

I reperti raccolti a Monte Molião fanno parte dell'insieme delle monete commemorative: si tratta infatti di due assi di Agrippa, che per praticità verranno discussi insieme.

- Il reperto n.º S.N. 14 è un asse di bronzo del peso di 9,96 g, diametro di 29 mm e spessore di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Agrippa cinta da corona rostrale e voltata a sinistra. La legenda è [M AGRIPPA L F] COS III.

Al rovescio campeggia Nettuno nudo con il mantello sulle spalle voltato a sinistra che sorregge il tridente nella mano sinistra e un delfino nella destra; ai lati le lettere S C.

Il reperto è classificato come RIC I² 58 ed è stato recuperato all'interno della US [85], già caratterizzata (*vide supra* p. 31).

La datazione corrisponde al periodo di regno di Caligola, 37-41 d.C.

- Il reperto n.º S.N. 25 è un asse di bronzo del peso di 11,81 g, diametro di 27 mm e spessore di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Agrippa cinta da corona rostrale e voltata a sinistra.

Qui la legenda è perfettamente visibile: M AGRIPPA L F COS III.

Al rovescio campeggia Nettuno, nudo, con il mantello sulle spalle, voltato a sinistra che sorregge il tridente nella mano sinistra e un delfino nella destra; ai lati le lettere [S] C.

Il reperto, classificato come RIC I² 58, è stato recuperato all'interno del Settore C, nell'area della cisterna: US [1430]. L'unità stratigrafica corrisponde al riempimento di una fossa scavata durante la fase più recente dell'occupazione romana di Monte Molião, databile al Basso Impero.

Le due monete raccolte a Monte Molião presentano caratteristiche stilistiche e metrologiche differenti.

Nonostante il grado di usura maggiore nel reperto n.º S.N. 14, che rende più ardua l'identificazione delle peculiarità plastiche e paleografiche del conio, si nota distintamente un grande divario stilistico con il reperto n.º 25, in cui il ritratto di Agrippa, ma soprattutto la figura del Nettuno al rovescio, sono resi con una cura dei particolari molto migliore.

Se dunque da una parte non sussistono dubbi sul fatto di trovarsi di fronte a due esemplari di produzione provinciale, d'altra parte lo iato stilistico tra le due monete rileva la difficoltà di ascrivere questi due reperti a zecche precise.

I due assi commemorativi sono battuti in onore del nonno materno di Gaio: Marco Vipsanio Agrippa, personaggio storico che nella prosopografia monetale viene raffigurato da Augusto fino all'epoca flavia. Il genero e generale di Augusto, corresponsabile, insieme all'imperatore, di quella pace ottenuta attraverso le vittorie per terra e per mare (*terra marique parta victoriis pax*), fu l'artefice della vittoria navale di Azio e viene raffigurato, in questi assi, con la corona rostrale, simbolo della carica di ammiraglio (*classis praefectus*). Sul rovescio viene accompagnato dall'immagine del dio del mare nudo che indossa sulle spalle la sua veste tipica: un manto simbolicamente rappresentato da quel *caeruleum vexillum* (Svetonio, *Aug.* 25), emblema dell'*imperium maris*, donato da Ottaviano ad Agrippa dopo il trionfo aziaco di quest'ultimo.

I cosiddetti "assi di Agrippa" sono stati oggetto di una lunga diatriba sviluppata intorno al problema delle loro cronologie e della loro provenienza; molti studiosi, già a partire dai primi decenni del secolo scorso, hanno tentato una sistematizzazione sulla base delle caratteristiche stilistiche e metrologiche.

Se per quanto riguarda la suddivisione tra emissioni imperiali a Roma e varie emissioni in zecche locali vi fu un generale punto d'incontro tra gli esperti, per ciò che concerne le ipotesi cronologiche si svilupparono tesi divergenti, che implicarono l'attribuzione di queste monete ai regni di Tiberio, Caligola e Claudio.

A difesa di una cronologia stimata al periodo di Tiberio, E. A. Sydenham (1917a; 1917b, p. 260) obiettò che il regno di Caligola dovette essere troppo breve per un insieme di emissioni così vasto.

Uno dei primi studiosi a difendere, invece, una cronologia incentrata sul regno di Caligola, sulla base di motivazioni quali il legame parentelare tra Gaio e Agrippa, lo studio

delle contromarche e la datazione della titolatura COS III, fu L. Lanfranchi (1910, p. 21 e ss). Successivamente lo studioso italiano (1949, p. 41) propose una cronologia dilatata al periodo Caligola-Claudio, opinione che fu condivisa da M. Grant (1949, p. 103), mentre per Giard (1968, pp. 80-81) l'attribuzione dell'insieme delle emissioni di questi assi al periodo di Caligola rimaneva l'ipotesi più plausibile.

S. Jameson (1966), sulla base di variazioni stilistiche, quali la resa dell'occhio, del naso e del mento, nonché della struttura delle legende e l'orientamento dell'asse dei coni, identificava due serie principali: una romana dallo stile curato e dalla metrologia tra i 13,50 e 12,25 g ed una provinciale suddivisibile in tre distinte emissioni di qualità e metrologia via via decrescente. Dal punto di vista cronologico la studiosa inglese, condividendo ed ampliando una teoria proposta da Mattingly e Sydenham (1948) e anche da Sutherland (1958, *apud in* Pérez Gonzáles, Illarregui Gómez e Arribas Lobo, 2011), distribuiva gli assi di Agrippa lungo la fase centrale del regno di Tiberio (22-28 d.C.) ed il periodo di Caligola, ma ipotizzava derivazioni successive anche in epoca di Claudio.

Oggi gli studiosi sono generalmente concordi nel ritenere che gli assi di Agrippa appartengano alle coniazioni battute durante il regno di Caligola (Barret, 2001 p.218) e che dovettero essere oggetto di ibridazioni e imitazioni anche successive al regno di Gaio (Nicols, 1974, p. 70).

Per ciò che riguarda, infine, la problematica delle zecche provinciali, in particolare nella Penisola Iberica, non si può stabilire con esattezza il numero e la localizzazione di questi *ateliers* locali (Pérez Gonzáles, Illarregui Gómez e Arribas Lobo, 2011; Besombes *et al.*, 2005). La situazione dovette verosimilmente comprendere una serie di realtà differenti con un'eterogeneità che ci viene dimostrata dalle stesse divergenze stilistiche e metrologiche dei due esemplari ritrovati a Monte Molião.

3.3.4. CLAUDIO

Tiberius Claudius Nero Germanicus

41 d.C. - 54 d.C.

Alla morte di Caligola, un vero e proprio colpo di potere da parte della guardia pretoriana porta, senza l'effettivo consenso del Senato, all'acclamazione del nuovo imperatore: Claudio, studioso cinquantenne, zio del defunto Caio.

Tracciare un quadro affidabile ed obiettivo del regno di Claudio, periodo cruciale dell'impero romano, è un compito arduo che si lega indissolubilmente alla personalità dell'imperatore stesso e scaturisce dall'analisi di giudizi storici spesso volte fortemente divergenti.

La figura di grecista, colto studioso e politico lungimirante, che emerge dalle fonti epigrafiche e papirologiche si scontra, infatti, con il grottesco ritratto di un personaggio che le fonti classiche (Svetonio, Tacito e Cassio Dione) ci dipingono come psicologicamente e fisicamente incerto; zimbello di mogli, amanti e liberti.

La descrizione di un uomo di costituzione fragile, disarmonico, claudicante e ciondolante (Svetonio, *Claudio* 30), *ignarus* e non adatto al suo ruolo a causa della

inscitia (Tacito, *Ann.* XI 2; 25), non in grado di esprimersi correttamente (Seneca, *Apoc.* 5) e dall'umore estremamente variabile (Svetonio, *Claudio* 15), ci consegna la figura non edificante di un semi infermo mentale, le cui mancanze psico-fisiche molti studiosi moderni hanno cercato di associare ad un quadro clinico specifico (DeCousey Ruth, 1916; Guarino, 1974; Levick, 1990).

La stessa documentazione letteraria, tuttavia, in interna contraddizione, ci offre la rappresentazione di un uomo rispettoso del *mos maiorum, parcus* (modesto) e *civilis* (Svetonio, *Claudio* 12), dove quest'ultimo lemma polisenso va inteso non nell'accezione ciceroniana (*Rep.* II, 45) della *civilis prudentia* (quella lungimiranza politica già vista in Augusto), bensì in una sobrietà di vita che, legandosi alla *virtus* repubblicana, si annuncia come espediente di modestia per fugare ogni parvenza di ambizioni autocratiche, peraltro fortemente evidenti, come vedremo, nel suo operato. In questo, Claudio rispecchia quel "basso profilo" adottato da Tiberio che lo porterà, come per quest'ultimo, alla rinuncia di varie cariche onorifiche tra cui il *praenomen* di imperatore (Svetonio, *Claudio* 12).

Claudio fu un oculato amministratore della "cosa pubblica" distinguendosi per ottime scelte nel campo militare e politico-sociale.

La politica estera di questo imperatore s'inserisce nel solco della strategia militare della dinastia giulio-claudia, incentrata sulla concezione di un impero il cui assetto, egemonico e non territoriale, era basato, primariamente, sull'amministrazione e il condizionamento di stati clienti (Luttwak, 1997, pp. 19-75). Sono da analizzare in tal senso, quindi, una serie di misure di consolidamento dei confini dell'impero che si concretizzarono con la costituzione, nel quadrante orientale, delle provincie della Licia della Tracia e nell'annessione della Giudea alla provincia della Siria, mentre nel settore occidentale, con la definitiva risoluzione della questione mauritana e la riconversione del territorio in due distinte provincie (Clemente, 2008, p. 318).

Claudio fu, tuttavia, anche l'imperatore che dopo trentasette anni riprese la via delle conquiste imperiali, dando inizio a quel grande progetto bellico di conquista della Britannia: impresa fallita da Caligola e parzialmente portata a termine tra il 43 ed il 46 d.C. La spiegazione di questo impulso espansionistico va sicuramente ricercata in una serie di motivazioni che spaziano dall'importanza di quest'isola nell'immaginario dei romani fin dai tempi di Cesare, alla sua effettiva ricchezza mineraria, fino al tentativo, da parte dell'imperatore, di recuperare quel consenso militare che, la stretta parentela con Germanico gli aveva inizialmente concesso, ma che era andato via via affievolendosi.

Per ciò che concerne la politica interna, l'indole accentratrice di questo imperatore portò al concepimento di una riforma statale basata sul principio di centralizzazione che si concretizzò nel raggruppamento delle principali funzioni amministrative sotto il controllo diretto della sua corte, spogliando, di fatto, le antiche magistrature repubblicane dei loro poteri. Un'operazione questa, iniziata da Augusto, ma che con Claudio assurge ad un livello superiore, innescando una politica rivoluzionaria, tesa a concepire l'impero come un'istituzione, non più prettamente romana ed italica, bensì aperta alle provincie,

come dimostrano la concessione della cittadinanza ai veterani non cittadini e l'apertura delle magistrature (*ius honorum*) ai notabili delle Gallie (Clemente, 2008, p. 318)

Il suo attivismo in materia edile, indirizzato, a differenza del suo predecessore, ad un ampio programma di miglioramento delle infrastrutture pubbliche (si pensi alla costruzione dell'acquedotto *Aqua Claudia*, del nuovo porto di Ostia e al riordino delle reti viarie), promosse un nuovo dinamismo economico a cui si affiancò una riorganizzazione delle finanze statali con la creazione di un vero e proprio ministero preposto al riordino dell'erario imperiale e supervisionato dal potente liberto Pallante.

La riforma monetaria, avviata da quest'ultimo, prevedeva l'accelerazione della messa in atto del decreto di chiusura di tutte le zecche provinciali (disposizione già vigente sotto Caligola) e il riordino del nummario imperiale sotto l'esclusiva ufficialità delle zecche di Roma e *Lugdunum*. Ciò produsse, come vedremo, una forte penuria di liquidità a livello periferico.

La tematica monetale di Claudio rispecchia le vicende del suo regno e della sua attività.

Oltre all'immane consuetudine di onorare gli esponenti della sua famiglia attraverso la coniazione di monete commemorative e celebrative, ricorrono i temi militari, con aurei e denari (RIC I² 25) raffiguranti il castro pretorio e la scritta IMPER. RECEPT., emissioni successivamente controbilanciate, in una azione propagandistica atta a smusare gli angoli più pericolosi di una convivenza politica tra le varie forze in campo (imperatore, Senato e pretoriani), dalla coniazione di altre monete (RIC I² 29) in cui il concetto precedente viene ribaltato a favore dell'imperatore che, stendendo la mano, compie un gesto a favore del pretoriano, definito adesso lui stesso *receptus* (sostenuto/portato in salvo). Una conciliazione politica (solo formale) tra *princeps* e Senato ci viene testimoniata anche dal ritorno della figura della *Libertas* sugli assi del tempo (Belloni, 2004, pp. 140-141).

Altre personificazioni come la *Minerva* e *Ceres* fanno parte della tematica monetale di questo imperatore ma un peso emblematico è rappresentato dalla raffigurazione della *Constantia*: vero e proprio simbolo individuale di Claudio e figura mai utilizzata prima d'allora. Lungi dal preferire una virtù astratta come la *Iustitia* o la *Clementia*, Claudio sceglie, come proprio principio di responsabilità imperiale (Sutherland, 1971, p. 150), una qualità di ascendenza stoica: la tenacia di perseguire un nobile scopo (Belloni, 2004, p. 141).

La scelta di questa figura è personalissima, come sottolinea molto bene l'uso del genitivo *Augusti* (Fears, 1981, p. 894) e lega l'agire di Claudio ad un sentimento di pragmatismo che, da un punto di vista politico, seguendo un *topos* propagandistico successivamente abusato, lo porta a differenziarsi nettamente dall'operato incerto del predecessore Caligola (Ginsburg, 2006, p. 64).

L'insieme di monete di Claudio ritrovate a Monte Molião, che consta di cinque reperti (tutti assi), rappresenta il sottogruppo percentualmente più rilevante del periodo imperiale ed anche presumibilmente di tutto il set studiato in questa tesi.

La grande diffusione della monetazione claudia in tutta la Penisola Iberica è un fenomeno noto, che ci è ben testimoniato dall'aneddoto riportato dal Lanfranchi (1949) a riguardo di ciò che riferiva il direttore del Gabinetto Numismatico di Madrid nella decade 40-50, C. M. del Rivero, a proposito delle maestranze impegnate nei lavori di scavo archeologico in Spagna. Gli assistenti allo scavo, infatti, accoglievano il rinvenimento di qualsiasi moneta con l'espressione: "Un Claudio!" sicuri della grande probabilità di azzeccarne l'identificazione a prescindere da un'analisi più approfondita.

- Il reperto n.º S.N. 05 è un asse di bronzo del peso di 10,89 g, diametro di 27 mm e spessore di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Claudio scoperta e voltata a sinistra. La legenda è [TI CLAVDI]VS CAESAR AVG P[M] TR P IMP.

Al rovescio, *Minerva* stante verso destra e cinta da elmo, tiene un dardo nella mano destra e uno scudo nella sinistra. Ai lati le lettere S C.

Il reperto classificato come RIC I² 100 è stato recuperato nell'US [85], sopra descritta (*vide supra* p. 31).

- Il reperto n.º 17654 è un asse di bronzo del peso di 6,24 g, diametro di 25 mm e spessore di 2 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Claudio scoperta e voltata a sinistra. La legenda è illeggibile.

Al rovescio, *Minerva* stante verso destra e cinta da elmo, tiene un dardo nella mano destra e uno scudo nella sinistra. Ai lati le lettere S C.

Il reperto classificato come RIC I² 100 è stato recuperato nell'US [66] del Settore A, uno livello di riempimento/crollo di periodo imperiale (Imp. II).

- Il reperto n.º S.N. 15 è un asse di bronzo del peso di 7,92 g, diametro di 28 mm e spessore di 2 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Claudio scoperta e voltata a sinistra. La legenda è [TI CLA]VDIVS CAESAR AVG PM [T]R P [IMP].

Al rovescio campeggia la raffigurazione della *Constantia* vestita stante verso sinistra e cinta da elmo; sostiene una lancia nella mano sinistra e solleva la destra. La legenda è illeggibile; ai lati le lettere S C.

Il reperto classificato come RIC I² 95 è stato recuperato nell'US [85], già caratterizzata (*vide supra* p. 31).

- Il reperto n.º 17647 è un asse di bronzo del peso di 10,90 g, diametro di 27 mm e spessore di 3,5 mm.

Al diritto campeggia la testa di Claudio scoperta e voltata a sinistra. La legenda è [TI CLA]VDIVS CAESAR [AVG PM] TR P [IMP].

Al rovescio vi è la raffigurazione della *Constantia*, vestita, stante verso sinistra e cinta da elmo; sostiene una lancia nella mano sinistra e solleva la destra. La legenda CONSTANTIA[E AVGVSTI] è accompagnata dalle lettere S C ai lati.

Il reperto classificato come RIC I² 95 è stato recuperato nell'US [54] del Settore A, uno livello di riempimento/crollo dell'ultima fase di occupazione imperiale (Imp. III).

- Il reperto n.º 17782 è un asse di bronzo del peso di 7,78 g, diametro di 24 mm e spessore di 3 mm.

Al diritto è raffigurata la testa di Claudio scoperta e voltata a sinistra. La legenda è [TI CLAVDIVS CAESAR AVG P]M TR P IMP.

Al rovescio, Cerere, vestita, seduta su di un seggio a spalliera verso sinistra, tiene due spighe di grano nella mano destra protesa in avanti e una lunga torcia nella mano sinistra. La legenda [CERES AVGVSTA] è accompagnata in esergo dalle lettere [S C].

Il reperto classificato come RIC I² 94 è stato recuperato nell'US [55] del Settore A, uno strato di riempimento/crollo dell'ultima fase di occupazione imperiale (Imp. III).

La moneta risulta perforata nel mezzo chimicamente. L'esistenza di un'impurità (sotto forma di piccolo grano metallico) nella composizione della lega, ha dato origine, nel tempo, ad un processo ossidativo localizzato (corrosione per *pitting*) che ha portato al logoramento puntuale della moneta. Il progressivo sviluppo ulcerativo ha determinato infine la foratura della moneta.

Possiamo affermare come quattro di questi cinque reperti appartengano alla categoria delle cosiddette "imitazioni" della zecca di Roma, ovvero monete riconducibili a quella pratica ufficiale, ma non clandestina (Giard, 1970, p. 36; Bost e Pereira, 1973, p. 171) e quindi tollerata o addirittura incentivata (Campo, 1974, p. 155) dal potere centrale, di battere moneta al di fuori dei centri legittimamente preposti a tale scopo.

Tale attività, che scaturisce da una serie di concause, risulta endemica e frequentemente radicata nelle provincie occidentali dell'impero, con una diversificazione interna del fenomeno che vede la realtà Gallo-Britanna affiancarsi a quella Ispanica, nella quale l'incidenza percentuale delle imitazioni tocca punte molto elevate sul totale dei ritrovamenti di epoca claudia (Hoz Montoya, 2005, p. 4).

Affrontare il tema delle imitazioni di Claudio è un capitolo centrale di questo lavoro, ma anche una sfida complessa, poiché la questione, ormai dibattuta da due secoli (se ne occuparono già Smith e Cohen durante la metà del XIX secolo), presenta problematicità di tipo terminologico (monete ufficiali, false, imitazioni, coniazioni locali/provinciali, monete di *castra*, ecc.) e soprattutto incongruenze sull'individuazione di caratteri univoci per la distinzione delle monete.

Le nozioni di "ordine" e "controllo" espresse da Besombes e Barrandon (2000, p. 171) per l'identificazione di monete provenienti da zecche ufficiali e non, sembrano funzionare, in linea generale, anche per i reperti ritrovati a Monte Molião.

Secondo gli studiosi francesi, infatti, in una zecca ufficiale, regolata e controllata dall'autorità, la battitura delle monete si distinguerebbe grazie ad uno stile omogeneo; un'oscillazione dei pesi esigua; una minore aleatorietà nell'orientamento degli assi dei coni e dall'approvvigionamento delle materie prime per la fusione dei tondelli attraverso circuiti "statali".

La categoria delle imitazioni risulta, tuttavia, trovarsi in una situazione incerta, poiché, da una parte presenta affinità con la monetazione non ufficiale, come vedremo, dall'altra, non essendo frutto esclusivo di falsari (Giard, 1970, pp. 39-40), non può essere totalmente ascritta ad un insieme *contra legem*.

La classificazione delle imitazioni, nonostante l'ampiezza geografica del fenomeno e la sua complessità si è da sempre sviluppata prevalentemente attorno all'analisi stilistica delle monete. Nel solco delle suddivisioni estetiche definite da vari studiosi (Sutherland, 1935; Campo, 1974; Gurt, 1975) possiamo quindi affermare come le coniazioni *extra Urbe* siano caratterizzate generalmente da una "maniera" più grossolana rispetto alle monete di Roma (Lanfranchi, 1949). È bene sottolineare che all'interno dell'insieme delle imitazioni sussistono, tuttavia, differenze anche grandi che contrappongono, per esempio, le emissioni gallo-britanniche, più grezze, da quelle ispaniche più fedeli alle coniazioni ufficiali (Bost e Pereira, 1973, p. 168).

Da un punto di vista della ritrattistica, infatti, si può notare come, molto spesso, il volto dell'imperatore o la figura del rovescio, siano sproporzionati o deformati (Cebrián Sánchez, 1999, p. 11), mentre il fatto di battere le imitazioni su tondelli più piccoli del diametro dei coni, può provocare una deformazione nella circonferenza della moneta o il decentramento della figura impressa (Gurt, 1975). Nel caso specifico delle monete di Monte Molião, alcuni reperti mostrano chiaramente i caratteri stilistici "irregolari" tipici delle imitazioni. Nel reperto n.º S.N. 05 la resa del volto di Claudio, si compone di un occhio, infossato particolarmente grande e di forma triangolare, mentre l'asse n.º 17654 presenta, al rovescio, la figura di una *Minerva* resa in maniera approssimativa e disarmonica.

Le legende presentano generalmente un lapidario di stile rustico (Lanfranchi, 1949) caratterizzato da varie peculiarità come l'incerta calibratura delle parole (con disegno delle lettere che rispondono ad altezze e spaziature irregolari e la mancanza della punteggiatura) e una resa stilistica che non permette ai singoli caratteri alfabetici di emergere distintamente dal campo monetale. Ancora una volta, queste generalità trovano riscontro nei reperti discussi in questa tesi: nel caso dell'asse n.º S.N. 05 la titolatura del rovescio S C, è resa in maniera particolarmente disarmonica.

Per quanto riguarda il peso dei reperti recuperati nel sito algarvio possiamo affermare come questi si adattino al sistema metrologico romano (9/10 g) ma presentino variazioni notevoli: da un massimo di 10.90 g del reperto n.º 17647, ad un minimo di 6.24 g per il n.º 17654, che risulta però essere un esemplare visibilmente assottigliato da un periodo di circolazione sicuramente lungo. Nonostante ciò, il valore medio di 8.74 g risulta compatibile con la realtà peninsulare e anche con quella tendenza ad una maggior leggerezza delle monete, che secondo alcuni studiosi (Giard, 1970, p. 37; Campo, 1974, p. 156), sarebbe uno dei tratti distintivi del fenomeno delle imitazioni provinciali.

Da notare, in conclusione, che la predominanza percentuale di alcuni tipi di rovescio negli assi di Claudio, ben conosciuta nei casi più noti della Penisola Iberica (*Conimbriga*, *Clunia*, *Betulo*, La Pobla de Manifet e *Baelo*), nei quali si registra una maggior incidenza dei tipi della *Minerva*, generalmente seguita o affiancata numericamente dalle figure della *Libertas* e *Constantia*, sembra riflettersi, sebbene in minor grado, data l'esiguità

dell'insieme in questione, anche tra i reperti di Monte Molião.

Dopo aver analizzato in generale la questione delle imitazioni ed aver caratterizzato, più nello specifico, le peculiarità dei reperti di Monte Molião, il tema ruota intorno a tre semplici domande: dove, perché e quando, ovvero in quali e quante zecche furono battute le imitazioni, per rispondere a quali bisogni e per quanto tempo furono emesse (Besombes e Barrandon, 2000, p. 162).

Per ciò che concerne la prima domanda, possiamo affermare come Roma, forse spinta dalla chiusura della sua zecca senatoriale a partire dal 41 d.C., dovette ricorrere ad espedienti quali la ribattitura, la contromarcatura di monete vecchie e la produzione delle cosiddette imitazioni. Questi semplici espedienti furono in grado, solo in parte, di arginare il problema. Alla lunga, anche a causa dell'operato dei falsari, si rese necessaria un'ulteriore riforma monetaria da parte di Claudio, con la riapertura della zecca di Roma e l'inizio della monetazione con titolatura PP a partire dal 50 d.C. (Giard, 1970, pp. 41-43).

Restando per il momento sul fenomeno delle imitazioni, si può quindi affermare come il potere centrale dovette affidarsi ad officine locali per rispondere all'ingente domanda di forniture di *aes* nelle provincie occidentali. Questi centri di approvvigionamento potevano essere: campi militari (opinione che sembra valere soprattutto per il contesto gallo-britannico), comunità di cambiavalute, officine private controllate dallo Stato o molto probabilmente ex officine municipali (Giard, 1970).

Lo studio, su base stilistica, della dispersione percentuale delle imitazioni analizzate in vari centri spagnoli, portoghesi e marocchini, ha portato all'evidenza di una realtà peninsulare polarizzata, riassumibile in due distinte aree di dispersione (una più sud-occidentale e l'altra più orientale) che potrebbero far riferimento alla possibile esistenza di altrettante zecche principali nei siti di *Asturica Augusta* e *Tarraco* (Besombes e Barrandon, 2000, 176-180).

A queste due realtà si affiancavano, verosimilmente, una serie di altri *ateliers* locali di difficile enumerazione e localizzazione, ma probabilmente siti nelle precedenti sedi di zecche municipali (Gurt, 1974, p. 114).

In merito alla seconda questione, gli studiosi sono generalmente concordi nel ritenere che il fenomeno delle imitazioni sia legato alla generale mancanza di moneta divisionaria nelle aree occidentali dell'impero, durante tutto il I secolo d.C.

Questa situazione di penuria di liquidità dovette sicuramente aggravarsi tra la fine del regno di Caligola e l'inizio di quello di Claudio, con la chiusura delle zecche ispaniche operata al fine di: "riaffermare l'autorità centrale di Roma sui territori conquistati" (Chaves Tristán, 1998, p. 93).

A questo fatto, che viene additato come principale causa del fenomeno delle imitazioni (soprattutto in territorio ispanico), devono aggiungersi alcune considerazioni di carattere militare.

La conquista della Britannia certamente fu il fattore bellico che più di ogni altro spinse ad uno sforzo economico ingente, stimolando la coniazione di imitazioni

nell'Occidente tutto ed in particolare nelle zone armoricane, dove forte dovette essere anche il fenomeno delle coniazioni castrensi (Sutherland, 1935, p. 24; Lanfranchi, 1949, p. 41). Non bisogna, tuttavia, dimenticare che, in ambito peninsulare, altri accadimenti di secondaria importanza, ma non certo trascurabili, come la pacificazione della Mauritania portata a termine con l'ausilio di truppe scelte di montagna dalla regione delle Asturie, dovettero essere parte di quelle concause che innescarono il fenomeno delle imitazioni (Besombes e Barrandon, 2000, p. 176).

La terza ed ultima questione è quella cronologica, la quale, per essere compresa al meglio, necessita il riepilogo di alcuni principi assodati e condivisi dall'ambiente numismatico. Innanzitutto vi è il fatto di considerare che il periodo complessivo dell'attività monetaria di Claudio copra tutti gli anni del suo regno (41-54 d.C.); in secondo luogo si pone la distinzione, all'interno di questo segmento temporale, di altre scansioni cronologiche ed avvenimenti importanti come: la possibile chiusura della zecca senatoriale a Roma tra il 41 ed il 50 d.C.; il periodo di battitura della monetazione aurea ed argentea tra il 41 ed il 52 d.C. ed infine la data del 50 d.C. come momento in cui la titolatura PP (*Pater Patriae*) compare sulla monetazione di metalli preziosi.

In considerazione di tali dati, possiamo comprendere come la questione più complessa attenga, soprattutto, alla monetazione in *aes* e ruoti esclusivamente intorno all'unico parametro che ci permetta di definire una scansione temporale, ovvero la titolatura del rovescio degli assi di Claudio.

Per tutte queste monete, infatti, la legenda è TI CLAVDIVS CAESAR AVG PM TR P IMP. In aggiunta a questa parte invariabile della legenda, in alcuni casi, si può leggere il predicato PP, in onore dell'onorificenza di Padre della Patria che Claudio ottenne nel gennaio del 42 d.C. Tale avvenimento viene identificato dagli studiosi come cesura storica tra due raggruppamenti della monetazione in bronzo di questo imperatore.

Quest'ultima considerazione fa emergere però un'altra problematica a livello provinciale: giustificare un'ingentissima quantità di monete che, non presentando la titolatura PP, dovrebbero rientrare in maniera quasi impossibile all'interno di un intervallo temporale di meno di un anno (Ventosa e Serna, 1995, p. 231; Besombes e Barrandon, 2000, p. 165). A questa difficoltà alcuni autori come Kray (1963, p. 177, *apud in* Giard, 1970, p. 35) hanno risposto ipotizzando di prolungare il periodo di battitura degli assi senza PP per un periodo di altri otto anni e cioè fino al 50 d.C., facendo così combaciare la data di comparsa di tale predicato, sia per le monete in metalli preziosi, sia per le emissioni di bronzo. Un tale espediente porterebbe, tuttavia, secondo Giard (1970, p. 35), al rovesciamento del problema, poiché a questo punto risulterebbe difficile spiegare la scarsità di monete senza titolatura PP a Roma, per un periodo di tempo troppo lungo (41-50 d.C.).

La diatriba sulla cronologia di questi assi è lunga dal trovare una conclusione e per questi motivi ci sentiamo di attribuire ai reperti di Monte Molião una datazione ampia che si collochi tra il 41 ed il 54 d.C.

Possiamo quindi concludere affermando che la diffusione delle imitazioni nelle

province occidentali sia legata al quel fenomeno di accentramento burocratico della macchina statale, voluto da Claudio ed attuato dai suoi liberti.

Una tale centralizzazione dovette inevitabilmente favorire l'insorgere di problematiche economiche a livello periferico che lo Stato risolse attraverso una dinamica paradossalmente inversa, ovvero con una sussidiarietà locale non ufficialmente legittimata ma in pratica tollerata che, almeno nella realtà ispanica, permise di sopperire a quella penuria di pecunia generata in gran parte, ma non solo, dalla chiusura delle zecche in epoca di Caligola.

Nella Penisola Iberica dovettero così essere attivi alcuni centri principali affiancati da una pluralità di *ateliers* minori, di carattere più prettamente locale, probabilmente combacianti con la realtà delle zecche municipali che produssero, in epoca precedente, le coniazioni ispano-romane.

La circolazione di moneta divisoria imitata, grazie al suo carattere regionale, dovette essere oggetto di scambi interprovinciali che permisero la circolazione dei coni (Gurt, 1974, p. 115) e favorirono quell'ibridazione tipologica di così difficile irreggimentazione in canoni stilistici fissi, come quelli inevitabilmente richiesti da una spiegazione generale del fenomeno.

Il processo delle imitazioni dovette concludersi con la fine del regno di Claudio (Sutherland, 1935) o addirittura nel 50 d.C, quando, secondo Giard il Senato dovette riprendere il controllo della zecca a Roma. La circolazione del nummario, invece, dovette proseguire in maniera importante per tutto il I secolo d.C. e giungere addirittura, come testimonia lo studio di alcuni tesori britannici (Bost e Pereira, 1973, p. 172), a toccare il III secolo.

3.3.5. NERONE

Lucius Domitius Aenobarbus

54 d.C. - 68 d.C.

Alla morte di Claudio nel 54 d.C., Nerone salì al potere a soli diciassette anni. Il primo periodo di regno del giovane *princeps* fu influenzato da alcune figure storiche importanti che gli si affiancarono, come il precettore Seneca, il prefetto del pretorio Afranio Burro e soprattutto la madre Agrippina Minore, sorella di Caligola e quarta moglie del defunto Claudio che, attraverso un forte ascendente sul figlio, di fatto, si comportò come una vera e propria Augusta.

I primi anni di regno, descritti dalla storiografia come quinquennio felice, furono dominati dalla figura di un imperatore liberale, che sul modello augusteo, operò una saggia guida dello Stato. La continua pressione di una madre ambiziosa e opprimente, insieme con la naturale indole del figlio, tuttavia, portarono ad un rapido degrado delle condizioni interne alla corte che sfociarono dapprima nell'eliminazione di Agrippina nel 59 d.C. e successivamente spinsero Nerone, privato del supporto di Burro (morto per cause naturali) e Seneca (ritiratosi a vita privata) ad indulgere nei vizi e negli eccessi di una vita in stile ellenistico dedicata alla musica, alla poesia e alle corse di cavalli.

Le condizioni dell'impero ne risentirono pesantemente e i rapporti con il Senato si

guastarono a tal punto da portare al tentativo di congiura di Calpurnio Pisone nel 65 d.C. A ciò seguì un periodo di liste di proscrizione, regolamento di conti e suicidi “provocati” (tra cui quelli di Seneca e Lucano) che videro l’assenza dell’imperatore, allontanatosi in Grecia per sottolineare la sua visione politica. Il ritorno, necessario nel 68 d.C., vide l’esclusione della figura dell’imperatore dai poteri forti della capitale e si concluse con il suicidio del principe.

Il regno di Nerone assume, dunque, una posizione centrale nella storia romana, non solo per essere il capitolo finale della dinastia giulio-claudia (con tutto ciò che esso comporta), bensì anche per il fatto di essersi configurato come il terreno di scontro di due forze opposte e contrarie, latenti da sempre nella struttura politica imperiale: la visione “augustea” e quella tendenza autocratica già in parte evidenziata dalla figura di Caligola (Clemente, 2008, p. 320).

Dal punto di vista monetario e finanziario Nerone attuò varie riforme.

Nel 58 d.C., una revisione tributaria che ristrutturava l’intero sistema della riscossione dei dazi doganali provinciali, insieme all’abolizione di alcune imposte indirette e la riorganizzazione delle gare di appalti, non piacque alle grandi famiglie aristocratiche che detenevano un’influenza considerevole su questi procedimenti e risultò, inoltre, essere una manovra praticamente inattuabile poiché eliminava entrate insostituibili. La riforma pertanto fu bocciata dal Senato ed additata come primo spunto di personalismo assolutistico (Diegi, 2007b).

Tra il 63 ed il 64 d.C. Nerone operò anche sul sistema monetario attraverso una decisa revisione che non aveva precedenti se non nella sistematizzazione attuata da Augusto e che influenzò l’economia dell’impero fino a Caracalla. La riforma monetaria, registrata anche dalle fonti classiche (Plinio, *Nat. Hist.* XXXIII, 3), prevedeva principalmente una riduzione del peso delle monete d’oro e d’argento, come pure una ricalibrazione del titolo di metallo prezioso per le emissioni argentee. Anche la moneta divisionaria in *aes* subì, come vedremo, un certo ridimensionamento.

L’aureo passò così da 7,80 g a circa 7,30 g mentre il denario da 3,80 g scese a 3,25 g e la sua percentuale di fino dal 98% degli anni precedenti si attestò a circa il 95-93%. Il rapporto di cambio aureo/denario rimase, tuttavia, invariato ad 1/25 facendo scendere così la relazione oro/argento ad 1/11, contro un rapporto precedente di 1/12,5. (Belloni, 2004; Diegi, 2007b). In altre parole, successivamente alla riforma, una moneta d’oro continuava ad essere scambiata con 25 denari ma più leggeri e qualitativamente più scadenti. In queste condizioni sembra quasi che il denario si avvii verso un ruolo di nominale “divisionario” cedendo il posto all’aureo come moneta per le principali transazioni economiche. È bene sottolineare, tuttavia, che molti rimangono i punti oscuri di come questo provvedimento abbia spiegato la propria forza sull’economia reale. La moneta, infatti, si lega alla situazione economica generale, spesso volte attraverso un rapporto di interdipendenza più che di causalità: le oscillazioni monetarie possono quindi essere l’effetto di determinate condizioni economiche, oppure la loro causa (Lo Cascio, 1980, p. 464). A ciò basti pensare che, a dispetto della legge di Gresham, dopo la riforma

neroniana, le monete argentee più pesanti continueranno a circolare ancora per molti anni (Clemente, 2008, p. 323).

Non vi sono dubbi, tuttavia, che una discesa ponderale pari al 7% per l'argento e del 2% dell'oro abbia generato alcuni effetti di sicura concretezza e sia stata calcolata per precisi scopi.

Innanzitutto, avvantaggiare ed accrescere le casse dell'erario statale che avrebbero potuto coniare più monete con lo stesso quantitativo di metallo prezioso immagazzinato durante gli anni precedenti, senza ricorrere massicciamente al recupero della moneta "vecchia" ancora in circolazione. In secondo luogo, mantenere stabile il mercato dell'oro, subito dopo il disastroso incendio del 64 d.C. e contenere l'aumento costante e progressivo (avvenuto durante le decadi precedenti) dei prezzi dei beni di primo consumo (RIC I², p. 135). Infine, tale riforma avrebbe promosso lo sviluppo di una politica economica atta a favorire quella classe sociale che, anacronisticamente, potremmo definire "borghese" (Mazzarino, 1980).

A tal proposito, la misura neroniana è stata addirittura identificata, attraverso una chiave di lettura di tipo keynesiana, come un New Deal *ante litteram* (Thornton, 1971, *apud in* Lo Cascio, 1980, p. 463 e ss.).

Per quanto riguarda le ragioni del riordino del nummario romano si possono individuare varie concause che spaziano dalle esose spese militari della campagna in Oriente, fino alla costruzione di opere pubbliche mastodontiche (*Domus Aurea*), in parte relazionate con il personalissimo piano urbanistico del *princeps*, posto in atto per la ricostruzione di Roma dopo l'incendio del 64 d.C. (RIC I², p. 135-136; Diegi, 2007b).

Come accennato in precedenza, anche la moneta in *aes* sembra aver risentito di una serie di misure straordinarie, spesso di non facile spiegazione.

Innanzitutto va sottolineato come Nerone riprenda, prima a Roma (tra il 62-63 d.C.) e poi a *Lugdunum* (a partire dal 64 d.C.), la coniazione del bronzo, interrompendo così un'insufficienza produttiva di moneta divisionaria che, dal 54 d.C., aveva decretato una crescita esponenziale della domanda di liquidità, soprattutto nelle zone occidentali dell'impero (RIC I², p. 140).

In secondo luogo, è importante rilevare come la discesa di peso del bronzo in concomitanza con la riforma del metallo prezioso, sebbene fortemente ipotizzabile (RIC I², pp. 139-140), risulti di difficile intercettazione a causa di un altro fattore eccezionale, che non ha precedenti nella storia monetaria imperiale, ovvero l'accavallarsi di una serie (la III) in cui tutti i nominali divisionari furono conati in oricalco e quindi con pesi naturalmente inferiori.

Il "sistema oricalco" - forse un palliativo psicologico atto a deviare l'attenzione del popolino sulla discesa ponderale dell'oro e dell'argento (Diegi, 2007b) - non sopravvisse più di un anno (64-65 d.C.), a causa della difficoltà che la zecca di Roma dovette affrontare nell'apportare quelle modifiche tecniche di battitura e quegli aggiustamenti dei rapporti di peso/valore, già necessari per la produzione dell'oro e dell'argento ed ora indispensabili anche per il bronzo.

Un terzo fattore di straordinarietà è la messa in circolazione di regolari emissioni in *aes* (le prime due della zecca di Roma) mancanti della titolatura S C, (che era stata una

costante fin da Augusto): fatto quest'ultimo che potrebbe essere messo in relazione con la non meno strana apparizione del titolo EX S C su aurei e denari coevi.

Un'ultima modifica (successivamente adottata da tutti gli imperatori), soltanto apparentemente formale, fu l'introduzione della distinzione tipologica tra dupondi ed assi attraverso la rappresentazione del ritratto dell'imperatore, sui diritti delle monete, cinto rispettivamente da corona radiata o laureata.

Solo una moneta ascrivibile a questo imperatore è stata recuperata durante gli scavi di Monte Molião.

- Il reperto n.º S.N. 10 è un asse in lega di rame (oricalco?) del peso 7,70 g, diametro approssimativo di 25 mm e di spessore medio di 2,5 mm.

Al diritto si distingue la testa di Nerone voltata a destra che presenta il particolare di un fiocco di nastro dietro la nuca, ascrivibile ad una corona laureata.

Il rovescio della moneta è completamente indistinguibile a causa di un tentativo di obliterazione del reperto compiuto con un percussore presumibilmente metallico dalla punta quadrangolare. La punzonatura, non recente, parrebbe non accidentale: le ridotte dimensioni del reperto, infatti, non avrebbero permesso tale azione se la moneta non fosse stata adeguatamente e volontariamente alloggiata su un qualche tipo di supporto. Non pare verosimile neanche l'ipotesi di una perforazione del reperto a scopo ornamentale che sarebbe stata compiuta con una punta trapanante di altre dimensioni rispetto alle tracce impresse sul rovescio della moneta. La bollatura del reperto, quindi, può essere riconducibile ad un tentativo di obliterazione atto ad invalidare la moneta.

A causa del cattivo stato della moneta, che mostra anche i segni di una lunga circolazione, non si può giungere ad una classificazione più precisa di quella che attribuisca il reperto alle emissioni neroniane. Tuttavia, il particolare del fiocco di nastro, ascrivibile alla presenza di una corona di lauro, solamente ipotizzabile, insieme al peso esiguo, che rientrerebbe nell'intervallo ponderale delle emissioni tutte in oricalco, fanno protendere perché si consideri questo reperto come un asse "ridotto", del periodo post-riforma e più precisamente attribuibile agli anni 64-65 d.C. La zecca di coniazione potrebbe essere Roma o *Lugdunum*.

Il reperto n.º S.N. 10 è stato recuperato all'interno dell'US [85] già descritta precedentemente (*vide supra* p. 31).

3.3.6. ALTRE MONETE DELLA DINASTIA GIULIO-CLAUDIA

All'interno di questo capitolo si devono aggiungere altri due reperti recuperati durante gli scavi condotti a Monte Molião che, per il loro grado di usura, possono solamente essere attribuiti, in maniera generale, alle coniazioni della dinastia giulio-claudia.

- Il reperto n.º S.N. 01 è un asse in lega di rame del peso di 4,89 g, diametro di 24 mm e spessore medio di 2 mm.

Al diritto s'intravede la sagoma di una testa maschile voltata a sinistra leggermente

inclinata all'indietro. Dell'arcata sopracciliare appena distinguibile e dalle proporzioni del capo, in rapporto ad un collo lungo e muscoloso ma non massiccio si potrebbe ipotizzare il riconoscimento del pallido simulacro di un *signus* ascrivibile all'imperatore Tiberio o più probabilmente Claudio.

Il rovescio della moneta è completamente consunto.

Il reperto è stato raccolto nel Settore A, all'interno della US [85] (Imp. II), già descritta (*vide supra* p. 31).

- Il reperto n.º S.N. 03 è un quadrante in lega di rame del peso di 3,34 g, diametro di 18 mm e spessore medio di 2 mm.

L'unico elemento identificabile di questo reperto è parte della titolatura del rovescio. La legenda lacunosa [...] M TR P [...] fa riferimento al pontificato massimo ed alla potestà tribunizia in maniera così vaga da abbracciare tutto il periodo alto imperiale.

La moneta fa parte dei reperti rinvenuti anche nella US [85] (Imp. II) (*vide supra* p. 31).

3.3.7. DOMIZIANO

Titus Flavius Domitianus

81 d.C. - 96 d.C.

Con l'ascesa al potere di Domiziano, nell'81 d.C., si apre l'ultimo capitolo della dinastia dei Flavi: una parentesi storica che, iniziata con il padre Vespasiano, aveva visto l'assurgere di una nuova concezione del potere fondata sull'ascesa di una recente classe dirigente di estrazione italica e slegata dall'aristocrazia tradizionale (Clemente, 2008, p. 326).

Il regno di Domiziano - il più lungo della dinastia ma anche l'unico ad essersi concluso con l'assassinio dell'imperatore - fu, tuttavia, decisamente diverso da quello dei suoi due predecessori, configurandosi come l'ennesimo tentativo (dopo il principato di Nerone) di imprimere una svolta assolutistica al potere di un principe che si fece chiamare, dalla letteratura adulatoria, *Dominus et deus* (Belloni, 2004).

Dal punto di vista della politica estera, l'attività di Domiziano si configurò come segnata da una prudente strategia di contenimento ed una pedante e rigorosa amministrazione provinciale. Tuttavia, vi furono alcuni avvenimenti da rilevare come le operazioni sul *limes* reno-danubiano per contenere la popolazione dei Catti nel 83 d.C.; le campagne militari di Agricola in Britannia ed i primi fermenti di un'attività rivoluzionaria in Dacia tra l'85 e l'86 d.C. (Clemente, 2008, p. 329).

La gestione autocratica del potere ben si palesa, invece, in una serie di provvedimenti di politica interna quali il mantenimento della carica consolare ininterrottamente per un decennio e l'esercizio della censura a vita (Clemente, 2008, p. 330). Quest'ultimo incarico politico permise a Domiziano di applicare, attraverso la prerogativa della *Lectio Senatus* (la designazione dei candidati alla carica senatoriale), una forte pressione sull'aristocrazia romana che gli valse l'odio della storiografia di parte (Tacito, Cassio Dione e Svetonio).

Questi atteggiamenti dispotici e moralistici, manifestatisi anche attraverso la cacciata

dei filosofi da Roma nel 94 d.C., crearono un clima di delazioni e terrore che sfociò nella definitiva congiura del 96 d.C., a cui prese parte anche l'augusta Domizia.

Le emissioni monetarie di Domiziano, quasi tutte battute a Roma, furono decisamente numerose e caratterizzate da un notevole pregio artistico, segno che l'imperatore tenne in gran conto la pratica della coniazione e si avvalse, al pari di Nerone, di maestranze orafe altamente qualificate (Belloni, 2004, p. 154).

La scelta dei tipi è varia e comprende diverse tematiche.

Ai primi anni del regno risale la consueta commemorazione del predecessore con i tipi del *Divus Titus* e la celebrazione della consorte Domizia. L'imperatrice, così come l'amante Giulia, saranno successivamente rappresentate su aurei e denari che al rovescio recano l'effigie del pavone, simbolo indiretto del matrimonio (RIC II, pp. 151-152).

Le vittorie militari (soprattutto quelle in Germania), pur comparando sulla monetazione aurea e argentea, predominano sui sesterzi del tempo: i moduli più ampi di questi nominali risultavano, infatti, più idonei ad uno sviluppo narrativo particolareggiato. A tal proposito si nota come le vicende di Agricola non trovino riscontro su aurei e denari che invece celebrano, attraverso i tipi con legende IVPPITER CONSERVATOR e SALVS AVGVSTI, lo scampato pericolo del futuro imperatore nei giorni della lotta tra filovespasiiani e filo-vitelliani (RIC II, p. 151).

Per quanto riguarda la rappresentazione delle allegorie, ampio spazio è dato alla figura della *Minerva* (dea protettrice dell'imperatore) che, soprattutto sulla monetazione preziosa, viene declinata in quattro differenti pose. Le monete in *aes*, invece, contano anche della presenza delle personificazioni della *Virtus*, *Fides*, *Fortuna*, la bella rappresentazione della *Pax* che incendia un cumulo di armi e la restaurazione dell'artistico tipo neroniano dell'*Annona Augusti Ceres*. Compare, inoltre, per la prima volta sulla monetazione bronzea imperiale, il tipo della *Moneta*, a celebrare, forse, lo spostamento della zecca senatoriale nelle strutture di quella imperiale, dopo l'incendio del Campidoglio dell'80 d.C.

Altra tematica da evidenziare è quella dell' "altare" in onore dell'ara per la *Salus Augusti* (84 d.C.) e per le campagne di Britannia e Germania (86 d.C.) che ricalca il tipo presente sui rovesci del *Divus Augustus Pater*. Infine è necessario ricordare il tema dei *Ludes Saeculares* celebratisi nell'88 d.C., ai quali la monetazione bronzea di Domiziano dedica particolare rilievo.

Le monete recuperate a Monte Molião appartenenti a questo imperatore sono due.

- Il reperto n.º S.N. 13 è un dupondio in lega di rame (oricalco?) del peso 11,67 g, diametro di 28 mm e di spessore medio di 3 mm.

Al diritto si distingue la testa di Domiziano voltata a destra e cinta da corona radiata. La legenda è illeggibile.

Il rovescio di questa moneta è consunto e totalmente indecifrabile.

La moneta è stata recuperata nel Settore A, all'interno dell'US [85], già anteriormente descritta (*vide supra* p. 31).

A causa delle cattive condizioni del reperto non si può giungere ad una classificazione

puntuale.

- Il reperto n.º 17657 è un asse in lega di rame del peso 8,38 g, diametro di 28 mm e di spessore medio di 2 mm.

Al diritto si distingue la testa di Domiziano voltata a destra e cinta da corona di lauro. La legenda è [...DOMIT]IAN [...].

Il rovescio di questa moneta è consunto e totalmente indecifrabile.

Anche per questo esemplare non si è potuti giungere ad una classificazione specifica. Il reperto è stato ritrovato nel Settore A, all'interno dell'US [78] (Imp. II): una struttura muraria facente parte del compartimento n.º 3.

3.3.8. ANONIMA

Tra i reperti numismatici ritrovati a Monte Molião si deve annoverare anche una moneta facente parte di quel insieme di tessere o, più probabilmente, piccoli divisori anonimi di bronzo che vengono associati a coniazioni ufficiali (la presenza del titolo S C sui reversi potrebbe identificare addirittura la loro provenienza dalla zecca di Roma) e che sono generalmente datati tra il periodo di Domiziano ed il regno di Antonino Pio (RIC II, pp. 214-215).

- Il reperto n.º S.N. 19 è un quadrante (?) in lega di rame del peso 1,88 g, diametro di 15 mm e di spessore medio di 2 mm.

Al diritto si distingue chiaramente la testa di Roma/Minerva voltata a destra e cinta da un elmo con cimiero. Il diritto non presenta legenda.

Al rovescio la figura dell'*Aequitas*, vestita ed in piedi verso sinistra, regge nella mano destra una stadera e nella sinistra una cornucopia. Quest'allegoria, introdotta sulle monete da Vespasiano, rappresenta la giustizia in senso economico: colei che, garantendo la validità della moneta (per questo motivo e per un'affinità iconografica viene confusa con l'allegoria omonima) sottende al buon esito alle transazioni commerciali (Gnecchi, 1905, p. 361).

La moneta, classificata come RIC II Anonymous 12 è stata recuperata all'interno dell'US [85] già in precedenza descritta (*vide supra* p. 31) e la sua cronologia si aggira tra l'81 ed il 161 d.C.

3.3.9. ADRIANO

Publius Aelius Hadrianus

117 d.C. - 138 d.C.

L'atto di adozione che porterà sul trono Adriano nel 117 d.C. reca con sé un'aurea di mistero giunta sino a noi attraverso le testimonianze storiche e che potrebbe trovare conferma nel pressante bisogno, esternato anche sulla monetazione, di legittimare una tale successione. Adriano, infatti, sebbene avesse ricoperto altissimi incarichi militari, non fu mai designato correggente da Traiano, ne ebbe mai (mentre il cugino era in vita) lo *ius*

imaginis sulla monetazione. Secondo Cassio Dione (LXIX, I e ss.), quindi, un complotto ordito da Plotina, moglie dell'imperatore, avrebbe tenuto segreta la morte del marito per il tempo necessario a stilare un falso documento che presentasse, al Senato e all'esercito, Adriano come nuovo principe (Belloni, 2004, 175-176).

Di estrazione ispanica come il predecessore, Adriano fu un imperatore intellettuale, amante della cultura ellenistica e d'indole differente rispetto all'*Optimus princeps*, che aveva spinto i confini dell'impero fino a quella che sarebbe stata la loro massima estensione.

Adriano condusse, infatti, una politica estera prudente ed incentrata su una strategia militare non più di stampo "egemonico" (come in epoca giulio-claudia), bensì basata sulla costituzione di frontiere "scientifiche" ("Vallo di Adriano", *fossatum Africae* ed altri complessi protettivi sul *limes* germanico e danubiano) atte a creare un sistema di sbarramento, il cui scopo primario fosse garantire, non più il massimo raggio di controllo esterno, ma la sicurezza "civile" del territorio imperiale (Luttwak, 1997, 87;105;257).

Un controllo così misurato ed attento, portò Adriano ad una saggia amministrazione della politica interna compiuta, innanzitutto, attraverso la riforma della pubblica amministrazione la quale, anche grazie ad un rigido sistema salariale gerarchizzato, si vide strutturata secondo un organigramma piramidale al cui vertice era il *Dominus Noster*, affiancato da un *consilium* di *amici* di rango equestre nella gestione di vari "ministeri". Seguirono altri provvedimenti sociali nel campo della giurisprudenza, della tutela delle poste, delle strade e soprattutto la riforma del fisco, passata alla storia, per un condono straordinario di 900 milioni di sesterzi, decantato anche nelle fonti numismatiche (Clemente, 2008, p. 338; Diegi, 2008; RIC II, p. 322).

A questi interventi fece eco un'accorta tutela delle provincie, derivante da quella spiccata sensibilità alle differenti realtà dell'impero acquisita da Adriano durante i molti anni trascorsi a viaggiare tra i latifondi africani, le regioni occidentali e ovviamente l'Oriente greco. Questa nuova ideologia di potere, che operava una lenta equiparazione delle provincie all'Italia, determinando al contempo l'emergere di una nuova classe dirigenziale e l'apertura verso nuove forme di religiosità di stampo orientale e misterico, portò ad un'ulteriore erosione del potere senatoriale.

Conclusosi nel 138 d.C. con l'adozione e l'ascesa al trono di Antonino Pio, il ventennio adrianeo, dunque, segnò l'inizio di un'epoca che la storiografia antica definì aurea; un periodo nel quale la monarchia diviene un fatto compiuto, diluito nel contesto di una cultura politico-filosofica di stampo ellenistico, piano piano assimilata e ormai tanto distante dalla concezione augustea quanto dai personalismi assolutistici di figure come Caligola, Nerone e Domiziano (Clemente, 2008, p. 339).

La monetazione di Adriano, quasi tutta battuta nella zecca di Roma, fu ingentissima (500 emissioni) e molto varia.

La problematica, sopra esposta, della successione viene affrontata da Adriano con emissioni di aurei e denari recanti la legenda ADOPTIO (titolatura mai comparsa prima sulla monetazione) che accompagna la raffigurazione dei due imperatori nell'atto di stingersi la mano. Altre emissioni contemporanee mostrano i due cugini sorreggere

insieme il globo terracqueo. Il culmine di tale legittimazione viene, infine, raggiunto su sesterzi nei quali l'aquila/Giove discende dal cielo a consegnare lo scettro del potere al futuro imperatore. La sottigliezza semantica della legenda PROVIDENTIA DEORUM, collega, con abile *escamotage* retorico, l'atto umano dell'adozione alla consacrazione divina (Belloni, 2004, pp. 175-177).

Le tipologie di Adriano si ricollegano fortemente alla tradizione giulio-claudia ed in particolare alla figura di Augusto (Mercanti, 1998, p. 199). Sulle monete dei primi tempi, attraverso la celebrazione del *Divus Traianus*, si rievocano le emissioni di Tiberio promuovendo una raffinata equazione retorica Traiano/Augusto, Adriano/Tiberio (Belloni, 2004, p. 178). Successivamente, il richiamo alla figura del fondatore dell'impero diventa man mano più diretto. Dalla particolare attenzione per il tipo di Venere (divinità protettrice della *gens* Giulia) raffigurata sulle monete come *Victrix*, *Genetrix* e *Felix*, si passa infatti alla raffigurazione del *Genius Saeculi Aurei* con Fenice che, sulla falsariga di Augusto, eleva Adriano a fondatore di un nuovo ed eterno impero (Mercanti, 1998, p.199-200).

Un altro aspetto importante della monetazione di Adriano è rappresentato dalla scelta delle allegorie e delle provvidenze. Le personificazioni delle virtù imperiali che più compaiono in aurei, denari e sesterzi sono davvero molte: alcune attengono ad avvenimenti puntuali mentre altre svolgono una funzione più generale, propagandando la filosofia politica di Adriano. Tra quest'ultime spiccano la *Iustitia* che presiede all'Età dell'Oro; la *Tranquillitas* e *Concordia* tese a sottolineare i buoni rapporti con il Senato; la *Clementia*, l'*Indulgentia* e l'*Aequitas*, a testimoniare la magnanimità e le elargizioni concesse dall'imperatore al popolo romano (Mercanti, 1998, p. 199).

Alcune tematiche particolari come il tipo del Sole e quello dell'Ercole gaditano sono da evidenziare. La comparsa della legenda ORIENS sulle monete con la figura di Helios - archetipo del tema del *Sol Invictus*, che tanta fortuna conoscerà da Diocleziano in poi - potrebbe spiegarsi con l'amore di Adriano per la cultura ellenica ed i culti misterici, mentre l'Ercole potrebbe rappresentare un riferimento alle origini iberiche dell'imperatore. Un'altra ipotesi di carattere più geografico potrebbe leggere questi due tipi monetali come semioticamente legati tra loro a creare una sorta di parentesi numismatica che abbracci i lontani estremi dell'impero (Mercanti, 1998, p. 200-201).

È infine necessario un breve cenno sulle testimonianze monetali dell'ultimo periodo (134-138 d.C.) che hanno come fulcro le personificazioni delle provincie e si ricollegano ai numerosi viaggi di Adriano compiuti sì per pura *curiositas* intellettuale, ma soprattutto per un'effettiva *tutela praesens*. È in quest'ultima accezione pubblica, infatti, che s'inseriscono i tipi in cui, la provincia interessata dall'*adventus principis* è raffigurata secondo i suoi attributi precipui oppure, se umanizzata, viene rappresentata in ginocchio nell'atto di ricevere aiuto e sostegno da un Adriano, in veste di *restitutor* (Belloni 2004, p. 184-185; Mercanti, 1998, pp. 202-203).

Le monete, trovate a Monte Molião, riconducibili a questo imperatore sono due.

- Il reperto n.º S. N. 16 è un asse/dupondio in lega di rame del peso di 11,94 g,

diametro di 25 mm e di spessore medio di 4 mm.

Al diritto, la testa di Adriano scoperta e voltata a destra, segue i canoni di una ritrattistica fedele all'evoluzione fisionomica del principe; la legenda è [ADRI]ANVS [AVG COS III PP].

Al rovescio è la figura dell'*Annona* in piedi e voltata a sinistra; nella mano destra sostiene un mazzo di spighe sopra un modio e nella sinistra sorregge un timone sopra la prua di una nave. La legenda è [ANNONA AVG]; S [C] ai lati della figura.

Il reperto classificato come RIC II 796 fa parte di quell'ultima serie battuta a Roma tra gli anni del ritorno di Adriano dall'ultimo viaggio in Africa e la sua morte (134-138 d.C.).

Da notare che a partire dalla seconda emissione, nel 128 d.C., Adriano, (che mai si interessò del culto del *Divus*) abbandonerà l'usanza di far differenziare assi e dupondi attraverso le diverse corone che adornano il capo dell'imperatore sui diritti delle monete. La distinzione dei due nominali sarà così lasciata esclusivamente alla valutazione delle caratteristiche di peso e colore. L'antica consuetudine, introdotta da Nerone, verrà ripresa solo un decennio dopo da Antonino Pio (RIC II, p. 326).

Il reperto n.º S.N. 16 è stato recuperato all'interno dell'US [85] già descritta in precedenza (*vide supra* p. 31).

- Il reperto n.º S. N. 17 è un dupondio in lega di rame del peso di 10,56 g, diametro di 27 mm e di spessore medio di 3 mm.

Al diritto campeggia la testa Adriano voltata a destra e cinta da corona radiata; la legenda è IMP CAES TRAIANVS ADRIANVS.

Al rovescio l'*Annona*, in piedi e voltata a sinistra, sorregge nella mano destra un mazzo di spighe sopra un modio e nella sinistra una cornucopia. La legenda è [PM TR P] COS II; [S] C ai lati della figura; ANNONA AV[G] in esergo.

Anche questa moneta, classificata come RIC II 555 e databile al 118-121 d.C., è stata recuperata dall'US [85] (*vide supra* p. 31).

Ambo i reperti in questione presentano la medesima allegoria sui rispettivi rovesci.

La figura dell'*Annona*, rientra nell'insieme di quelle elargizioni alla plebe di Roma che, a partire da Vespasiano, diventeranno consuetudini obbligate di ogni imperatore interessato ad assicurarsi il favore del popolo. Adriano, durante il suo principato concederà ben sette *liberalitates* (Serafin, 1998, p.195).

L'allegoria in questione fa riferimento a quella pratica di approvvigionamento e distribuzione (tramite le *frumentationes*) del grano a prezzi calmierati o addirittura in forma gratuita ai cittadini tesserati che, a cadenza annuale (da qui il suo nome), rappresentò sempre un interesse primario per Roma; una priorità tale da essere istituzionalizzata e deificata in epoca imperiale (Gnecchi, 1905, p. 363).

L'istituzione della *Cura Annonae*, oltre ad essere un forte strumento politico di propaganda imperiale, era il tentativo della macchina organizzativa romana di regolare il mercato del grano: limitandone la sua speculazione, provvedendo al rifornimento del prodotto attraverso un flusso continuo e calibrato sulle esigenze dell'*Urbe* ed, in ultimo, promuovendo un ampio giro d'affari. A proposito di quest'ultima accezione va ricordato,

infatti, che il rifornimento di grano, attraverso l'istituzione di un'apposita flotta (navi annonarie) operante tra l'Egitto e l'Italia, il suo immagazzinamento nei porti di Ostia e alla periferia di Roma, nonché la sua effettiva distribuzione, coinvolgeva una enorme manovalanza alle dipendenze dello Stato. Risulta dunque chiaro come la cura dell'*Annona* fosse un vero e proprio meccanismo atto a *plebiculam pascere* (Soraci, 2005-2006, pp. 347 e ss.).

Nell'iconografia monetale l'*Annona*, come figura femminile, appare per la prima volta insieme a *Ceres* sui sesterzi neroniani (*vide supra* p. 79) cristallizzandosi successivamente nelle due differenti versioni presenti sulla monetazione di Monte Molião.

Nella raffigurazione del reperto n.º. S.N. 16 l'*Annona* si presenta nell'accezione di una dea che, riempiendo con delle spighe di grano un modio (recipiente per la misurazione dei cereali) e reggendo il timone della nave, sovrintende alla fertilità dei raccolti e alla buona navigabilità dei mari: da questi due fattori dipendeva, infatti, il sostentamento della metropoli antica.

Nel rovescio del reperto n.º. S.N. 17 invece, la dea è raffigurata, oltre che con le spighe di grano anche con un altro attributo di fertilità, la cornucopia. In quest'ultima accezione l'*Annona* appare simile ad un'altra allegoria, l'*Abundantia*: la personificazione del progresso e del benessere generale che farà la sua comparsa sulla monetazione a partire dal III secolo d.C. (Stevenson e Madden, 1889, p. 2).

3.3.10. MARCO AURELIO

Marcus Aurelius Antoninus

161 d.C. - 180 d.C.

Salito al potere nel 161 d.C., Marco Aurelio associa a sé, come correggente, il fratello adottivo Lucio Vero avviando così, per la prima volta nella storia di Roma, la prassi del governo collegiale. Ciononostante, l'imperatore, nell'accezione più completa del termine, rimarrà il primo successore di Antonino Pio, l'unico dei due augusti a ricoprire la carica di Pontefice Massimo.

Marco Aurelio fu monarca illuminato, il cui governo, equilibrato e rispettoso degli schemi tradizionali, si svolse all'insegna delle difficoltà (Clemente, 2008, p. 341). L'imperatore intellettuale si dedicò per tutta la vita allo studio della filosofia stoica, che ben si riverbera nelle sue riflessioni scritte: i *Ricordi*, ma dovette trascorrere gran parte dei venti anni del suo principato ad arginare gravi minacce esterne, potenzialmente distruttive per la tenuta dell'impero.

A partire dal 161 e fino al 166 d.C. si rese, infatti, necessario un massiccio intervento militare ad Oriente che, sotto la supervisione di Lucio Vero, contrastò le spinte espansionistiche dei Parti nella regione dell'Armenia. Nello stesso anno, a settentrione, si concretizzò la minaccia di alcune tribù germaniche come Catti, Longobardi e Marcomanni che, nel 167 d.C., giunsero addirittura a porre sotto assedio la città di Aquileia. Lo stato di continua belligeranza sul confine danubiano si protrasse, con alterne vicende, fino al 180 d.C., anno della morte di Marco Aurelio, avvenuta proprio nel Norico durante una campagna di contrasto verso gli ultimi focolai della resistenza germanica. Il regno passò

così, per via dinastica e non più per adozione, al figlio Commodo, già associato al potere nel 176-177 d.C. (Clemente, 2008).

Le continue guerre, la peste portata dai legionari di ritorno dalle campagne d'Oriente e un tentativo di rivolta realizzato sull'onda della falsa notizia della morte dell'imperatore, non permisero a Marco Aurelio di attuare una politica finanziaria e sociale sufficiente a combattere un periodo di stagnazione economica ed appesantimento burocratico. Questi sintomi, insieme ad una continua e flebile svalutazione della moneta (che sembra seguire in parallelo le sorti dell'impero), sono, agli occhi dei moderni, un'ulteriore conferma di come l'epoca aurea degli Antonini rechi con sé i prodromi di quella crisi che si manifesterà chiaramente solo a partire da secolo successivo (Belloni, 2004, pp. 259-260).

La produzione monetaria di Marco Aurelio e Lucio Vero, tanto sostanziosa nel numero delle emissioni, quanto scarna nella scelta dei soggetti, risulta abbastanza distante dalle tematiche di predecessori come Adriano o Traiano.

Come di consueto, uno dei primi atti che composero la prosopografia monetaria del nuovo imperatore consistette nella divinizzazione del predecessore attraverso la bella immagine dell'aquila/Giove che trasporta *inter sidera* il defunto *Divus Pius*. Anche dopo la morte di Lucio Vero, nel 169 d.C., faranno seguito emissioni dedicate alla *consecratio* del correggente (Belloni, 2004, p. 193).

Intanto, nel 161 d.C., l'ascesa dei due augusti è festeggiata dall'emissione di aurei, con legenda *CONCORDIAE AVGVSTOR(um)*, che mostrano i due imperatori, togati, nell'atto della *dextrarum iunctio*.

Gli inizi e lo sviluppo dell'*Expeditio orientalis*, invece, vengono celebrati nelle emissioni successive, sia attraverso quella tradizione iconografica che, a soggetti di tipo marziale, affianca la personificazione della provincia in atteggiamento di sconfitta e sconforto, sia tramite la progressiva assunzione, da parte dei due imperatori, sulle legende monetali, delle titolature *Armenicus*, *Parthicus Maximus* e *Medicus*. Allo stesso modo, le vittorie militari sul fronte settentrionale sono celebrate da tipi in cui la Germania è definita *SUBACTA* e l'imperatore, il *restitutor Italiae*, si mostra come garante della *SECVRITAS PVBLICA* (RIC III, pp. 196 e ss.)

Tra i reperti trovati a Monte Molião, un'unica moneta può essere attribuita al regno di Marco Aurelio.

- Il reperto n.º 17781 è un dupondio in lega di rame del peso di 14,61 g, diametro di 26 mm e di spessore medio di 3,5 mm.

Al diritto campeggia la testa di Commodo radiata e voltata a destra; la legenda è *L AVREL COMMODVS AVG TR P III*.

Il rovescio di questa moneta è occupato dalla figura della *Libertas*, che, con indosso una tunica, si volge a sinistra sorreggendo nella mano destra un pileo e nella sinistra uno scettro. La legenda è *LIBERTAS AVG IMP II COS PP; S C* ai lati della figura.

L'allegoria in questione, frequentemente riportata sulla monetazione repubblicana attraverso la raffigurazione di una testa femminile adorna, è ugualmente comune nel

nummario imperiale. A partire dall'imperatore Claudio, questo concetto astratto di difficile definizione (oggi più di allora), viene rappresentato attraverso la figura di una matrona, associata agli attributi tipici della libertà (Gnecchi, 1905, p. 374). Il *pileus*, berretto frigio di lana, dalla forma triangolare e il *vindicta* o *rudis* erano, infatti, gli oggetti con cui si veniva affrancati dalla condizione di schiavitù (Stevenson e Madden, 1889, p. 518).

Nell'accezione precisa di questa moneta, la *Libertas* simboleggia l'indipendenza e l'autonomia garantita ai sudditi, attraverso le buone azioni e le qualità del futuro imperatore, effigiato sul diritto.

Il reperto classificato RIC III 1591 è una coniazione di Marco Aurelio per il figlio correggente Commodo. La moneta, proveniente dalla zecca di Roma e databile tra il 177 ed il 178 d.C., è stata recuperata nel Settore A, all'interno dell'US [55] (Imp. III), già anteriormente descritta (*vide supra* p. 70).

4. CONCLUSIONI

L'insieme di monete recuperato durante gli scavi archeologici realizzati a Monte Molião corrisponde appena ad una parte di tutti i reperti numismatici legati al sito in questione.

Il ritrovamento di monete durante gli ultimi due secoli e in particolar modo in anni più recenti, grazie all'uso illecito di metal detectors, nell'area di Molião/Lagos è stato abbondante e l'analisi futura di questi ulteriori dati decontestualizzati potrà alterare, anche in maniera incisiva, le conclusioni che si sono potute salientare in questo studio.

Nonostante si debba tenere presente come la movimentazione del circolante nell'ambito macro regionale sia inevitabilmente viziata dalla scarsa presenza di dati stratigrafici ai quali legare i reperti numismatici, l'esistenza di un preciso contesto archeologico al quale agganciare le monete ritrovate durante i lavori di scavo a Monte Molião permette di delineare un interessante panorama sulla circolazione monetaria della realtà locale, anche in relazione ad un contesto geografico più ampio.

L'introduzione della moneta nell'ambito del sito di Monte Molião si verificò, secondo i dati disponibili, solamente durante il periodo romano repubblicano. Nei vari livelli associati ad una cronologia pre-romana non è stata recuperata nessuna moneta; una situazione questa che risulta comune anche ad altri siti della costa algarvia (Castro Marim e Faro) e probabilmente anche ai restanti centri del Cerro da Rocha Branca e Tavira. Nel sud del territorio portoghese, l'unico caso in cui fu recuperata una moneta in contesto apparentemente pre-romano, databile ad una fase tarda dell'Età del Ferro, corrisponde ad un ritrovamento nel deposito votivo del Garvão. Si tratta, nello specifico, di una coniazione gaditana con al diritto il tipo della testa dell'Ercole-Melquart con leontè e clava e nel rovescio l'effigie di un tonno voltato a destra con tracce di una legenda punica illeggibile (Beirão et al., 1985, p. 91).

L'assenza di monete di contesto pre-romano nell'Algarve potrà in futuro verosimilmente essere messa in discussione tenendo in considerazione gli stretti legami commerciali che tale realtà sempre dimostrò con la città di *Gadir/Gades*. A tal proposito, si può ancora riferire l'identificazione di due reperti della zecca andalusa, appartenenti alla serie III di Alfaro Asins, databile al III secolo a.C., ritrovati lungo le sponde del fiume Arade (Sousa, 2013, p. 6).

Si può affermare dunque come il sistema economico in epoca pre-romana abbia probabilmente poggiato le sue fondamenta su un impianto commerciale basato sullo scambio di beni piuttosto che su di un'effettiva circolazione monetaria, la quale si sarà consolidata, in questa regione, solamente dopo l'arrivo dei romani.

Le monete più antiche recuperate a Monte Molião (19 esemplari pari al 43,3 % del totale) sono dunque tutte ascrivibili alla fase romano repubblicana del sito, che ebbe inizio intorno all'ultimo terzo del II secolo a.C. Di questo insieme repubblicano si osserva una netta maggioranza delle coniazioni algarvie (11 esemplari). Tale rapporto sembra la logica conseguenza della localizzazione del sito di Monte Molião all'interno del panorama costiero sud portoghese, che vede l'esistenza ravvicinata di vari *ateliers* numismatici operanti sul territorio, attraverso la coniazione di moneta in bronzo e in piombo.

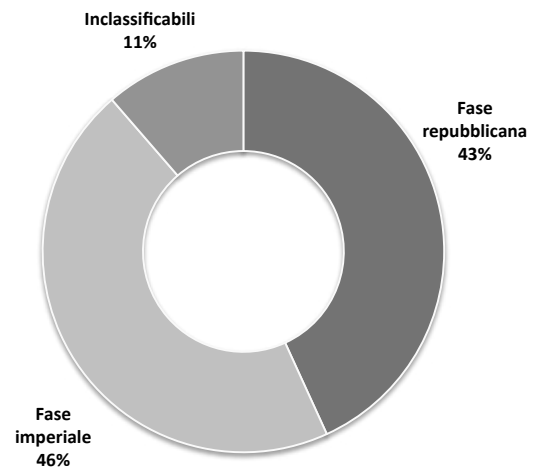


Fig. 11 - Grafico di suddivisione cronologica dei reperti numismatici di Monte Molião.

Tali coniazioni pare abbiano avuto una circolazione soprattutto di ambito regionale, con rare eccezioni di ritrovamenti extra algarvii, quali i due esemplari di *Ossonoba* recuperati nel sito di Mesas do Castelinho che, però, trovano una loro giustificazione nell'esistenza di rotte commerciali che legavano l'area alentejana con la costa meridionale (Fabião 1998, II - p. 457-458; III - p. 23).

All'interno di tale fenomeno numismatico si innesta la problematica puntuale delle emissioni plumbee: evidenza di carattere esclusivo, per ciò che concerne il territorio portoghese, ma realtà abbastanza nota in varie zone della Penisola Iberica e comune anche al di fuori di essa (Italia, Gallia, Africa). Le spiegazioni sulla necessità di coniare con questo metallo sono semisconosciute, oggetto di varie ipotesi e sicuramente in rapporto ad ogni singola specificità in cui queste ultime operarono.

Per la Penisola Iberica, in generale, si può ipotizzare che la tipologia dei nummi plumbei dovette essere legata a motivazioni di varia natura: dalla generale mancanza di liquidità, alla più specifica risposta di esigenze economiche a carattere agricolo, minerario e/o militare (è il caso di alcune zecche sud ispaniche), fino alle ipotesi di mal funzionamento del singolo *atelier* nella purificazione delle leghe bronzee o all'opera di veri e propri falsari (Casariego, Cores e Pliego, 1987).

Per ciò che riguarda, più nello specifico, la realtà numismatica plumbea della costa algarvia vi sono alcune ipotesi che possono essere prese in considerazione ed altre che vanno scartate. È tuttavia necessario rilevare, *in primis*, come l'analisi del problema non possa prescindere da una visione più ampia, che consideri come queste zecche abbiano adottato un sistema bimetallico e quindi abbiano battuto anche moneta in bronzo.

Sfortunatamente ignoriamo se tale duplice sistema sia stato sviluppato in simultaneo per i due metalli (e in caso contrario quale delle due leghe sia stata utilizzata prima), nè sappiamo se la sua adozione sia avvenuta in contemporaneo tra tutte le zecche. Allo stesso modo, risulta difficile spiegare il motivo della preferenza di una lega rispetto ad

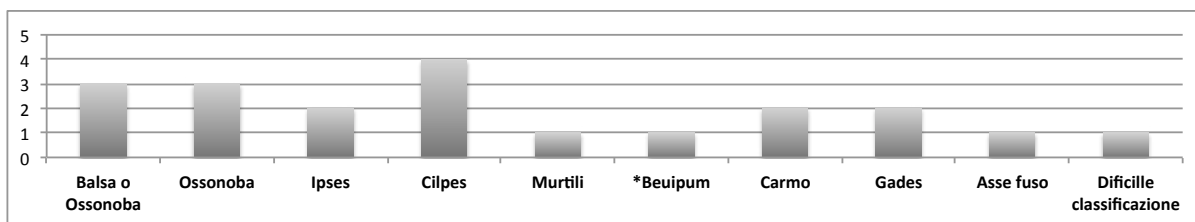


Fig. 12 - Grafico di suddivisione dei reperti numismatici repubblicani di Monte Molião.

un'altra in alcuni casi specifici (*Ossonoba* e *Balsa* sembrano prediligere la monetazione plumbea), mentre possiamo solo prendere atto di come, nonostante tematiche simili, i tipi di un metallo non riproducano esattamente i tipi dell'altra lega.

Fatta questa premessa, possiamo procedere, per esclusione, all'identificazione di alcune possibili spiegazioni per la monetazione in piombo della costa algarvia.

L'idea di identificare questi reperti come prove di zecca, ossia collaudi di coniazioni bronzee su tondelli di piombo, va esclusa, se non altro per il grande quantitativo di ritrovamenti di tali reperti plumbei che contraddice *a priori* l'essenza stessa di qualche test.

L'ipotesi, inoltre, di collegare tali reperti con il processo di falsificazione, tramite placcatura con metalli preziosi, è decisamente da escludere. Innanzitutto perché non ci sono prove, per queste zecche, di una produzione in argento e tantomeno in oro che possa giustificare la necessità di una falsificazione. In secondo luogo, se si volesse davvero pensare che i piombi algarvii siano antiche monete suberate, bisognerebbe trovare almeno in qualche caso (cosa che non succede), le tracce di patine preziose che comprovino questo procedimento fraudolento. Supporre, infine, che le monete di piombo falsificassero i bronzi in circolazione è un'idea ugualmente da scartare.

Considerare tali reperti come tessere a carattere fiduciario dalle molteplici e diverse funzioni (sigilli doganali, buoni di distribuzione per alimenti, biglietti d'ingresso o gettoni di presenza in determinate occasioni) non può essere totalmente esclusa, anche se non sembra particolarmente solida. Abitualmente, infatti, tessere e gettoni di questo genere si discostano, anche di molto, per forma, iconografia e pesi, dal circolante vero e proprio.

Possiamo quindi concludere affermando come l'ipotesi che questi reperti plumbei costituissero vera moneta circolante risulti la più plausibile, nonostante rimangano ancora punti non chiari, come la loro relazione con i nominali di bronzo.

Probabilmente le coniazioni algarvie in senso lato e le emissioni plumbee nello specifico, dovettero costituire una sorta di liquidità "civica", emessa cioè dalle singole realtà urbane, per far fronte ad una penuria monetaria generalizzata. Un'altra ipotesi da considerare può essere quella di identificare tali coniazioni come moneta divisionaria di valore estremamente basso, atta a soddisfare transazioni economiche di minima entità.

La produzione di questi nominali, circoscritta e di carattere locale, fu verosimilmente generata dalla prima presenza romana sul territorio (l'utilizzo dell'alfabeto latino e del sistema metrologico semiuncia ne sarebbero una prova) sviluppandosi in un arco cronologico compreso tra la fine del II e il I secolo a.C. La loro circolazione effettiva, tuttavia, potrebbe essere stata molto più lunga, estendendosi fino al periodo alto imperiale, come

forse dimostrano i contesti stratigrafici di recupero di Monte Molião. Nove monete su 11, infatti, sono state recuperate in livelli di cronologia imperiale (I e II secolo d.C.), un reperto risulta decontestualizzato (recupero di superficie) e solo una moneta è stata trovata in livelli di epoca repubblicana.

Il dato relativo ad una persistenza di tali monete in contesti pienamente imperiali si vede confermato anche in altre realtà algarvie. Nei siti di Quinta de Torre d'Ares e Milreu, infatti, dove le evidenze archeologiche sono in rapporto, soprattutto, con il periodo imperiale (Santos, 1971-1972; Viegas, 2011), sono stati trovati vari reperti plumbei di *Balsa* e *Ossonoba* (Gomes e Gomes, 1981-1983).

Da un punto di vista quantitativo i sottogruppi provenienti dalle zecche di *Cilpes* e *Ossonoba* risultano gli insiemi più sostanziosi delle coniazioni algarvie con un totale di tre reperti per ciascuno dei centri produttivi. Da notare però, che la probabile attribuzione alla zecca di *Ossonoba* di altre tre monete incerte, porterebbe quest'ultima città ad essere la più rappresentata nell'insieme delle coniazioni algarvie.

Per ciò che riguarda invece la zecca di *Cilpes* va ricordato come, al ritrovamento delle tre monete analizzate in questa tesi, si debba aggiungere l'esistenza di un quarto reperto trovato a Monte Molião, durante la campagna di scavo del 2006 e custodito nel museo di Lagos (*vide supra* pp. 38-39). La presenza di così tante evidenze numismatiche della zecca di *Cilpes*, nell'ambito della realtà archeologica di Monte Molião (non si dimentichi la moneta conservata al M.N.A. - Faria, 1987; Fabião, 1998, 3 - p. 25), può trovare giustificazione nella prossimità geografica con il centro emettitore.

In ultimo, la zecca di *Ipses*, con i suoi due reperti (al quale si deve aggiungere la già citata moneta conservata al M.N.A. - Faria, 1997-1998, p. 102; Fabião, 1998, 3 - p. 24), risulta essere la realtà meno rappresentata del sottoinsieme delle coniazioni costiere.

Per concludere questa sintesi di carattere quantitativo sul panorama numismatico, è necessario ricordare il ritrovamento (avvenuto nelle vicinanze della collina di Molião ma di indubbia relazione con l'insediamento archeologico vero e proprio) di una moneta di piombo, decontestualizzata, proveniente dalla zecca di *Balsa* (Sousa e Serra, 2006).

Il quadro fin qui tracciato ci mostra, dunque, come la realtà di Monte Molião venga intercettata dalle emissioni di quasi tutte le zecche della costa algarvia, ad eccezione della più distante città di *Baesis*, nell'ottica di una circolazione regionale di liquidità bimetallica.

All'interno dell'insieme di monete di cronologia repubblicana, il sottogruppo rappresentato dalle altre coniazioni peninsulari consta di sei elementi e fa registrare, in primo luogo, una predominanza della realtà gaditana (due monete). L'importanza di *Gadir/Gades* a Monte Molião ben si riflette dal punto di vista dei materiali, con le numerose importazioni ceramiche presenti in tutte le fasi di occupazione del sito (Arruda *et al.*, 2008; Arruda *et al.*, 2011; Arruda e Sousa, 2013; Viegas e Arruda, 2013; Sousa e Arruda, 2014) indice di un'intensa attività mercantile che a sua volta si riverbera sull'iconografia monetale di numerose realtà peninsulari, attraverso l'adozione delle tipologie marittime.

Questa situazione non è tuttavia limitata al sito di Monte Molião. La circolazione delle monete di *Gadir* è ben documentata nel sud del territorio portoghese: nell'Alentejo

si conoscono alcuni esempi, nello specifico nel sito di Mesas do Castelinho (Fabião 1998, 2 - p. 457; 3 - p. 21), Santiago do Cacém (Fabião 1998, 3 - p. 17; Pereira – Silva, 2007, p. 31) e Serpa (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 206-207). In altre aree del Paese le coniazioni gaditane sono state trovate a Setúbal, nell'insediamento del Pedrão (Santos, Silva, Soares, 1973) e, nell'Estremadura spagnola, a Cáceres el Viejo (Hildebrandt 1984) oltre ai già citati esempi ritrovati nei pressi dell'Arade (Sousa, 2013, p. 6). La diffusione di queste emissioni è addirittura registrata in aree considerevolmente lontane come il territorio galiziano (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 206-207). Tale situazione è giustificata dall'importante ruolo che la città andalusa svolse, da un punto di vista politico ed economico, durante il periodo repubblicano.

D'altro canto, le evidenze di contatti commerciali tra Monte Molião e la valle del Guadalquivir (Arruda *et al.*, 2011; Sousa e Arruda, 2014) nell'Età del Ferro durante la fase romano repubblicana potrebbero giustificare la presenza delle monete provenienti da *Carmo*. Anche queste emissioni sono state ritrovate in area alentejana a Santiago do Cacém (Fabião 1998, 3 - p. 18; Pereira – Silva, 2007, p. 31) e Serpa (Vasconcellos 1895, p. 18-19; Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 208-210). È inoltre importante riferire come le monete di *Gadir* e *Carmo* raccolte a Monte Molião siano state ritrovate in contesti stratigrafici imperiali, il che ci porta a supporre, ancora una volta, una loro natura residuale o, meno probabilmente, un'utilizzazione estesa.

L'unica coniazione proveniente da **Beuipum* invece è stata ritrovata all'interno dell'US [1261] la cui datazione repubblicana (fase Rep. II) avvalorerebbe le tesi di A. Faria nell'identificazione cronologica di queste coniazioni intorno alla fine del II / inizi del I secolo a.C., mentre per la zecca di *Murtili*, il reperto, recuperato in uno strato repubblicano (fase Rep. I), potrebbe aggiustare lievemente la cronologia di queste emissioni, retrodatandole di qualche anno rispetto alle tesi più accreditate.

È importante evidenziare come le coniazioni di questi due siti siano ben documentate in un'area, quella alentejana (Fabião 1998, 2 - p. 446), che verosimilmente corrisponde al principale circuito di distribuzione di questi due centri produttori. D'altra parte la presenza di tali coniazioni in area più meridionale non è insolita. Infatti, da un punto di vista della circolazione numismatica *mirtigliana*, è, a nostro avviso, facile ipotizzare come contatti commerciali tra questa realtà più interna e la costa algarvia abbiano potuto sussistere grazie allo sfruttamento mercantile del Basso Guadiana; mentre per quanto riguarda la dispersione delle coniazioni di **Beuipum* (uno dei più importanti centri della costa atlantica occidentale in quel periodo) non risulta difficile immaginare un loro irraggiamento in territorio più distante, come la costa sud del Portogallo, nell'ottica di relazioni marittime. In questo senso dovrà essere inteso il ritrovamento, nell'area di Lagos, di almeno altre cinque monete provenienti dall'attuale Alcácer do Sal (Viana, Formosinho, Ferreira 1952; Fabião 1998, 3 – 25) che testimonierebbero il duraturo rapporto tra le due realtà geografiche, almeno fino alla seconda metà del I secolo a.C.

Con i dati fin qui presentati, si può concludere come la circolazione monetaria nel sito di Monte Molião, durante il periodo repubblicano, sia nettamente dominata dalle emissioni peninsulari tra le quali spiccano le coniazioni algarvie e principalmente quelle

provenienti dalle aree più prossime al sito (*Cilpes, Ipses* e anche *Ossonoba*).

La presenza di reperti numismatici provenienti dall'area meridionale della Spagna attuale (*Carmo e Gades*), inoltre, si colloca nel solco di una marcata tradizione di legami tra questa zona e l'Algarve: una situazione di diffusione monetaria che si rispecchierà anche posteriormente in epoca alto imperiale, durante la dinastia giulio-claudia.

In contrapposizione a tale tendenza si nota inoltre la mancanza a Monte Molião di circolante proveniente dalle zone della Citeriore, ad eccezione di una moneta della zecca di *Kelse* (CNH 225:17) della seconda metà del I secolo a.C. (Viana, Formosinho e Ferreira 1952, p. 139; Fabião 1998 3 - p. 24), che sembrerebbe essere stata trovata nel sito in questione. La quasi totale assenza di monete della Citeriore a Monte Molião, insieme con la testimonianza dell'esistenza di tali reperti in altri siti portoghesi più settentrionali (Fabião, 1998, 2 - p. 450-458) potrebbe ulteriormente evidenziare il legame che la regione algarvia da sempre ebbe con le realtà costiere sud peninsulari più che con il panorama interiore.

Per ciò che concerne le coniazioni italiche, infine, si registra una loro forte assenza: un solo reperto numismatico di cronologia repubblicana (fase Rep. II) proveniente direttamente da Roma (l'asse fuso) è stato recuperato a Monte Molião. Questa moneta, anche se sommata ad un denario di *Caius Aburius Geminus* (RRC 244/1) databile al 134 a.C. e ritrovato nei pressi della collina di Molião (Sousa e Serra, 2006), insieme con il riferimento del ritrovamento di un altro denario consolare appartenente alla famiglia Tituria (Santos 1971, p. 362), delinea una scarsa rappresentatività delle coniazioni di Roma rispetto alle emissioni iberiche.

Questo panorama dunque, sebbene con le debite considerazioni e riserve che un campione numismatico così ridotto inevitabilmente ci spinge a considerare, si avvicina alle stesse tendenze circolatorie registrate in altri insediamenti del sud del Portogallo, come nel caso dei siti di Santiago do Cacém o di Mesas do Castelinho, dove, allo stesso modo, predominano le coniazioni iberiche emesse dalle aree geografiche più prossime (Fabião 1998, 2 - p. 455-458). Da queste realtà si distinguono poi altri casi (per esempio l'accampamento del Cáceres el Viejo e Cabeça de Vaiamonte) nei quali la forte presenza romana e la caratterizzazione di natura militare degli insediamenti offrono un panorama numismatico in cui le coniazioni italiche risultano percentualmente maggioritarie (Fabião 1998, 2 - p. 458).

Un'ultima osservazione che deve tenersi in considerazione nel quadro dell'analisi numismatica dei reperti raccolti durante il periodo repubblicano di Monte Molião è la totale assenza di monete di argento. Le uniche eccezioni a tale fenomeno sono il già citato denario di *Caius Aburius Geminus* (esemplare in lega di rame con patina di argento) e quello della famiglia Tituria. Tale situazione pare trovare un certo parallelismo con il più generale quadro di distribuzione di moneta argentea all'intero del territorio algarvio dove si conoscono solo i ritrovamenti di quattro denari nel Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), un denario della famiglia Junia ritrovato a *Balsa* (AAVV 2003, p. 337; Cesário, 2003, p. 337) e la collezione di alcuni denari ritrovati nei dintorni di Tavira (probabilmente provenireti dal sito del Serro do Cavaco la cui cronologia si estende tra la

fine del III secolo e il I secolo a.C. (Santos, 1971, 1 - p. 257-260; Fabião, 2003, p. 78). Più recentemente, infine, si è avuta notizia del ritrovamento di un vittoriato e di un denario di *Lucius Sempronio Pitio* sulle sponde del fiume Arade (Teichner 1997, p. 129; Sousa, 2013, p. 6).

Il quadro fin qui tracciato sulla distribuzione di *nummi* argentei, nello specifico per il sito di Monte Molião e, più in generale, per tutto il territorio dell'Algarve contrasta, in un certo qual modo, con la realtà più settentrionale del territorio portoghese. Quest'ultimo panorama, infatti, ci si presenta, in epoca repubblicana, come palcoscenico di numerose movimentazioni militari che giustificerebbero sia l'utilizzo del metallo pregiato in ambito domestico, sia il suo occultamento in vari tesori (Pereira, Bost, Hiernard, 1974, pp. 196-200; Ruivo, 1997; Fabião, 1998, 2- p. 451- 459; Barbosa, 1999).

Alla luce di quanto esposto finora (dati quantitativi e di circolazione) è necessario tentare di rispondere ad una questione di difficile soluzione e cioè perché alcuni siti del territorio peninsulare abbiano avuto la possibilità o il privilegio di coniare moneta (Fabião, 1998, 2 - p. 443-444). La probabilità che questo fenomeno si leghi direttamente con l'orizzonte culturale più meridionale, di stampo turdetano/gaditano, sembrerebbe contrastare con l'esistenza di emissioni in zone chiaramente più interiori (Fabião, 1998, 2 - p. 443-444). Le motivazioni che giustificano l'attivazione di alcuni centri monetali a discapito di altri dunque rimangono insondabili e probabilmente legate a cause di ordine politico, economico e forse anche militare.

Una seconda problematica, connessa alla precedente, risiede nel fatto, già accennato in precedenza, che Monte Molião "riceve" monete da quasi tutte le zecche algarvie. È necessario dunque chiedersi se il sito in questione sia stato o no anch'esso sede di un'antica zecca.

L'assenza di un *atelier* monetario a Monte Molião è sicuramente una delle ipotesi più probabili, la cui conferma va tuttavia analizzata, valutando alcuni dati di fatto potenzialmente pregiudicanti.

In primo luogo vi è un dato archeologico appurato: il fatto che Monte Molião rappresenti, ad oggi, il sito di epoca repubblicana meglio conosciuto e con più materiali associati ad una fase più arcaica di tale cronologia di tutta la realtà algarvia (si parla di migliaia di reperti importati, in particolar modo provenienti dall'Italia e dall'area Gaditana). Un'evidenza di questo genere, sebbene possa non essere totalmente invalidante ai sensi di quanto supposto, risulta comunque un dato oggettivo che deve far riflettere.

Un secondo elemento da considerare è la presenza, in contesti di epoca repubblicana, di aree specificamente adibite alla lavorazione metallurgica (*vide supra* p. 23). Sappiamo che tali evidenze possono non essere necessariamente messe in relazione diretta con la presenza di un'officina monetale, tuttavia il fatto che a Monte Molião si avesse un *know-how* e delle infrastrutture adatte alla lavorazione dei metalli, è un altro elemento che, a nostro avviso, risulta affatto contrario alla presenza di una zecca e deve perciò essere preso in considerazione.

Il terzo ed ultimo dato, infine, è di carattere cronologico. È importante evidenziare, infatti, come l'occupazione repubblicana di Monte Molião, compresa tra il 120 e l'80 a.C. (Arruda *et al.*, 2008; Arruda e Pereira 2010; Arruda e Sousa, 2013), combaci con le più

condivise cronologie delle varie emissioni algarvie.

Un'ultima questione che attiene direttamente alla fase romano repubblicana del sito si ricollega al problema toponomastico dell'identificazione di Monte Molião con la *Laccobriga* riportata nelle fonti classiche.

La localizzazione del toponimo antico fu indicata inizialmente con la città di Lagos e successivamente con la collina di Monte Molião (Mantas, 1997; Arruda, 1997; Arruda, 2007), sulla base del presunto rapporto etimologico che esisterebbe tra la toponomastica attuale (Lagos e Portimão) e quella antica (*Laccobriga* e *Portus Hannibalis*) riferita da Pomponio Mela (*De Chor.*, III, 1, 7).

A premessa di quanto segue, ci preme sottolineare come le prossime righe vogliano essere un semplice spunto riflessivo ad una diatriba scientifica che, per l'effettiva lacunosità delle fonti scritte ed archeologiche, si presenta, ad oggi, come un'autentica *vexata quaestio*: un percorso ancora aperto a innumerevoli critiche e lungi dall'essere risolto in maniera definitiva ed univoca.

Dal punto di vista etimologico traspare un'indubbia difficoltà nel tracciare un'evoluzione lineare per i due toponimi antichi riferiti da Pomponio Mela e relazionati con la geografia dell'attuale Algarve. Ricollegare, infatti, il nome di Lagos con il termine *Laccobriga* appare farraginoso, non tanto per il plausibile processo linguistico della caduta del suffisso *-briga* (Guerra, 1995-1997), quanto per la possibile evoluzione di *Lacco* in Lagos (Alarcão, 2005).

Per Portimão la questione risulta ancora più difficoltosa, dovendosi ricorrere addirittura all'introduzione (non attestata in alcuna fonte scritta) del nome *Portus Magnus* (Machado, 1984, p. 1201) che fungerebbe da "testa di ponte concettuale" tra il *Portus Hannibalis* meliano e l'attuale nome della città costiera. Un'altra ipotesi di difficile comprensione farebbe derivare Portimão/Portimões da un possibile *Portus Magonis* (Guerra, 2001, p. 32; Faria 1989b, p. 69): termine che, con la lezione *Portus Hannibalis* riportata dalla fonte classica, risulta di difficile attinenza, se non altro per una questionabile affinità etnico-culturale-famigliare tra i due nomi di porti.

Dal punto di vista linguistico, invece, sussiste l'incognita della presenza di un toponimo di carattere celtico in un contesto geografico estraneo a tale realtà culturale. A tal proposito però Alarcão (2005) specifica che la desinenza *-briga*, lungi dall'essere, *a priori*, evidenza linguistica di un sostrato celtico nel sud del Portogallo, comparirebbe, per la prima volta, con l'invasione romana e che quindi potrebbe anche essere sostenuta dalla presenza di elementi celtici all'interno della compagine (militare soprattutto) italica. Se così fosse, rimane comunque il fatto che un tale nome risulta, per così dire, un *hapax legomenon* della toponomastica algarvia di difficile spiegazione.

Dal punto di vista delle altre fonti scritte che ci parlano di una *Laccobriga* è bene ricordare come sia Tolomeo (II, 5, 5) sia Plutarco (*Sertorio*, 13) alludano ad un sito che potrebbe trovarsi in un contesto geografico ben più settentrionale di Lagos/Molião. Il geografo greco, infatti, attraverso le sue coordinate, situa la città in questione alla foce del Tagio, mentre lo scrittore delle *Vite Parallele* la inquadra nell'ambito degli avvenimenti

delle Guerre Sertoriane, conflitto che, dal punto di vista archeologico e numismatico, sembra più pertinente con la realtà portoghese centro-settentrionale. A tal proposito è da notare come la geografia di dispersione dei cosiddetti “tesori di epoca sertoriana”, presenti in territorio attualmente portoghese (circa una decina) abbracci, infatti, un’area compresa tra il corso del fiume Tagio a sud e il fiume Doro a nord (Pereira, Bost e Hiernard, 1974, p. 198; Ruivo, 1997a e 1997b, 1997b; Barbosa, 1999; Rodríguez Casanova, 2009). Le evidenze numismatiche riferibili a questo conflitto nell’Algarve occidentale, invece, sono, finora, sconosciute. Gli stessi tesori di cronologia repubblicana in tutta la costa algarvia sono, di fatto, una realtà che risulta poco caratterizzata. Al momento, infatti, si conosce giusto il caso di 11 denari ritrovati all’interno di un vaso a Monte de Sodes, Alcoutim (Veiga, 1889, 3 – p. 70-72; Santos, 1971, 2 – p. 387), la cui cronologia non è ben stabilita e la cui localizzazione potrebbe attenersi più che all’area algarvia a quella meridionale dell’Alentejo (nello specifico la zona di Mértola).

Inoltre l’esistenza, nell’Algarve, di monete che cronologicamente coincidano con gli avvenimenti delle Guerre Sertoriane risulta flebile potendo, a tal proposito, far riferimento alla sola presenza di un denario di argento recuperato nell’area di Tavira e pubblicato da M. Santos (1971, 1 – p. 258).

Per una localizzazione extra-algarvia, ma più meridionale (in territorio alentejano) di *Laccobriga*, si è espresso anche Alarcão (2005) che, sulla base di un’interpretazione alternativa dell’informazione data da Pomponio Mela, identificherebbe la rocca di Chibanes (Palmela), alle foci del fiume Sado, come il possibile luogo di pertinenza della città antica.

Da un punto di vista della cartografica antica è bene ancora sottolineare come la dicotomia dell’informazione relativa al caso specifico di *Laccobriga*, attenga anche a quella contrapposizione ideologica e metodologica presente nell’approccio descrittivo dei due geografi antichi: Tolomeo e Pomponio Mela.

Da una parte, infatti, Tolomeo rappresenta il punto di arrivo di una tradizione di geografi “scientifici” che affonda le sue radici negli esempi di Eudosso, Pitea, Eratostene e che attraverso l’applicazione di una metodica astronomica tenta il superamento di una dimensione prettamente odologica. Dall’altra parte Pomponio Mela, insieme a personalità quali quelle di Polibio, Strabone, Plinio e Artemidoro, si inserisce nella corrente dei geografi-storici, attivi nella compilazione di *diorthóses*, spesse volte in linea con il potere costituito, e che - attraverso, per esempio, la contrapposizione tra ricerca geografica del singolo (Pitea) e le missioni di Stato (Polibio) - tentano di delineare un quadro dell’ecumene che sovente risponde ad esigenze politiche (Bianchetti, 2008, p. 26 e ss).

Se nel caso dei corografi “scientifici” l’analisi dei dati geografici forniti può risultare ostica e fallace, soprattutto qualora non si comprenda appieno il sistema di triangolazione geometrica applicato, nel caso specifico di Pomponio Mela si nota un deciso regresso nella descrizione della geografia dell’Estremo Occidente, con una rappresentazione grossolana e semplificata, derivante da fonti non aggiornate o male analizzate. La descrizione della

costa atlantica, di stampo periplografico, viene, infatti, elaborata secondo un metodo induttivo, in cui l'immagine complessiva scaturisce dall'affiancamento di dati non coerentemente organizzati e dove il rischio di una geografia ridondante di elementi "sovrapposti" è reale (Bianchetti, 2008, p. 46-49).

Infine dal punto di vista prettamente archeologico risulta impossibile, ad oggi, determinare l'esistenza di una *Laccobriga* nell'Algarve. Se mai questa città sia esistita, essa non ha lasciato nessuna testimonianza concreta (epigrafica o numismatica) che ne confermi una possibile localizzazione, a differenza di *Ipses* o *Cilpes*, altri emblematici esempi di città "perdute", che hanno lasciato traccia di sé nelle legende numismatiche.

Se si pone in dubbio dunque l'esistenza di una *Laccobriga* nell'Algarve, pensiamo di avere ragioni sufficienti per riflettere sugli equilibri toponomastici di questa regione. Gli argomenti sulla base dei quali poggia l'identificazione di alcuni centri monetari quali *Cilpes* e *Ipses* (*vide supra* p. 33 e p. 35-36), infatti, anche se attraenti, non sono definitivi e potrebbero anzi essere suscettibili di alterazioni alla luce della possibilità che Monte Molião non corrisponda effettivamente a *Laccobriga*.

L'abbondante insieme di monete "*cilpensi*" (di bronzo e di piombo) ritrovate sulla collina nei pressi di Lagos e la dibattuta ricerca del luogo dell'antica *Cilpes* potrebbero indicare questo toponimo come uno dei candidati plausibili per il sito di Monte Molião.

Una seconda possibilità identificativa ricade sul nome di *Ipses*. Nonostante il valore minoritario dei reperti trovati a Monte Molião ascrivibili a questa città, il dato appare, infatti, di una certa importanza se si considera che l'identificazione dell'antica *Ipses* nell'area di Vila Velha (Alvor) è stata ipotizzata, soprattutto, per la presenza di tre divisori plumbei (la cui contestualizzazione stratigrafica rimane sconosciuta) recuperati nel sito indagato. Il recupero delle due monete a Monte Molião potrebbe almeno gettare nuova luce sull'identificazione del luogo dell'antica *Ipses*.

L'insieme monetale corrispondente alla fase romana imperiale di Monte Molião è stato recuperato quasi esclusivamente all'interno del settore A e consta di 20 monete (45,4% del totale dei reperti) databili tra il periodo del regno di Augusto e quello di Marco Aurelio.

La presenza di monete ascrivibili alla dinastia giulio-claudia è maggioritaria (12 reperti accertati più due monete dubbie), e ad essa segue una debole presenza di *nummi* di epoca flavia (due reperti) ed antoniniana (quattro monete). Il quadro generale che ne emerge mostra, così, una predominanza del circolante di I secolo d.C. rispetto alle restanti monete, le quali s'inquadrano nell'ambito cronologico del secolo successivo, oltrepassando di poco il terzo quarto.

Sebbene si debba tener presente che questa analisi risulta basata su un campione di monete limitato, si può affermare come l'arrivo di moneta a Monte Molião risulti praticamente continuo e stabile durante tutto il periodo dell'alto impero (anche se si fa

riferimento solo ad una o due monete per ogni imperatore - fig. 13). L'unico momento in cui si verifica un'alterazione significativa del quadro della circolazione monetaria, con un aumento dei reperti (cinque in totale) è il periodo relativo al regno di Claudio. Questa situazione trova il suo perché nel già esposto fenomeno delle imitazioni provinciali (*vide supra* 3.3.4.).

Il periodo giulio-claudio a Monte Molião mostra, dunque, una maggiore rappresentanza monetale, riflettendo sia lo sforzo politico-economico intrapreso dopo il riordino augusteo, che investì anche la Penisola Iberica, sia il perdurare dell'utilizzo di tale liquidità nei periodi successivi, come dimostrato dalle stratigrafie del sito. È inoltre possibile che alcune coniazioni tradizionalmente associate alla fase repubblicana, nello specifico le già riferite emissioni algarvie di *Ossonoba*, possano essere state utilizzate in periodi successivi. Questo panorama determinerebbe così la fase giulio-claudia come il "periodo d'oro" della circolazione monetaria alto imperiale di Monte Molião.

Tra le emissioni del periodo di Augusto tutte e due le monete recuperate corrispondano a coniazioni peninsulari.

Il primo di questi reperti proviene dalla zecca di *Colonia Patricia* (Cordova) e riflette, in parte, quella tendenza, già osservata in periodo repubblicano, di un forte legame tra Monte Molião e l'area più meridionale del territorio attualmente spagnolo. L'ampia circolazione di monete di questa zecca ispanica nell'area limitrofa al sito potrebbe essere confermata sia dal ritrovamento, nei pressi del fiume Arade, di un'altra coniazione augustea di *Colonia Patricia* (Sousa, 2013, p. 7) sia dal recupero di un asse dello stesso tipo nell'area di *Balsa* (AAVV 2003, p. 278; Cesário 2003, p. 337; Silva, 2007, p. 53).

L'altra moneta databile al regno di Augusto corrisponde ad un asse della cosiddetta serie della *caetra* la cui ampia distribuzione nel nord-ovest peninsulare è una realtà ben conosciuta (Villaronga, 1970; Pereira, Bost, Hiernard 1974, p. 212-213), che va diluendosi fortemente nelle zone più meridionali del Paese, dove se ne conosce un singolo esemplare ad Alcácer do Sal (Pereira, 1908, p. 216) e altri (11 reperti) a Santiago do Cacém (Pereira e Silva, 2007, p. 34).

I riferimenti ad altre monete databili al periodo di Augusto nelle restanti zone dell'Algarve sono rari. Alle notizie di vari reperti numismatici recuperati a *Balsa* (Santos, 1971, 1 - p. 260; Pereira 2013, p. 217; Fraga 2007, p. 53), insieme con la già citata moneta

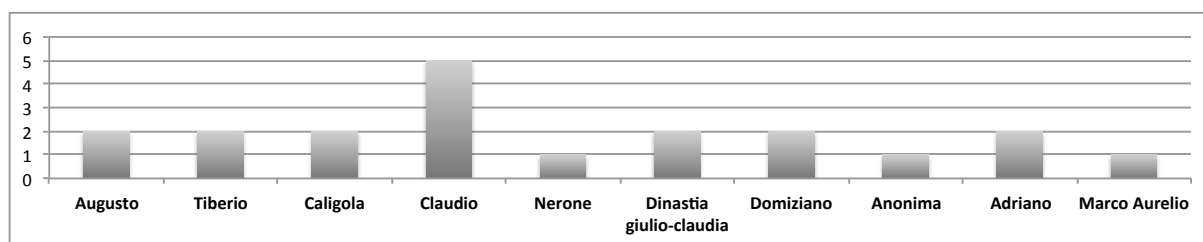


Fig. 13 - Grafico di suddivisione dei reperti numismatici imperiali di Monte Molião.

di *Colonia Patricia*, si somma il recupero, nell'area del fiume Arade di un esemplare di provenienza peninsulare, da *Turiaso* (Sousa, 2013, p. 7).

Le emissioni ascrivibili a Tiberio sono rappresentate da due esemplari: una coniazione peninsulare proveniente da *Colonia Romula* (Seviglia) ed un asse emesso dalla zecca di Roma.

In tutto l'Algarve, monete riferibili a questo imperatore sono emerse nell'area delle necropoli di *Balsa* (Santos 1971, 1 - p. 260, p. 292; Pereira, 2013, p. 217, p. 246) e *Ossonoba* (Santos, 1971, 1 - p. 191). Ad esse si aggiunge il recupero di un quadrante nei pressi del fiume Arade (Teichner 1997, p. 129) ed un ritrovamento nella Valle do Boto (Santos, 1971, 2 - p. 347).

Per ciò che concerne il periodo di regno di Caligola, i due assi di Agrippa recuperati a Monte Molião, sembrano, al momento, essere le uniche monete riferibili a questo imperatore nell'ambito dell'intero territorio algarvio.

Come già riferito in precedenza la circolazione monetaria a Monte Molião raggiunge il suo apice durante la dinastia giulio-claudia e in particolar modo durante il regno di Claudio. A questo imperatore sono, infatti, associate cinque monete, quasi tutte rientranti nell'insieme delle cosiddette "imitazioni" locali, ovvero coniazioni non ufficiali atte a compensare la mancanza di circolante nelle zone più periferiche dell'impero (Giard, 1970, p. 36; Bost e Pereira, 1973, p. 171; Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 218; Campo, 1974, p. 175; Ruivo 1997b, p. 124-126) (*vide supra* 3.3.4.). La diffusione di tali emissioni è molto elevata in contesto peninsulare e, per il territorio attualmente portoghese, è generalmente apprezzabile in tutta l'Estremadura (Ruivo, 1997b, p. 117-118), nell'area di nord-ovest (Centeno, 1987) e più in particolare nei siti di Santiago do Cacém (Pereira e Silva 2007, p. 34-35), S. Cucufate (Alarcão, Etienne e Mayet, 1990) e *Conimbriga* (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 218).

In area algarvia, le coniazioni di Claudio sono state identificate nei siti di *Balsa* (Santos 1971, p. 260; p. 298 Pereira 2013, p. 136; 217), nella sepoltura romana di Alcalar (Santos 1971, 2 - p. 15), alla foce dell'Arade (Sousa, 2013, p. 7), Bela Madil - Olhão (Santos 1971, 2 - p. 248) e nella zona di Alcoutim (Santos 1971, 2 - p. 389; Pereira 2013, p. 67). Di tutti questi esempi, infelicitemente, la determinazione della zecca di provenienza non è segnalata, sebbene si possa supporre, anche alla luce dei dati raccolti a Monte Molião, che vi sia tra essi una plausibile predominanza di imitazioni provinciali.

È importante sottolineare, infine, l'esistenza di un sesterzio recuperato a *Balsa* la cui provenienza da una zecca ufficiale (Roma) è specificata (AAVV, 2003, p. 279; Cesário, 2003, p. 337).

Il regno di Nerone, a Monte Molião, è rappresentato da una singola moneta di incerta provenienza (Roma o *Lugdunum*). Nel restante territorio algarvio esempi di monete ascrivibili a questo imperatore sono stati recuperati nella Boca do Rio (Santos, 1971, vol. 1, p. 95), a Ferragudo (Santos, 1971, p. 137), nella necropoli di Faro (Pereira 2013, p. 286)

e a *Balsa* (AAVV, 2003, p. 280; Cesário, 2003, p. 337).

In ultima analisi, per ciò che riguarda la dinastia giulio-claudia, è importante riferire il ritrovamento a Monte Molião di altre due monete probabilmente ascrivibili a questo periodo, nonostante una classificazione puntuale sia impossibile.

Il biennio (68-69 d.C.) delle guerre civili, a Monte Molião non è rappresentato da nessuna moneta.

La relativa flessione del circolante nel periodo successivo all'imperatore Claudio è, a Monte Molião, un dato di fatto che trova una sua corrispondenza, in senso più ampio, con altre aree dell'attuale territorio portoghese, come i siti di Santiago do Cácem e *Conimbriga* (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 217; Pereira e Silva, 2007, p. 35-36; Ruivo, 1997b, p. 128).

Il ritorno ad una situazione più regolare, in termini di rifornimento monetario, sembra giungere a Monte Molião durante il periodo flavio-antonino. Questa situazione pare, ancora una volta, in linea con le tendenze generali delle zone portoghesi sopra citate (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 220; Pereira e Silva, 2007, p. 36; Ruivo, 1997b, p. 132). È bene precisare tuttavia che, secondo i dati raccolti, il sito in questione fornisce un quadro meno stabile rispetto alla fase antecedente (dinastia giulio-claudia).

Durante il periodo dei Flavi, infatti, l'arrivo di moneta a Monte Molião sembra calare, attestandosi a sole due monete ascrivibili al regno di Domiziano coniate a Roma. L'esiguo spessore quantitativo del campione studiato in questa tesi, deve, tuttavia, sempre essere tenuto a mente e la probabilità che dati futuri possano mettere in discussione tale panorama numismatico è reale. Quest'ultima possibilità acquista maggior valore, in ambito algarvio, se si considera il recente ritrovamento di un possibile tesoretto di monete d'argento e di bronzo corrispondenti all'epoca di Tito e Domiziano recuperate presso la foce dell'Arade (Sousa, 2013, p. 7). A ciò va aggiunta un'altra moneta (un aureo) di Domiziano ritrovata a Vala, Silves (Santos 1971, 2 - p. 79).

A Monte Molião, la tendenza verso una riduzione del numero di monete sembra continuare anche durante la fase antonina, alla quale si associano due reperti del periodo di Adriano, una moneta di Marco Aurelio ed un quadrante anonimo.

Di contro, in tutto l'Algarve le coniazioni di questo periodo risultano relativamente ben documentare. A titolo di esempio si può citare l'identificazione, a *Balsa*, di un sesterzio di Traiano coniato a Roma insieme ad altri due reperti associati ad Antonino Pio (AAVV, 2003, p. 280; Cesário, 2003, p. 337-338). Ancora nell'area *balsense*, M. Santos fa riferimento ad una moneta di Adriano ritrovata nella Quinta das Antas (1971, 1 - p. 298), una emersa dalla necropoli del Cerro do Lorvão (1971, 1 - p. 323), altri reperti provenienti da Faro e Caldas de Monchique (Santos 1971, 1 - p. 203; 2 - p. 51) e un'ultima moneta d'argento di Traiano (Santos 1971, 2 - p. 103) apparentemente trovata nell'area di Silves. Dall'area più vicina a Monte Molião, la foce dell'Arade ha restituito un buon numero di coniazioni di

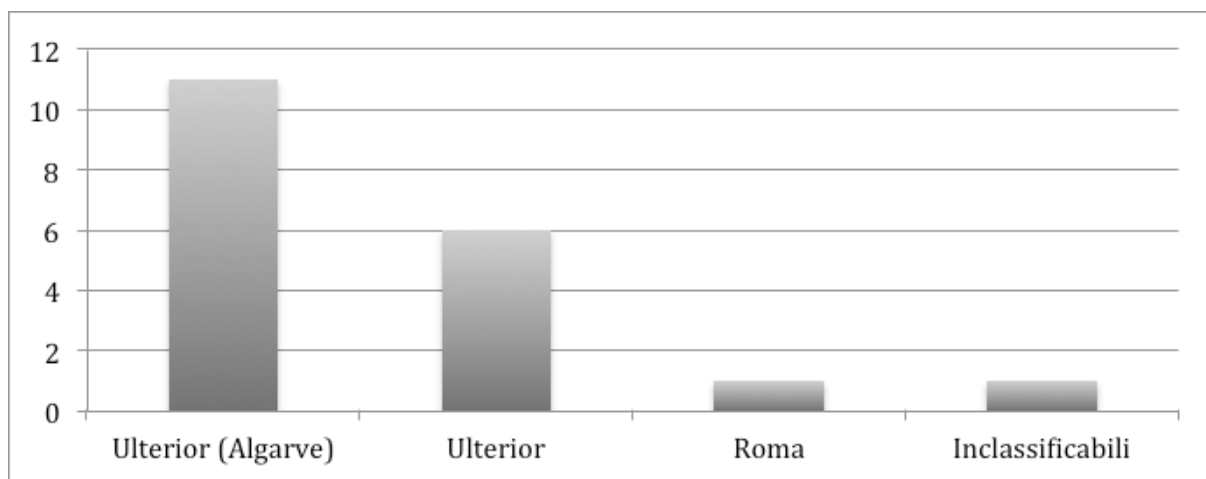


Fig. 14 - Distribuzione delle coniazioni repubblicane in accordo con l'area di provenienza.

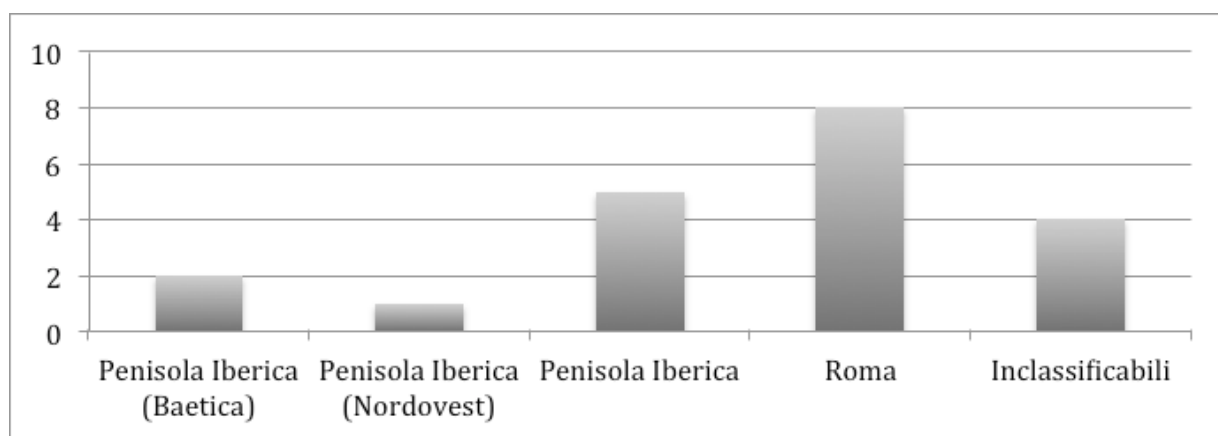


Fig. 15 - Distribuzione delle coniazioni imperiali in accordo con l'area di provenienza.

questo periodo, anche in oro ed argento (Sousa, 2013).

La relazione tra il panorama numismatico e la realtà stratigrafica imperiale identificata durante le campagne di scavo effettuate Monte Molião permette dunque di delineare alcune questioni degne di nota.

L'insediamento umano di epoca imperiale di Monte Molião è definito stratigraficamente, per quanto riguarda il settore C, da una singola fase occupazionale stimata tra la fine del I e gli inizi del II secolo d.C. (Arruda *et al.*, 2008), mentre per ciò che concerne il settore A, da una sequenza di fasi architettoniche consecutive (Imp. I, II e III), generalmente inquadrabili tra la dinastia dei flavii e la fine del II secolo d.C. (Viegas e Arruda, 2013). Lo studio dei materiali ceramici della fase imperiale del sito, oltre a confermare come il periodo meglio documentato sia circoscritto tra il terzo quarto del I secolo ed il terzo quarto del II secolo, ha evidenziato anche la cospicua presenza di materiale archeologico (ceramico e numismatico) più antico (Arruda *et al.*, 2008; Viegas e

Arruda 2013). Le strutture urbanistiche databili alla prima metà del I secolo, tuttavia, non sono, finora, conosciute, forse per il fatto di essere state oggetto di una sostituzione nello sviluppo edilizio successivo. Quest'ultima possibilità potrebbe spiegare l'abbondanza di monete ascrivibili al periodo giulio-claudio. Non si può tuttavia escludere il fatto che anche una lunga circolazione di tali reperti potrebbe giustificarne il loro ritrovamento in fasi archeologiche più tarde e meglio rappresentate a livello stratigrafico.

Tenendo presente quanto sopra riferito e specificando che del settore C (area della cisterna) sono venute alla luce solo due monete, ambedue riferite al regno di Caligola, passiamo ora all'analisi incrociata delle fasi occupazionali del settore A e la loro possibile relazione con i reperti numismatici in esse recuperati.

La fase Imp. I ha restituito un'unica moneta, appartenente al regno di Augusto, da ritenersi un reperto residuale o di lunga circolazione.

Nella fase Imp. II sono state recuperate una moneta di Augusto, due di Tiberio, tre di Claudio, una di Nerone, due di Domiziano, il quadrante anonimo e due di Adriano. Questi ultimi due reperti ci permettono di stabilire come la fase Imp. II sia ascrivibile ad una cronologia che giunge almeno fino al 134-138 d.C., mentre il cospicuo numero di reperti attribuibili alla dinastia giulio-claudia fa pensare, come già detto, più che a materiali residuali, a nominali di lunga circolazione.

L'ultima fase di occupazione identificata nel Settore A (Imp. III), infine, ha restituito, appena due reperti di Claudio e la moneta di Commodo che, anche in questo caso, ci fornisce il *terminus post quem* per l'abbandono di quest'area dell'insediamento.

In termini generali è curioso notare come nel quadro della circolazione monetaria di fase giulio-claudia di Monte Molião si osservi la stessa tendenza verificata nella fase repubblicana, ovvero una predominanza di emissioni iberiche in confronto a reperti provenienti dall'Italia, che si verifica anche in altre aree (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 217; Pereira e Silva, 2007, p. 35-36; Ruivo, 1997b, p. 128). Questa situazione si ribalta durante la fase flavia, nella quale predominano le coniazioni di Roma.

L'assenza di emissioni in metalli nobili, poco conosciute nell'ambito algarvio se non altro per alcuni denari ritrovati alla foce dell'Arade ascrivibili alle fase flavio-antonina (Sousa, 2013), è invece una costante della due grandi fasi cronologiche di epoca romana a Monte Molião.

Per terminare l'analisi sulla circolazione monetaria a Monte Molião tra il II secolo a.C. ed il II secolo d.C. è importante collegare il panorama fin qui esposto con i riferimenti ponderali riscontrati nell'insieme delle monete analizzate.

Il campione numismatico raccolto nel sito algarvio è sostanzialmente dominato da assi (22 esemplari) e quadranti (14 esemplari), mentre le monete di maggior valore, i dupondi presentano un'espressività relativamente bassa (3 esemplari). I semissi (un solo esemplare) risultano rari. A questi dati va aggiunto il fatto che altre tre monete, non classificabili, potrebbero corrispondere a due assi o due dupondi e a un asse o semisse.

Le emissioni di bronzo sono dominanti sia nel periodo repubblicano sia soprattutto

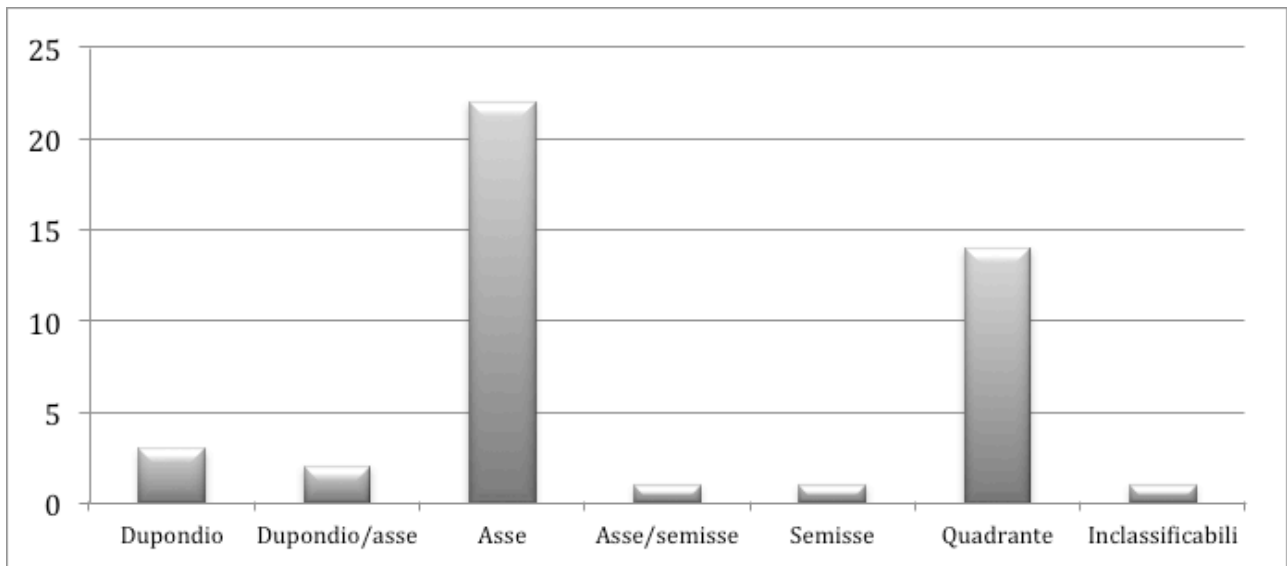


Fig. 16 - Distribuzione dei vari nominali nel sito di Monte Molião.

durante la fase imperiale: una situazione comune ad altri siti portoghesi come *Conimbriga* (Pereira, Bost e Hiernard 1974, p. 222) e nell'Estremadura (Ruivo 1997b, p. 78). Anche la predominanza di assi, semissi e quadranti identificata a Monte Molião trova riscontro su una buona parte del territorio nazionale.

All'interno del gruppo di monete repubblicane recuperate a Monte Molião si può notare un certo equilibrio tra assi di bronzo (7 esemplari) e quadranti (10 esemplari). Tra questi ultimi la predominanza di monete di piombo, tutte provenienti da zecche algarvie, è schiacciante e gli unici esemplari di bronzo sono i reperti provenienti da *Gades*, *Cilpes* e da un'altra officina peninsulare non meglio identificata. Questo panorama sembrerebbe avvalorare l'ipotesi che le coniazioni plumbee algarvie fossero utilizzate per transazioni economiche di basso valore.

La rappresentatività dei semissi nel set di monete repubblicane è scarsa: si conta solamente un reperto di questo valore, proveniente da *Ipses* ed un'altra moneta che

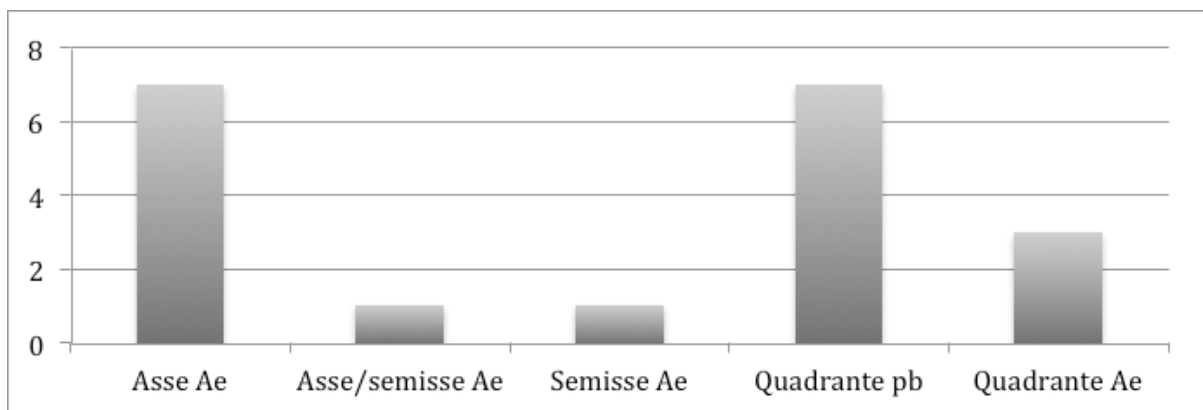


Fig. 17 - Distribuzione dei vari nominali della fase repubblicana.

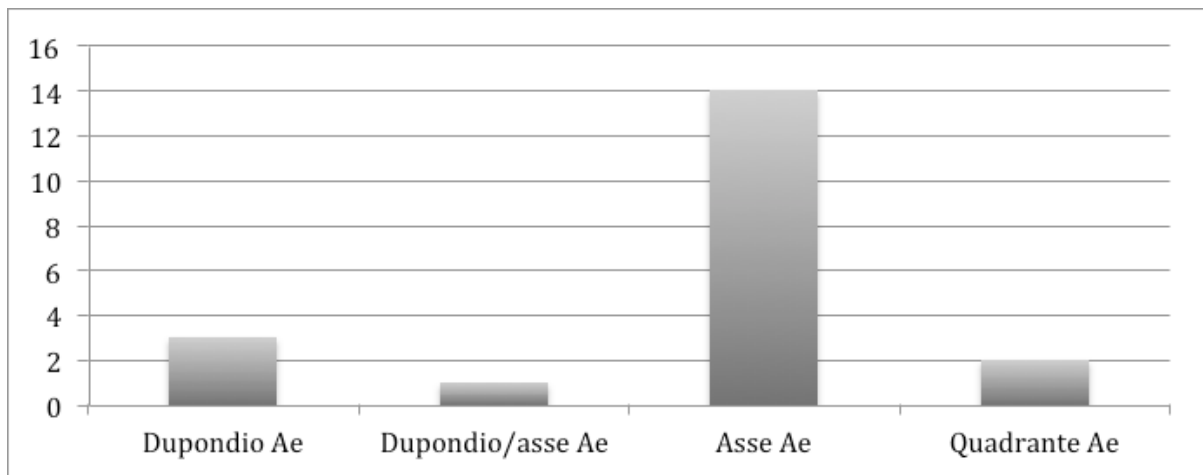


Fig. 18 - Distribuzione dei vari nominali della fase imperiale.

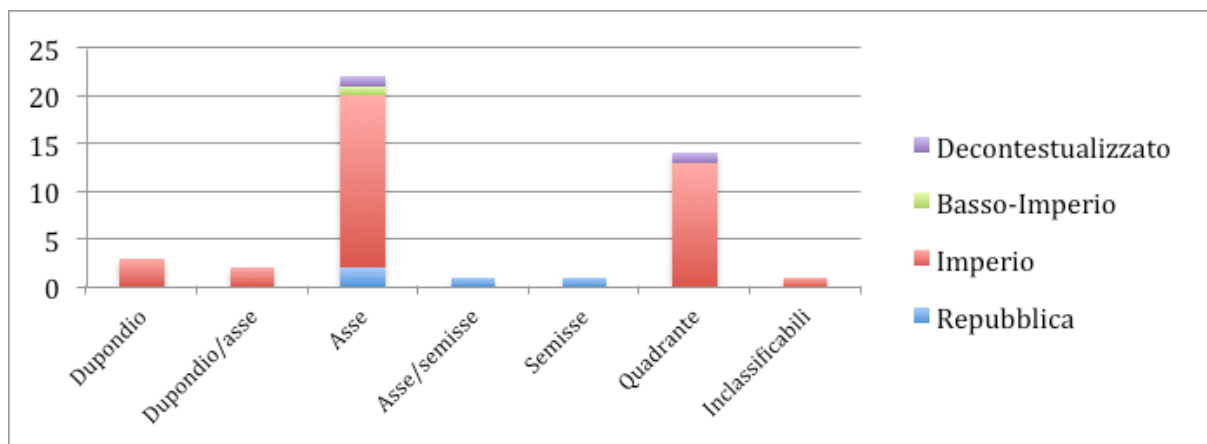


Fig. 19 - Distribuzione dei vari nominali in accordo con le fasi di occupazione di Monte Molião.

potrebbe essere un asse o semisse.

Monete di metalli nobili sono assenti per ciò che concerne l'area dell'abitato di Monte Molião e i pochi esempi di denari ritrovati sono ascrivibili, come già riferito, all'area limitrofa del sito studiato.

Nell'insieme delle monete del periodo alto-imperiale si nota una situazione simile a quanto descritto per la fase precedente con una netta predominanza degli assi (15 esemplari) a discapito di nominali più bassi come i quadranti (solo due esemplari). Questo valore va tuttavia interpretato alla luce di una possibile circolazione di quadranti repubblicani anche nella fase cronologica successiva.

I tre dupondi recuperati dagli scavi di Monte Molião sono tutti ascrivibili alla fase flavio-antonina e nello specifico ai regni di Domiziano, Adriano e Marco Aurelio.

È da sottolineare la presenza di altri due esemplari di difficile determinazione che

potrebbero corrispondere a dupondi o assi.

L'insieme numismatico di Monte Molião, insomma, si configura come un esempio unico e paradigmatico, rappresentando il gruppo di monete romane più cospicuo finora recuperato nell'ambito di un'indagine archeologica condotta sulla costa dell'Algarve.

L'associazione tra reperti monetali recuperati e sequenze stratigrafiche dettagliate ha generato un'analisi trasversale in grado di tratteggiare, in maniera un pò più netta, il profilo storico di un sito che solo la continuazione di una futura ed auspicabile ricerca archeologica potrà delineare con maggiore certezza.

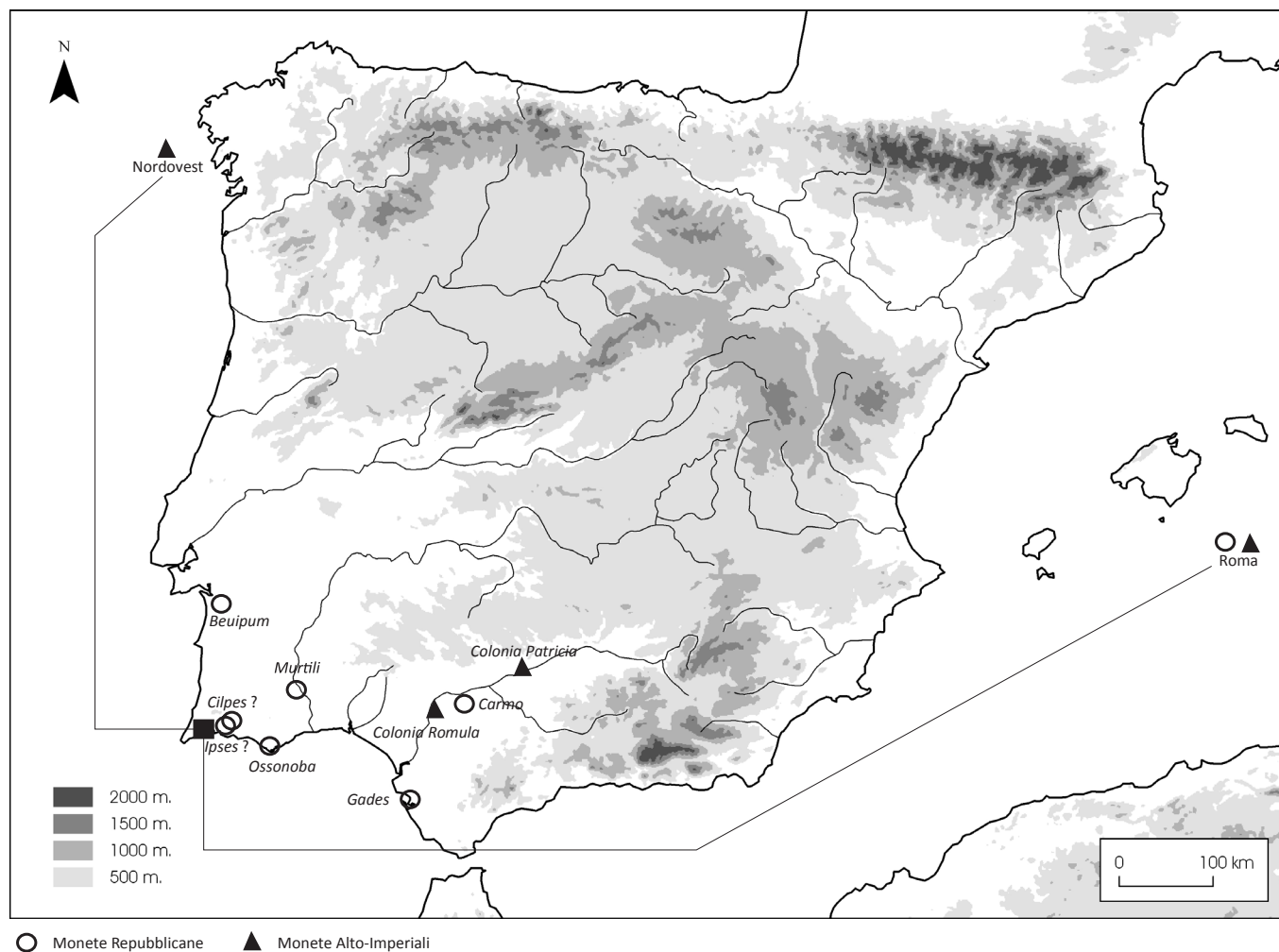


Fig. 20 - Provenienza delle monete ritrovate a Monte Molião.

5. BIBLIOGRAFIA

ABBREVIAZIONI

- CNH: Villaronga, L., *Corpus Nummorum Hispaniae Ante Augusti Aetatem*, Madrid (1994).
- RIC: *Roman Imperial Coinage*, Londra
 - I² - Sutherland, C.H.V., *31 BC - AD 69* (1984).
 - II - Mattingly, H. e Sydenham, E. A., *Vespasian to Hadrian* (1926).
 - III - Mattingly, H. e Sydenham, E. A., *Antoninus Pius to Commodus* (1930).
- RPC: *Roman Provincial Coinage*, Londra / Parigi
 - I - Burnett, A.; Amandry, M.; Ripollès, P.P., *From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC - AD 69)* (1992).
- RRC: Crawford, M.H., *Roman Republican Coinage*, Cambridge (2^a ed.) (1983).

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2003): *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira.

Alarcão, J. (1985): Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto, 11, pp. 99-111.

Alarcão, J. (2005): Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8-2, pp. 293-311.

Alarcão, J.; Etienne, R. e Mayet, F. (1990): *Les villas romaines de Sao Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion de Bocard.

Alfaro Asins, C. (1986): Sistematización del antiguo numario gaditano. *Aula Orientalis*. Barcelona, 4, pp. 121-137.

Alfaro Asins, C.; Arévalo González, A.; Campo Díaz, M.; Chaves Tristán, F.; Domínguez Monedero, A.; Ripollès Alegre, P.P. (eds.) (1998): *Historia monetaria de hispania antigua*. Madrid: Jesus Vico, S.A.

Amores, F.; Rodríguez Bobada, M.C.; Sáez, P. (2001): La organización y explotación

del territorio de Carmo. In Caballos, A. (ed.), *Carmona Romana*. Carmona, pp. 413-446.

Anglada Curado, R.; Lineros Romero, R.; Román Rodríguez, J.M. (2005): Escavación arqueológica preventiva en la Calle Diego Navarro núm. 1 de Carmona (Sevilla). *Anuario arqueológico de Andalucía*. Seviglia, pp. 2742-2761.

Arévalo, A. (1999): *La ciudad de Obulco: sus emisiones monetales*. Madrid.

Arruda, A.M. (1997): Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, pp. 243-255.

Arruda, A.M. (1999-2000): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcellona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, n. 5-6).

Arruda, A.M. (2007): *Laccobriga: a ocupação romana da Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal.

Arruda, A.M.; Pereira, C. (2010): Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romano-republicana. *Xelb*. Silves, 10, pp. 695-716.

Arruda, A.M.; Pereira, C.; Lourenço, P. (2009): Monte Molião 2009. Relatório final dos trabalhos do campo.

Arruda, A.M.; Sousa, E.; Lourenço, P. (2010): A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves, 10, pp. 267-283.

Arruda, A.M., Sousa, E., Bargão, P.; Lourenço, P. (2008): Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb*. Silves, 8-1, pp. 137-168.

Arruda, A.M.; Sousa, E.; Bargão, P.; Lourenço, P. (2008): Monte Molião 2008. Relatório final dos trabalhos do campo.

Arruda, A.M.; Sousa, E. (2011): Monte Molião 2011. Relatório final dos trabalhos do campo.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pereira, C.; Lourenço, P. (2011): Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve. *Conimbriga*. Coimbra, 50, pp. 5-32.

Arruda, A. M.; Sousa, E. (2013): Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *Spal*. Seviglia, 22, pp. 101-141.

Arruda, A. M.; Viegas, C.; Bargão, P. (2010): A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb*. Silves, 10, p. 285-304.

Barbosa, M. B. C. S. G. (1999): Tesouros sertorianos aparecidos em território português. In Mora Rodríguez, G.; Centeno, R.; García-Bellido, M.P., *Rutas, ciudades y moneda en Hispania: actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Porto, pp. 299-304.

Barello, F. (2008): *Archeologia della Moneta, produzione e utilizzo nell'antichità*. Roma: Carocci editore.

Barret, A.A. (2001): *Caligula: The Corruption of Power*. Londra: Taylor & Francis e-Library.

Bargão, P. (2008): Intervenção de emergência na Rua do Molião: primeiras leituras. *Xelb. Silves*, 8-1, pp. 169-190.

Beirão, C. M.; Silva, C. T.; Soares, J.; Gomes, M. V. e Gomes, R. V. (1985): Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. *O Arqueólogo Português*, 4-3, pp. 45-136.

Belloni, G. G. (2004): *La moneta Romana. Società, politica, cultura*. Roma: Carocci editore.

Besombes, P.A. e Barrandon, J.N. (2000): Nouvelles proposition de classement des monnaies de "bronze" de Claude I^{er}. *Revue Numismatique*. 6-155, pp. 161-188.

Besombes, P.A.; Barrandon, J.N.; Amandry, M.; Martini, R. (2005): *Le dépôt de 22438 monnaies du gué de Saint-Léonard (Mayenne)*. Parigi: Bibliothèque Nationale.

Bianchetti, S. (2008): Geografia e cartografia dell'estremo Occidente da Eratostene a Tolomeu. *Mainake*. Malaga, 30, pp. 17-58.

Bost, J.P. e Pereira, I. (1973): Les monnaies d'imitation de Claude I trouvées sur le site de Conimbriga (Portugal). *Numisma*. Madrid, 23-24, pp. 167-181.

Caballos Rufinos, A. (2007): Carmona romana. In *Carmona*. Seviglia: ediciones Alcibes, pp. 33-60.

Calabria, P. (1996): Abundantia. *Studi Miscellanei*. Roma, 29, pp. 155-164.

Campo, M. (1974): El problema de las monedas de imitación de Claudio en Hispania. *Acta Numismática*. Barcellona, 4, pp. 155-163.

Campos Carrasco, J.M. (1989): Estructura urbana de la colonia Iulia Romula Hispalis en época republicana. *Habis*. Seviglia, 20, pp. 245-262.

Canfora, L. (2008): *Il papiro di Artemidoro*. Roma: Edizioni Laterza.

Cardenete, R.; Gómez, M.T.; Jiménez, A.; Lineros, R.; Rodríguez, I. (1989): Excavaciones arqueológicas de urgencia en el solar de la calle Costanilla Torre del Oro s/n. Carmona

(Sevilla). *Anuario arqueológico de Andalucía*. Seviglia, pp. 563-574.

Casariago, A.; Cores, G.; Pliego, F. (1987): *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania antigua*. Madrid.

Cebrián Sánchez, M.A. (1999): Imitaciones de Claudio I en el monetario del Museo Arqueológico y Etnológico de Córdoba. *Numisma*. Madrid, 242, pp. 7-56.

Centeno, R. (2011): Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no Ocidente da Hispânia. In García-Bellido, M.; Callegarin, L.; Jiménez Díez, A. (eds.), *Barter, money and coinage in the Ancient Mediterranean (10th – 1st centuries BC)*. Madrid: CSIC, pp. 355-367.

Cesário, A. (2003): Roteiro Numismático. In AAVV, Tavira. Território e poder. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, pp. 337-341.

Chaves Tristán, F. (1973): *Las monedas de Italica*. Seviglia: Direccion Geral de Bellas Artes.

Chaves Tristán, F. (1977): *La Córdoba Hispano-romana y sus monedas*. Seviglia: Ed. Círculo Numismático de Córdoba.

Chaves Tristán, F. (1979): *Las monedas hispano-romanas de Carteia*. Barcellona: Instituto Antonio Augustin de Numismatica del Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.

Chaves Tristán, F. (1998): Monedas para una sociedad nueva. In AAVV, *Hispania. El legado de Roma*. Catálogo de la Exposición (Zaragoza, Septiembre 1998). Madrid, pp. 83-93.

Chaves Tristán, F. (2001): La ceca de Carmo. In Caballos Rufino, A. (ed.), *Actas del II congreso de Historia de Carmona. Carmona romana*. Carmona: Ayuntamiento; Universidad de Sevilla, pp. 339-362.

Chaves Tristán, F. (2012): Il riflesso dell'iconografia nelle coniazioni della Hispania Ulterior. In Pera, R. (cur.), *Il significato delle immagini. Numismatica, Arte, Filologia, Arte* (Atti del secondo incontro internazionale di studio del Lexicon Iconographicum Numismaticae - Genova, 10-12 Novembre 2005). Roma: Giorgio Bretschneider, pp. 171-195.

Clemente, G. (2008): *Guida alla storia romana*. Milano: Oscar Mondadori.

Collantes, E. (1969-70): Reacuñaciones en la moneda iberica. *Ampurias*. Barcellona, 31-32, pp. 255-257.

Corominas, J. (1976): Elementos prelatinos en las lenguas romances hispánicas. In *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas dela Peninsula Iberica*.

Salamanca, pp. 87-164.

Correa, J.A. (2007): El topónimo Carmo y la toponimia del área turdetana. In Bendala Galán, M.; Belén Deamos, M. (eds.), *En nacimiento de la ciudad: la Carmona protohistórica*. Carmona: Universidad de Sevilla, pp. 511-524.

Correa, J.A. (2011): A leyenda indígena de las monedas de Salacia y el graffito de Abul (Alcácer do Sal, Setubal). In Cardoso, J. L.; Almagro Gorbea, M. (eds), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa / Madrid: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia, pp. 103-112.

Cox, S.E. (2005): The Mark of the Successor: Tribunician Power and the Ara Providentia under Tiberius and Vespasian. *Numismatica e Antichità Classiche*. Lugano, 34, pp. 251-270.

Crawford, M.H. (1985): *Coinage and Money under the Roman Republic*. London.

DeCoursey Ruth, T. (1916): *The Problem of Claudius. Some Aspects of a Character Study*. Baltimore: Lord Baltimore Press.

Detry, C. e Arruda, A.M. (2012): Acerca da influência ambiental e humana nos moluscos de Monte Molião (Lagos, Portugal). In Almeida, A. C.; Bettencourt, A. M. S.; Moura, D.; Monteiro-Rodrigues, S.; Alves, M. I. C. (eds), *Environmental Changes and Human interaction along the western Atlantic edge / Mudanças ambientais e interação humana na fachada Atlântica ocidental*. Lisboa, pp. 171-184.

Dias, M.M.A. (1983): A propósito da inscrição funerária de L. Marius Caprarius encontrada em Veiros, Estremoz. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, IV-1, pp. 326-334.

Dias, V. (2010): *A Cerâmica Campaniense de Monte Molião, Lagos*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

Diegi, R. (2007a): Le monete di Caligola. *Panorama Numismatico*. 222, pp. 17-24.

Diegi, R. (2007b): Le monete di Nerone. *Panorama Numismatico*. 224, pp. 17-39.

Diogo, M.; Marques, J. (2008): Sistemas defensivos do Molião – resultados preliminares de intervenção arqueológica na urbanização do Molião. *Xelb*. Silves, 8-2. pp. 59-65.

Encarnação, J. (2005): Gentes do mar e da terra. In AAVV, *Caminhos do Algarve Romano* (Catálogo da Exposição). Faro: Câmara Municipal de Faro, pp. 21-25.

Estrela, S. (1999): Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 2-1, pp. 199-234.

Fabião, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território*

hoje português. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição policopiada.

Fabião, C. (2003): O Serro do Cavaco (Tavira). In AAVV, *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, pp. 77-81.

Fantar, M.H. (1969): La mer dans la mythologie et l'iconographie des phéniciens-puniques. *Africa*. Tunisi, III-IV, pp. 51-66.

Faria, A.M. (1987): Moedas de chumbo de época romana cunhadas no actual território português. *Numismática*. Lisboa, 47, pp. 24-28.

Faria, A.M. (1987-88): Ipses uma ceca hispano-romana do Sudoeste. *Acta Numismática*. Barcellona, 17-18, pp. 101-104.

Faria, A.M. (1989a): A numária de *Cantnipo. *Conimbriga*. Coimbra, 28, pp. 71-99.

Faria, A.M. (1989b): Sobre a presença romana no actual território português. Apostilhas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*. Coimbra, 28, pp. 53-69.

Faria, A.M. (1995a) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel, 4, pp. 89-99.

Faria, A.M. (1995b): Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português. In García-Bellido, M. P.; Centeno, R. M. S. (eds.), *La moneda Hispánica. Ciudad y territorio* (Anejo de Archivo Español de Arqueología, XIV). Madrid: CSIC, pp.143-153.

Faria, A.M. (1997): Moedas de época romana cunhadas no actual território português. In Barata, F.; Parreira, R. (coord.), *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 361-371.

Faria, A.M. (1998): Reseña de Historia monetaria da Hispania Antigua. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 1-2, pp. 241-256.

Faria, J.C.L. (2002): *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibrí; Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Fears, J.R. (1981): The Cult of Virtues and Roman Imperial Ideology. In Temporini, H. e Haase, W. (eds.), *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlino, II, 17.2, pp. 827-948.

Fernández Bermejo, J.A.; Díaz Rodríguez, J.J.; Sáez Romero, A.; Toboso Suárez, E.; Montero Fernández, R. (2001): La evolución de las industrias alfareras de San Fernando (Cádiz) durante la Antigüedad. *Nivel Cero. Revista del Grupo Arqueológico Attica*. Santander, 9, pp. 123-138.

Ferrer, S. (1996): El posible origen campamental de Lucus Augusti a la luz de las

monedas de la caetra y su problemática. In Rodríguez Colmenero, A. (ed.), *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*. La Coruña, pp. 425-446.

Franco, M.L. (1940): Outra inscrição inédita de Ossónoba e um Templo romano em Faro. *Correio do Sul*, 1 e 28/7/1940.

Galimberti, A. (2007): *Adriano e l'ideologia del principato*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider.

Gamito, T.J. (1991): Contribuição da Arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa 1990). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-26.

Gamito, T.J. (1992): Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. *Conimbriga*. Coimbra, 31, pp. 99-118.

Gamito, T. (1994): Faro. Policia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 9, pp. 115-117.

Gamito, T. (1997): Ipses (Vila Velha, Alvor). In Barata, F.; Parreira, R., (coord.), *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 257-263.

García-Bellido, M.P. (2004): *Las legions hispanicas en Germania: monedas y ejército* (Anejos de Gladius, 06). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.

García-Bellido, M.P. (2010): ¿Estuvo Akra leuké en Carmona? *Paleohispánica*. Saragoza, 10, pp. 201-218.

García-Bellido, M.P. (2011): Sobre el Toponimo Carmo y su posible etimología Púnica. *Cuadernos de prehistoria y arqueología*. Madrid, 37-38, pp. 447-454.

Giard, J.B. (1968): Le pèlerinage gallo-romain de Condé-sur-Aisne et ses monnaies. *Revue Numismatique*. VI-10, pp. 76-130.

Giard, J.B. (1970): Pouvoir central et libertes locales. Le monnayage en bronze de Claude I^o avant 50 après J.C., *Revue Numismatique*. XII, pp. 31-61.

Gil Farrés, O. (1966): *La moneda hispánica en la Edad Antigua*. Madrid.

Ginsburg, J. (2006): *Representing Agrippina. Constructions of Female Power in the Early Roman Empire*. New York: Oxford University Press.

Gomes, M.V. (1993): O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). In *Os Fenícios no território português*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 73-107.

Gomes, J.P.A. (2010): *Estuário da Ribeira de Bensafrim. Leitura geo-arqueossismológica*.

Dissertação de mestrado apresentada ao IGOT (Instituto de Geografia e Ordenamento do território). Edição policopiada.

Gomes, R. V.; Gomes, M.V. (1981-1983): Novas moedas Hispânica de Balsa e Ossonoba. *Nummus*. Porto, 2: 4-6, pp. 155-182.

Gómez Saucedo, M.T. (2004): Actividad arqueológica preventiva en C/ Montánchez n. 15 de Carmona (Sevilla). *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía, pp. 3101-3114.

Gnecchi, F. (1905): Personificazioni allegoriche sulle monete imperiali. *Rivista Italiana di Numismatica*. Milano, XVIII, pp. 350-388.

Grant, M. (1946): *From imperium to auctoritas; a historical study of aes coinage in the Roman Empire, 49 B.C.-A.D. 14*. Cambridge: University Press.

Grant, M. (1949): The decline and fall of city-coinage in Spain. *The Numismatic Chronicle*. Londra, 9, pp. 93-106.

Guarino, A. (1974): In difesa di Messalina. *Labeo*. Palermo, 20, pp. 12-26.

Guerra, A. (1995-1997): A respeito do nome de Vila Franca de Xira. *Cira*. Vila Franca de Xira, 7, pp. 155-167.

Guerra, A. (1998): *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

Gurt, J.M. (1975): Las monedas de Claudio I halladas en Clunia. *Pyrenae*. Barcelona, XI, pp. 109-125.

Hildebrandt, H. J. (1984): *Die Munzen aus Cáceres el Viejo*. In Ulbert, G., *Cáceres el Viejo. Ein spatrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz (Madrider Beitrage, 11), pp. 257-297.

Hoz Montoya, J. (2005): Distribución de moneda y crecimiento económico en Ecija bajo Claudio y Nerón: a propósito de una colección numismática local. In *Actas del VII Congreso de Historia. Ecij, economia y sociedad*. Ecija, vol. I, pp. 139-166.

Jameson, S. (1966): The date of asses of M. Agrippa. *The Numismatic Chronicle*. Londra, 6-7, pp. 95-124.

Lanfranchi, L. (1910): I diversi stili nella monetazione romana: gli assi ed i dupondi commemorativi di Augusto e Agrippa. *Rivista Italiana di Numismatica*. Milano, 23, pp. 21-40.

Lanfranchi, L. (1949): La monetazione imperatoria e Senatoria di Claudio I durante il quadriennio 41-44 d.C. *Rivista Italiana di Numismatica*. Milano, 5, pp. 41-48.

- Levik, B. (1990): *Claudius*. New Haven: Yale University Press.
- Lo Cascio, E. (1980): La riforma monetaria di Nerone: l'evidenza dei ripostigli. *Antiquité*. Roma, 92-1, pp. 445-470.
- Lopes, C. (2005): *Moedas do Museu Municipal de Tavira*. Tavira: Câmara Municipal – Instituto Português de Museus.
- Lopes, V.; Hourcade, D. (2001): A muralha pré-romana de Mértola. *Al-Madan*. Almada, 2-10, pp. 209.
- Lourenço, P.R. (2010): *A pesca na antiguidade – o caso de Monte Molião (Lagos)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Luís, L. (2003a): *As cerâmica campanienses de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 27).
- Luís, L. (2003b): Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6-2, pp. 363-382.
- Luttwak, E.N. (1997): *La grande strategia dell'Impero romano. L'apparato militare come forza di dissuasione*. Milano: BUR.
- Mantas, V.G. (1997): As civitates: Esboço da geografia política e económica do Algarve romano. In Barata, F.; Parreira, R. (coord.), *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 283-309.
- Marinho, J.R. (1998): As moedas hispano-romanas do território português. In *Actas do IV Congresso de Numismática*. Lisboa, pp. 21-28.
- Mazzarino, S. (1980): *L'impero romano*. Milano.
- Mercanti, M.P. (1998): Divinità e personificazioni nelle emissioni adrianeae. In Mercalli, M. (cur.), *Adriano e il suo mausoleo: studi, indagini e interpretazioni*. Milano: Electa, pp. 199-225.
- Mora Serrano, B. (2011): Apuntes sobre la iconografía de las monedas de *Beuipo- (Salacia) (Alcácer do Sal, Setubal). In Cardoso, J. L.; Almagro Gorbea, M. (eds) *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa, Madrid: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia, pp. 73-102.
- Nicols, J. (1974): The chronology and significance of the M. Agrippa asses. *American Numismatic Society-Museum Notes*. New York, 19, pp. 65-86.
- Nunes, J. (1899): Notícia sobre a necrópole luso-romana nos arredores de Lagos. *Portugalia*. Porto, I: 3-4, pp. 817-818.

Nunes, J. (1900): Necrópole luso-romana nos arredores de Lagos. *O Archeologo Português*. Lisboa, V, pp. 102-104.

Ojeda, R. (2001): Nuevos datos sobre la “Puerta de Córdoba” en época romana. In Caballos, A. (ed.), *Carmona Romana*. Carmona, pp. 159-187.

Ordóñez Agula, S.; González Acuña, D. (2011): Colonia Romula Hispalis. Líneas esenciales de su dinámica histórica y arqueológica. In González, J.; Saquete, J. C. (eds.), *Colonias de César y Augusto en la Andalucía romana*. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, pp. 47-98.

Pereira, A.R.; Dias, J.M.; Laranjeira, M.M. (1994): *Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Rel. n. 35, pp. 75-89.

Pereira, C. (2013): *As necrópoles romanas do Algarve*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

Pereira, F. A. (1908): Novo material para o estudo da estatuaría e arquitetura dos castros do Alto-Minho. *O Archeólogo Português*, 1-12, pp. 202-244.

Pereira, I.; Bost, J. P.; Hiernard, J. (1974): *Fouilles de Conimbriga. III. Les monnaies*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

Pereira, I.; Silva, T. (2007): *Moedas romanas do Museu Municipal de Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal / Museu Municipal.

Pérez González, C.; Illarregui Gómez, E.; Arribas Lobo, P. (2011): Circulación monetaria de G. Caligula en el Norte de Hispania. In Torres, J. (ed.), *Actas XII Congreso Nacional de Numismática*. Madrid, vol. II, pp. 629-641.

Ramon Torres, J.; Sáez Espligares, A.; Sáez Romero, A.; Muñoz Vicente, A. (2007): *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Sevilha: Junta de Andalucía.

Ripollès, P. P. (2010): *Las acuñaciones provinciales romanas de Hispania*. Madrid.

Rocha, A.S. (1906) – Necropole luso-romana do Molião. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz, tomo I, n.o 3, 7.

Rodewald, C. (1976): *Money in the age of Tiberius*. Manchester: Gresham Press.

Rodríguez Casanova, I. (2009): Tesoros sertorianos: nuevas perspectivas desde datos antiguos. In Arévalo González, A. (ed.), *Actas del XIII Congreso Nacional de Numismática*. Madrid, vol. I, pp. 337-352.

Román Rodríguez, J. M. (2004): Evidencias funerarias de la Edad del Bronce en Carmona: I.A.P. en el Solar n. 1 de la Calle Torre del Oro. *Anuario arqueológico de Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía, pp. 1000-1050.

Ruivo, J. (1997a): O conflito sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, 70, pp. 91-100.

Ruivo, J. (1997b): *Circulação monetária na Estremadura Portuguesa até aos inícios do séc. III*. Porto (*Nvmmvs* 2 – 16/20).

Ruivo, J. (2002): Moedas e religião na Lusitania. In Ribeiro, J. C. (coord.), *Religiões da Lusitânia*. Loquuntur Saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 255-258.

Ruivo, J. (2010): Espólio metálico. In Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (coord.), *Castelo da Lousa – Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida (*Studia Lusitana* 5), pp. 481-518.

Ruiz Cabrero, L.A.; Mederos Martín, A.; López Pardo, F. (2007): Sistemas defensivos en la toponimia fenicia de la costa Atlántica Ibérica y Norteafriana. In López Castro, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almería, pp. 383-404.

Sáez Romero, A. (2008): *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. BAR International Series S1812. Oxford.

Sáez Romero, A.; Díaz Rodríguez, J.J. (2010): La otra necrópolis de Gadir/Gades. Enterramientos asociados a talleres alfareros en su hinterland insular. In Niveau de Villedary y Mariñas, A. M.; Gómez Fernández, V. (Coords.), *Las necrópolis de Cádiz*. Cadice, pp. 251-337.

Sagredo, L. (1995): Lucus Augusti y las monedas de la caetra. *Hispania Antiqua*. Valladolid, 19, pp. 37-76.

Santos, M.L.E.V.A. (1971-72): *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2 vol. Lisboa.

Santos Yanguas, N. (2003): Las acuñaciones monetales de Publio Carisio, legado de Augusto en Lusitania y la conquista romana del N. O. peninsular. *Aquila Legionis*. Salamanca, 4, pp. 166-187.

Serafin, P. (1998): La moneta al tempo di Adriano. In Mercalli, M. (cur.), *Adriano e il suo mausoleo: studi, indagini e interpretazioni*. Milano: Electa, pp. 187-198.

Silva, C. T.; Soares, J. e Santos, M. F. (1973): Moedas Hispânicas do Povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 307-318.

Silva, C.T. ; Soares, J.; Beirão, C.de M.; Dias, L.F.; Soares, A. (1980-81): Escavações

arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 6-7, pp. 149-218.

Silva, C.T. (2011): No Baixo Sado, da presença Fenícia à Imperatoria Salacia. In Cardoso, J. L.; Almagro Gorbea, M. (eds) *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa, Madrid: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia, pp. 57-72.

Silva, L. (2007): *Balsa, Cidade perdida*. Lisboa: Bertrand.

Soraci, C. (2005-2006): Dalle Frumentationes alle distribuzioni di pane. Riflessioni su una riforma di Aureliano. *Quaderni Catanesi di studi antichi e medievali*. Catania, IV-V, pp. 245-437.

Sousa, E. e Serra, M. (2006): Resultados das Intervenções Arqueológicas realizadas na zonas de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb. Silves*, 6, pp. 13-26.

Sousa, E. (2009): *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Cadernos da UNIARQ, 4. Lisboa: Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa).

Sousa, E.; Arruda, A.M. (2010): A Gaditanização do Algarve. *Mainake*. Malaga, 32-2, pp. 951-974.

Sousa, E.; Arruda, A. M. (2013): A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião. In Arnaud, J. M.; Martins, A. e Neves, C., *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 651-659.

Sousa, E.; Arruda, A. M. (2014): A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião. *Onuba*. Huelva, 2, pp. 55-90

Sousa, J. (2013): Circulação monetária na Antiguidade no Estuário do Rio Arade. ([https://www.academia.edu/8038404/Circulação_monetária_na_Antiguidade_no_estuário_do_rio_Arade_CIRCULAÇÃO_MONETÁRIA_NA_ANTIGUIDADE_NO_ESTUÁRIO_DO_RIO_ARADE](https://www.academia.edu/8038404/Circula%C3%A7%C3%A3o_monet%C3%A1ria_na_Antiguidade_no_estu%C3%A1rio_do_rio_Arade_CIRCULA%C3%A7%C3%A3o_MONET%C3%A1RIA_NA_ANTIGUIDADE_NO_ESTU%C3%A1RIO_DO_RIO_ARADE))

Stevenson, S.W.; Madden, F.W. (1889): *A Dictionary of Roman Coins, Republican end Imperial*. Londra.

Sutherland, C.H.V. (1935): *Romano-british imitations of bronze coins of Claudius I^o*. New York: The American Numismatic Society.

Sutherland, C.H.V. (1971): *Coinage in Roman Imperial Policy (31 BC.-AD. 68)*. New York: Barnes & Noble.

Sydenham, E.A. (1917a): *Historical References on Coins of the Roman Empire*. Londra: Spink & Son Ltd.

Sydenham, E.A. (1917b): Divus Augustus. *Numismatic Chronicle*. New York, 4-ser. 17, pp. 258-278.

Teichner, F. (1997): Note sur le fonds numismatique romain de Foz do Rio Arade (Portimão, Portugal). *Conimbriga*, 36, pp. 123-160.

Trindade, M.J.F. (2007): *Geoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.

Torres Ortiz, M. (2010): Sobre la cronología de la necrópolis fenicia arcaica de Cádiz. In Niveau de Villedary y Mariñas, A. M.; Gómez Fernández, V. (Coords.), *Las necrópolis de Cádiz*. Cadice, pp. 31-67.

Utermann, J. (1975): *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. I. *Die Munzlegende*. Wiesbaden.

Veiga, E. (1910): Antiguidades monumentaes do Algarve. Cap. V: Tempos históricos. Lacobriga. *O Archeologo Português*. Lisboa, XV, p. 209-233.

Vázquez Seijas, M. (1964): Posibles emisiones de Augusto en Lugo. *Numisma*. Madrid, 70, pp. 37-40.

Ventosa, M.L.H. e Serna, M.M. (1995): Nuevas aportaciones sobre las monedas de Claudio I en Hispania. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, 61, pp. 225-259.

Viana, A. (1952): Ossónoba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 42, pp.250-285.

Viana, A., Formosinho, J. E Ferreira, O. V. (1952): Alguns objectos inéditos no Museu Regional de Lagos. Monte Molião. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 61: 1-2, pp. 133-142.

Viegas, C. (2011): *A ocupação romana do Algarve*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Viegas, C. e Arruda A.M. (2013): Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): As Dressel 20. In Arnaud, J. M.; Martins, A. e Neves, C., *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 727-735.

Villaronga, L. (1970): Emisión monetaria augústea con escudo atribuible a P. Carisio y a la zona Norte de Hispania. In *XI Congreso Nacional de Arqueología*. Saragoza, pp. 591-600.

Vives Y Escudero, A. (1920-1926): *La moneda hispánica*. Madrid.

Zamora López, J.A.; Gener Basallote, J.M.; Navarro García, M.A.; Pajuelo Sáez, J.M.;

Torres Ortiz, M. (2010): Epígrafes fenicios arcaicos en la excavación del Teatro Cómico de Cádiz (2006-2010). *Rivista di Studi Fenici*. Roma, 38-2, pp. 203-236.

6. ANESSI

N.º inv. - S.N. 01

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 24 mm Spessore - 2 mm

Peso - 4,89 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa maschile voltata a sinistra

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - Dinastia Giulio-Claudia

Centro emittente - /

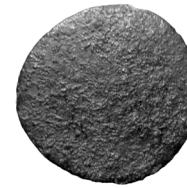
Classificazione - /

Cronologia - 14 - 68 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 02

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 18 mm Spessore - 3,5 mm

Peso - 6,07 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Tonno voltato a sinistra

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - OSO

Autorità - /

Centro emittente - *Ossonoba*

Classificazione - CNH 424: 3; Vives 118, 4

Cronologia - I sec. a.C.

Osservazioni - S della legenda del rovescio invertita

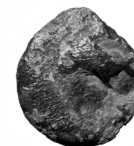


Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 03

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 18 mm Spessore - 2 mm

Peso - 3,34 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Quadrante



Dritto - Consunto

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - [...]M TR P [...]

Foto Rovescio

Autorità - Dinastia Giulio-Claudia

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - 14 - 68 d.C. (?)



Osservazioni - /

N.º inv. - S.N. 04

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 23 mm Spessore - 3 mm

Peso - 10,05 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse



Dritto - Testa di Augusto scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - [PERM CAES] AV[G]

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Foto Rovescio

Autorità - Augusto

Centro emittente - Colonia Patricia

Classificazione - RPC I 129; Vives 165, 3

Cronologia - 19/18 a.C. (15/14 a.C.) - 2 a.C.



Osservazioni - /

N.º inv. - S.N. 05

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 27 mm Spessore - 3 mm

Peso - 10,89 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Dritto - Testa di Claudio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - [TI CLAVDI]VS CAESAR AUG P[M] TR P IMP

Rovescio - *Minerva* con elmo, vestita e voltata a destra; tiene un dardo nella mano destra e uno scudo nella sinistra

Legenda R. - S C (campo)

Autorità - Claudio

Centro emittente - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 100

Cronologia - 41 - 54 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 06

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 26 mm Spessore - 4 mm

Peso - 9,00 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Dupondio/Asse

Dritto - Consunto

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 07

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 25 mm Spessore - 3,5 mm

Peso - 6,56 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Consunto

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - /

Foto Diritto



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 08

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 29 mm Spessore - 3,5 mm

Peso - 14,29 g Metallo - Rame

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Tiberio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - PERM DIVI AVG COL ROM

Rovescio - Teste affrontate di Germanico e Druso

Legenda R. - GERMANI[CVS CAESAR DRVSVS]VS CAESAR

Autorità - Tiberio

Centro emittente - Colonia Romula

Classificazione - RPC I 74

Cronologia - 14-19 d.C.

Osservazioni - /

Foto Diritto



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 09

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 20 mm Spessore - 3 mm

Peso - 8,01 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Consunto

Legenda D. - C[IL]PES

Rovescio - Cavallo voltato a sinistra sotto a crescente lunare

Legenda R. - /

Autorità - /

Centro emittente - *Cilpes*

Classificazione - CNH 420: 1 (?), Vives 106, 1-2

Cronologia - Fine II/inizi I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 10

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 25 mm Spessore - 2,5 mm

Peso - 7,70 g Metallo - Oricalcio (?)

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa maschile voltata a destra con corona laureata (?)

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - Nerone

Centro emittente - Roma (?) / *Lugdunum* (?)

Classificazione - /

Cronologia - 64-65 d.C.

Osservazioni - Punzonatura nel centro della moneta

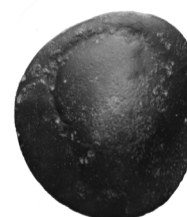
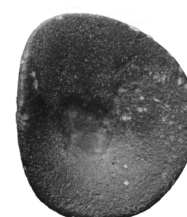


Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 11

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 25 mm Spessore - 3 mm

Peso - 8,51 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Consunto

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Cupido sopra delfino voltato a sinistra

Legenda R. - IP[S]ES

Autorità - /

Centro emittente - *Ipses*

Classificazione - CNH 422:1

Cronologia - Prima metà del I sec. a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 12

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 15 mm Spessore - 2 mm

Peso - 2,36 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Tre punti sul bordo

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emittente - *Ossonoba* (?)

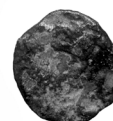
Classificazione - /

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 13

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 28 mm **Spessore** - 3 mm
Peso - 11,67 g **Metallo** - Oricalko (?)
Unità Ponderale - Dupondio

Diritto - Testa di Domiziano voltata a destra con corona radiata

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - Domiziano

Centro emissore - Roma

Classificazione - /

Cronologia - 81-96 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 14

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 29 mm **Spessore** - 3 mm
Peso - 9,96 g **Metallo** - AE
Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Agrippa voltata a sinistra con corona rostrale

Legenda D. - [M AGRIPPA L F] COS III

Rovescio - *Nettuno* nudo in piedi guarda verso sinistra; sostiene un tridente nella mano sinistra e regge un delfino nella mano destra; porta mantello sulle spalle

Legenda R. - S C (campo)

Autorità - Caligola

Centro emissore - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 58

Cronologia - 37-41 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 15

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 28 mm Spessore - 2 mm

Peso - 7,92 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Claudio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - [TI CLA]VDIVS CAESAR AUG PM [T]R P [IMP]

Rovescio - *Costantia* con elmo, vestita e voltata a sinistra; tiene una lancia nella mano sinistra e solleva la destra

Legenda R. - S C (campo)

Autorità - Claudio

Centro emissore - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 95

Cronologia - 41-54 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 16

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 25 mm Spessore - 4 mm

Peso - 11,94 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse / Dupondio

Diritto - Testa di Adriano scoperta e voltata a destra

Legenda D. - [ADRI]ANVS [AVG COS III PP]

Rovescio - *Annona* in piedi, voltata a sinistra con spighe nella mano destra sopra un modio; nella sinistra tiene un timone sopra la prua di una nave

Legenda R. - [ANNONA AVG] S [C] (campo)

Autorità - Adriano

Centro emissore - Roma

Classificazione - RIC II 796

Cronologia - 134-138 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 17

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 27 mm Spessore - 3 mm

Peso - 10,56 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Dupondio

Diritto - Testa di Adriano voltata a destra con corona radiata

Legenda D. - IMP CAESAR TRAIANVS ADRIANVS

Rovescio - *Annona*, vestita, voltata a sinistra con cornucopia nella mano sinistra e spighe nella destra sopra un modio

Legenda R. - [PM TR P] COS II [S] C (campo); ANNONA AV[G] (esergo)

Autorità - Adriano

Centro emittente - Roma

Classificazione - RIC II 555

Cronologia - 118-121 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 18

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 15 mm Spessore - 2 mm

Peso - 1,79 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Consunto

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Tonno (?)

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emittente - *Ossonoba* (?)

Classificazione - /

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /

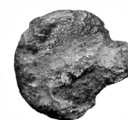


Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 19

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 15 mm Spessore - 2 mm

Peso - 1,88 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Roma / *Minerva* con elmo voltata a destra

Legenda D. - /

Rovescio - *Aequitas*, vestita, in piedi verso sinistra, con bilancia nella mano destra e cornucopia nella sinistra

Legenda R. - S C (campo)

Autorità - Anonima

Centro emittente - Roma

Classificazione - RIC II Anonymous 12

Cronologia - 81-161 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio

N.º inv. - S.N. 20

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 22 mm Spessore - 3 mm

Peso - 10,47 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Testa grezza scoperta, voltata a destra sormontata da tre globuli

Legenda D. - /

Rovescio - Delfino voltato a destra

Legenda R. - IPSES

Autorità - /

Centro emittente - *Ipsos*

Classificazione - /

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio

N.º inv. - S.N. 21

Foto Diritto

U.S. - 144

Cronologia U.S. - Imp. I

Diametro - 24 mm Spessore - 3 mm

Peso - 8,82 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Augusto scoperta voltata a sinistra; dietro caduceo

Legenda D. - [IMP] AVG DIVI [F]

Rovescio - Scudo rotondo detto *Caetra*

Legenda R. - /

Autorità - Augusto

Centro emissore - Coniazione del Nord Ovest della Penisola Iberica

Classificazione - RPC I 3

Cronologia - 27-23 a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 22

Foto Diritto

U.S. - 1413

Cronologia U.S. - Rep. II

Diametro - 20 mm Spessore - 3 mm

Peso - 7,20 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Semisse (?)

Diritto - Tonno (?) a destra

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Spiga (sopra)

Legenda R. - CILPI[.] o CILIP[.] (legenda invertita)

Autorità - /

Centro emissore - *Cilpes*

Classificazione - /

Cronologia - Fine II / inizi I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 23

Foto Diritto

U.S. - 16

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 27 mm Spessore - 3 mm

Peso - 9,72 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Dritto - Testa maschile a destra con diadema (?)

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emissore - Sud Peninsulare (*Carmo / Castulo / Obulco* ?)

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - Frammentata



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 24

Foto Diritto

U.S. - 1438

Cronologia U.S. - Imp.

Diametro - 16 mm Spessore - 2 mm

Peso - 2,10 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Quadrante

Dritto - Testa di Ercole/Melqart imberbe voltata a sinistra con pelle di leone e clava su spalla sinistra; orlo puntinato

Legenda D. - /

Rovescio - Delfino passato da tridente voltato a sinistra

Legenda R. - P'LT (sopra); 'GDR (sotto)

Autorità - /

Centro emissore - *Gades*

Classificazione - CNH 88:51; A.VI.B.3.; Vives 74, 12

Cronologia - 2ª metà del II sec. - 1ª metà del I sec. a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - S.N. 25

Foto Diritto

U.S. - 1430

Cronologia U.S. - Basso impero

Diametro - 27 mm Spessore - 3 mm

Peso - 11,81 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Agrippa voltata a sinistra con corona rostrale

Legenda D. - M AGRIPPA L F COS III

Rovescio - Nettuno nudo in piedi guarda verso sinistra; sostiene un tridente nella mano sinistra e regge un delfino nella mano destra; porta mantello sulle spalle

Legenda R. - [S] C (campo)

Autorità - Caligola

Centro emissore - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 58

Cronologia - 37-41 a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 4995

Foto Diritto

U.S. - 28

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 16 mm Spessore - 2 mm

Peso - 2,94 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Prua/poppa di nave con albero maestro

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Tonno verso destra

Legenda R. - OSS[O]

Autorità - /

Centro emissore - *Ossonoba*

Classificazione - CNH 424: 4

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 4996

Foto Diritto

U.S. - 28

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 25 mm? **Spessore** - 1 mm
Peso - 2,96 g **Metallo** - Piombo
Unità Ponderale - ?



Diritto - Consunto
Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Consunto
Legenda R. - Illeggibile

Foto Rovescio

Autorità - /
Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - Moneta tagliata a metà



N.º inv. - 4997

Foto Diritto

U.S. - 31

Cronologia U.S. - Moderna

Diametro - 33 mm **Spessore** - 4 mm
Peso - 21,27 g **Metallo** - AE
Unità Ponderale - Asse



Diritto - Testa maschile galeata voltata a destra, cornice laureata
Legenda D. - /

Rovescio - Due spighe di grano verso destra rispettivamente in alto ed in basso al campo

Legenda R. - CA[RMO] in mezzo alla moneta

Foto Rovescio

Autorità - /
Centro emittente - *Carmo*

Classificazione - CNH 382:2-4; Vives 100, 5-6

Cronologia - Metà del II sec. a.C.

Osservazioni - /



N.º inv. - 4998

Foto Diritto

U.S. - 1151

Cronologia U.S. - Imp.

Diametro - 25 mm Spessore - 2 mm

Peso - 9,14 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Ercole/Melqart imberbe, voltata a sinistra, con pelle di leone e clava su spalla sinistra; orlo puntinato.

Legenda D. - /

Rovescio - Due tonni verso sinistra con un crescente lunare esterno con punto centrale tra le due teste; orlo puntinato

Legenda R. - MP'L (sopra); 'GDR (sotto)

Autorità - /

Centro emittore - *Gades*

Classificazione - CNH 86: 36-37; A.VI.C.1.1.3.

Cronologia - Inizi / metà del II sec. - I sec. a.C.

Osservazioni - contromarca sul diritto A (?) inscritta in cerchio



Foto Rovescio



N.º inv. - 4999

Foto Diritto

U.S. - 1163

Cronologia U.S. - Imp.

Diametro - 17 mm Spessore - 3 mm

Peso - 6,25 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Imbarcazione voltata a destra

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - Tonno voltato a destra

Legenda R. - OSO

Autorità - /

Centro emittore - *Ossonoba*

Classificazione - CNH 424: 4

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 12893 / 13009

Foto Diritto

U.S. - 1332

Cronologia U.S. - Rep. II

Diametro - 25 mm ? Spessore - 4 mm

Peso - 16,58 g ? Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse fuso

Diritto - Testa di Giano bifronte

Legenda D. - /

Rovescio - Prua di nave verso destra

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emittente - Roma

Classificazione - /

Cronologia - Precedente a 89 a.C.

Osservazioni - Due frammenti (12893, 13009)



Foto Rovescio

N.º inv. - 13006

Foto Diritto

U.S. - Sec. C

Cronologia U.S. - Contemporanea

Diametro - 21 mm Spessore - 3 mm

Peso - 5,38 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Spiga

Legenda D. - /

Rovescio - Consunto

Legenda R. - CIL[...] (legenda retrograda)

Autorità - /

Centro emittente - *Cilpes*

Classificazione - /

Cronologia - Fine II- Inizio I sec. a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio

N.º inv. - 13007

Foto Diritto

U.S. - 1308

Cronologia U.S. - Rep. I

Diametro - 21 mm Spessore - 4 mm

Peso - 10,94 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Alosa voltata verso destra

Legenda D. - [...]E[...]

Rovescio - Spiga (sopra) sormontata da A invertita

Legenda R. - MVR (tra due linee o in cartella)

Autorità - /

Centro emissore - *Murtili*

Classificazione - CNH 377:6; CNH 378:7; Vives 109, 4

Cronologia - Guerre sertoriane 82-72 a.C. (?) / Fine II- Inizio I sec. a.C. (datazione contestuale)

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 13008

Foto Diritto

U.S. - 1261

Cronologia U.S. - Rep. II

Diametro - 19 mm Spessore - 4 mm

Peso - 7,09 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse / Semisse (?)

Diritto - Due spighe verticali

Legenda D. - /

Rovescio - Cavallo marino (ippocampo) voltato verso sinistra

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - /

Centro emissore - **Beuipon*

Classificazione - CNH 135: 12A; Vives 120, 3

Cronologia - Seconda metà del II secolo a.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 17647

Foto Diritto

U.S. - 54

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 27 mm Spessore - 3,5 mm

Peso - 10,90 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Claudio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - [TI CLA]VDIVS CAESAR [AVG PM] TRP [IMP]

Rovescio - *Constantia* con elmo, vestita e voltata a sinistra; tiene una lancia nella mano sinistra e solleva la destra

Legenda R. - CONSTANTIA[E AVGVSTI] S C

Autorità - Claudio

Centro emissore - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 95

Cronologia - 41-54 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 17654

Foto Diritto

U.S. - 66

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 25 mm Spessore - 2 mm

Peso - 6,24 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Claudio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - Illeggibile

Rovescio - *Minerva* con elmo, vestita e voltata a destra; tiene un dardo nella mano destra e uno scudo nella sinistra

Legenda R. - S C (campo)

Autorità - Claudio

Centro emissore - Coniazione locale

Classificazione - RIC I² 100

Cronologia - 41-54 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 17657

Foto Diritto

U.S. - 78

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 28 mm **Spessore** - 2 mm

Peso - 8,38 g **Metallo** - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa laureata di Domiziano voltata a destra

Legenda D. - [... DOMIT]IAN [...]

Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Autorità - Domiziano

Centro emittente - Roma

Classificazione - /

Cronologia - 81-96 d.C.

Osservazioni - /

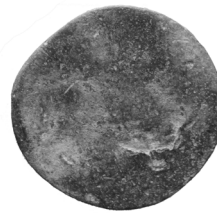


Foto Rovescio

N.º inv. - 17667

Foto Diritto

U.S. - 65

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 17 mm **Spessore** - 2 mm

Peso - 2,89 g **Metallo** - AE

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Consunto

Legenda D. - /

Rovescio - Consunto

Legenda R. - /

Autorità - /

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - due frammenti che si incollano



Foto Rovescio

N.º inv. - 17688

Foto Diritto

U.S. - 64

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 17mm Spessore - 2 mm

Peso - 3,68 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Quadrante

Diritto - Testa maschile/feminile (?) voltata a sinistra con elmo crestato (?)

Legenda D. - /



Rovescio - Delfino voltato a sinistra

Legenda R. - VERS VPS VBS VSRS (?)

Foto Rovescio

Autorità - /

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - /



N.º inv. - 17689

Foto Diritto

U.S. - 64

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 18 mm Spessore - 1 mm

Peso - 2,48 g Metallo - Piombo ?

Unità Ponderale - Quadrante ?

Diritto - Consunto

Legenda D. - /

Rovescio - Consunto

Legenda R. - /

Foto Rovescio

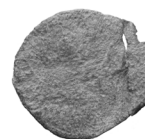
Autorità - /

Centro emittente - /

Classificazione - /

Cronologia - /

Osservazioni - /



N.º inv. - 17781

Foto Diritto

U.S. - 55

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 26 mm Spessore - 3,5 mm

Peso - 14,61 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Dupondio

Diritto - Testa di Commodo radiata voltata a destra

Legenda D. - L AVREL COMMODVS AVG TR P III

Rovescio - *Libertas* vestita ed in piedi rivolta a sinistra; nella mano destra sorregge un pileo e nella sinistra uno scettro

Legenda R. - LIBERTAS AVG IMP II COS PP; S C (campo)

Autorità - Marco Aurelio (per Commodo)

Centro emissore - Roma

Classificazione - RIC III 1591

Cronologia - 177-178 d.C.

Osservazioni - /



Foto Rovescio



N.º inv. - 17782

Foto Diritto

U.S. - 55

Cronologia U.S. - Imp. III

Diametro - 24 mm Spessore - 3 mm

Peso - 7,78 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Claudio scoperta voltata a sinistra

Legenda D. - [TI CLAVDIVS CAESAR AVG P] M TR P IMP

Rovescio - Cerere, velata e vestita, seduta su un seggio a spalliera verso sinistra; tiene due spighe di grano nella mano destra protesa in avanti e una lunga torcia nella sinistra

Legenda R. - [CERES AVGVSTA]; [S C] (esergo)

Autorità - Claudio

Centro emissore - Roma (?)

Classificazione - RIC I² 94

Cronologia - 41-54 d.C.

Osservazioni - Moneta perforata chimicamente



Foto Rovescio



N.º inv. - 17810

Foto Diritto

U.S. - 85

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 28 mm Spessore - 3 mm

Peso - 8,80 g Metallo - AE

Unità Ponderale - Asse

Diritto - Testa di Augusto voltata a sinistra con corona radiata

Legenda D. - [DIVVS A]VGVUSTVS [PATER]



Rovescio - Altare con due ante

Legenda R. - [PRO]VIDEN[T] (esergo); S C (campo)

Foto Rovescio

Autorità - Tiberio

Centro emittente - Roma

Classificazione - RIC I 81

Cronologia - 22/23-37 d.C.

Osservazioni - /



N.º inv. - 18120

Foto Diritto

U.S. - 70

Cronologia U.S. - Imp. II

Diametro - 15 mm Spessore - 2 mm

Peso - 3,09 g Metallo - Piombo

Unità Ponderale - Quadrante (?)

Diritto - Delfino a sinistra

Legenda D. - [...]S[...]



Rovescio - Consunto

Legenda R. - Illeggibile

Foto Rovescio

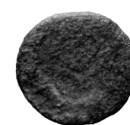
Autorità - /

Centro emittente - *Ossonoba* ?

Classificazione - /

Cronologia - I secolo a.C.

Osservazioni - /



Relatório da Intervenção de Conservação e Restauro no espólio numismático de Monte Molião

Objecto:

São 24 peças, na sua maior parte numismas de ligas de cobre e, pelo menos, cinco delas correspondem a espécimes de composição em chumbo.

O espólio intervencionado é maioritariamente de produção do séc. I A.C., contendo ainda vários numismas dos períodos júlio-claudiano e antonino.

Encontram-se de uma forma geral muito oxidadas e, algumas delas, com concreções espessas e duras de produtos de alteração. Uma das peças apresenta-se em dois fragmentos distintos.

Descrição sumária do estado de conservação e proposta de tratamento:

Sector A UE.64; 2008; nº17688 - moeda em liga de cobre muito oxidada e corroída a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A UE.65; 2008; nº17667 - moeda fracturada em dois fragmentos muito oxidados a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular e eventual colagem entre si.

Sector A UE.16; (S.N. 23) 2009 - moeda em liga de cobre muito oxidada, fragmentada e corroída, a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa.

Sector A UE.65; 2008; nº17781 - moeda em liga de cobre muito oxidada e corroída a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector C; UE.1151; 2005; nº 4998 - moeda em liga de cobre com terras a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.31; 2005; nº 4997 - moeda em liga de cobre com terras a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector C; Limp. vala, antenaTV; 2008; nº13009 - moeda em liga de cobre, fragmentada, muito oxidada e corroída a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.55; 2008; nº17782 - moeda em liga de cobre, perfurada, muito oxidada e corroída a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector Cisterna; UE1430 (S.N: 25); 2011 - moeda em liga de cobre, muito oxidada e com concreções muito duras e espessas, a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.28; 2005; nº4995 - moeda de chumbo, muito oxidada e a necessitar de tratamento por permutação iónica.

Sector C; UE.1163; 2005; nº4999 - moeda de chumbo, muito oxidada e a necessitar de tratamento por permutação iónica.

Sector A; UE.64; 2008; nº17689 - moeda de chumbo, dobrada e muito oxidada, a necessitar de tratamento por permutação iónica.

Sector A; UE.70; 2008; nº18120 - moeda de liga de chumbo, muito oxidada, a necessitar de tratamento por permutação iónica.

Sector A; UE.28; 2005; nº4996 - moeda ou chapa (?) de chumbo, fragmentada, muito oxidada e a necessitar tratamento por permutação iónica.

Sector C; UE.1438; 2011; nº13009 - moeda em liga de cobre, com concreções de ter-

ras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.
Sector C; UE.1308; 2008; nº 13007 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.85; 2008; nº 17810 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.54; 2008; nº 17647 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector A; UE.66; 2008; nº 17654 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector C; UE.1261; 2008; nº 13008 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Sector C; UE.1413 (S.N. 22); 2011 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Referência 09 - moeda em liga de cobre, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Referência 07 - moeda em liga de cobre, fragmentada, com concreções de terras e produtos de alteração a necessitar de limpeza mecânico-manual à lupa binocular.

Referência 02 - moeda em chumbo, muito oxidada, a necessitar de tratamento por permutação iónica.

Tratamento executado:

As intervenções que se passam a descrever foram levadas a cabo no Laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga e ocorreram no primeiro semestre de 2013.

As peças foram submetidas às seguintes operações sumárias: limpeza mecânica - manual, tratamento por permutação iónica e protecção.

Apenas a moeda com a referência 13008 foi submetida ao procedimento de lavagem intensiva por imersão numa solução aquosa de hexametáfosfato de sódio a 15%, aquecida até à ebulição. O processo foi executado por três vezes, aproximadamente por períodos de quinze minutos. Entre as imersões a que foi submetida, foi escovada com escovas de cerdas em Nylon® de média dureza e pólmice, de forma a promover a remoção das concreções formadas durante o enterramento.

Uma vez removidos os produtos de alteração da superfície da moeda, esta foi submetida a fervuras em banhos de água desionizada, no intuito de remover sais solúveis, e as vezes necessárias para se obter um resultado negativo quanto à presença de cloretos na solução de dessalinização. Para esse fim foram efectuados testes de cloretos.

Encontrando-se a moeda isenta de cloretos, procedia-se à sua secagem numa estufa eléctrica a uma temperatura de 60°C durante quarenta e oito horas.

Todas as numismas sofreram um processo de limpeza por bisturi e escovagem com canetas de micro-cerdas de vidro. Esta operação foi realizada por observação à lupa binocular e durante o tempo necessário à completa limpeza da superfície das peças. O tempo de execução foi de, em média, 75 minutos por cada espécime.

Após esta operação, as moedas foram escovadas com cerdas de Nylon®, para se removerem partículas e outras impurezas, e de forma a conferir um acabamento de superfície esteticamente adequado a estes objectos metálicos.

As cerdas usadas eram de várias dimensões e graus de dureza, consoante as áreas de superfície a limpar, as concreções presentes e os pormenores inscritos nas faces das moedas, designadamente a iconografia, legendas e efígies.

Para inibição do processo de corrosão das ligas de cobre, as peças foram colocadas numa solução alcoólica de benzotriazol a 3%. O recipiente contendo as moedas mergulhadas na solução foi colocado numa câmara de vácuo de vidro (autoclave) e submetido a uma atmosfera negativa de 0,9 kp/cm².

As numismas em chumbo foram expostas a um tratamento por permutação iónico com resinas Amberlite®, intercalando este método com escovagens das moedas sob um fio de água corrente, até à eliminação dos carbonatos de chumbo formados no processo de enterramento.

Visto o conjunto ainda se encontrar em estudo e haver necessidade de fotografar as peças, não foi aplicado nenhuma protecção final, para não ser alterado o aspecto de superfície das numismas.

O fragmento da moeda com a referência nº 13009 foi colado com a parte menor da mesma moeda. A colagem foi realizada com resina epoxídica Devcon®.

Realizadas as operações de tratamento descritas, as moedas foram acondicionadas no interior de pequenos sacos de polietileno transparente, tipo Minigrip®.

Pedro Sales

Conimbriga, 1 de Julho de 2013

